



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 60

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 10 de março de 2022

Presidente: *Deputada Catarina Cabeceiras, substituída no decorrer da Sessão pelo Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Maria Isabel Teixeira e Elisa Sousa, substituída ao longo da sessão pelo Deputado Marco Costa.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos/as Deputados/as, passou-se de seguida para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários votos que, aquando da sua votação, foram aprovados por unanimidade:

- Voto de Congratulação pelo Centenário da AHBV Angra do Heroísmo,
apresentado pelo CHEGA.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado José Pacheco (CH);

- Voto de Congratulação pelo Centenário da AHBV Angra do Heroísmo,
apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (CDS-PP);

- Voto de Congratulação pelo Centenário da AHBV Angra do Heroísmo,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, pelo Sr. Deputado Tiago Lopes (PS);

- Voto de Congratulação pelo Centenário da AHBV Angra do Heroísmo,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Luís Soares (PSD);

- Voto de Congratulação pelo 50 anos da reserva da montanha da ilha do Pico,

apresentado pelo apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Rui Martins (CDS-PP), usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas (PSD);

-Voto de Congratulação pelo 50 anos da classificação de reserva natural da montanha do Pico,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

- Voto de Congratulação pelos 50 anos da reserva da Caldeira da ilha do Faial,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. Após a leitura do voto feita a cargo do Sr. Deputado Rui Martins (CDS-PP), usou da palavra a Sra. Deputada Salomé Matos (PSD);

- Voto de Congratulação pelos 50 anos da reserva da Caldeira da ilha do Faial,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, pelo Sr. Deputado Tiago Branco (PS);

- Voto de Congratulação à atleta Isabel Farias pela conquista do título de campeã nacional de cadetes 2022 na modalidade de judo,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (CDS-PP);

- Voto de Congratulação à atleta Isabel Pimentel Farias pela conquista da medalha de ouro no campeonato nacional de cadetes na modalidade de judo,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto foi feita pela Sra. Deputada Valdemira Gouveia (PS);

- Voto de Congratulação à atleta Isabel Pimentel Farias, campeã nacional de judo na categoria de cadete com -48 Kg, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*);

- Voto de Congratulação pelo título de campeão nacional de Scratch ciclismo de pista para José Miguel Afonso do Clube das Fontinhas Ativa, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto feita a cargo do Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Rui Espínola (*PSD*);

- Voto de Congratulação Associação de Futsal de Santa Maria pelo título de campeã regional, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado João Melo (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*) e o Sr. Deputado Paulo Estevão (*PPM*);

- Voto de Congratulação pelo facto de Paulo Pereira, atleta do Judo Clube de São Jorge, ser campeão nacional, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), tendo depois usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*);

- Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

A leitura do voto foi feita pela Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), tendo posteriormente usado da palavra os Srs. Deputados: José Pacheco (*CH*), Rui Martins (*CCD-PP*), Célia Pereira (*PS*), Vitória Pereira (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*) e Nuno Barata (*IL*);

Por fim, e tendo sido posteriormente aprovado, foi apresentado pelo Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*) o **Voto de protesto pelas declarações do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural da que**

descredibilizam o papel da Região Autónoma dos Açores no processo de criação do Instituto da Vinha.

Após a sua apresentação pediram para usar da palavra os seguintes Srs./as Deputados/as: Paulo Estevão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), José Pacheco (*CH*), João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*), Miguel Costa (*PS*) e Rui Martins (*CCD-PP*).

Na **Agenda da Reunião** foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

Apresentação do **Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização para que o Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo de Inquérito n.º 03.02.01/2021/4, da Inspeção Regional Administrativa e da Transparência,** o qual foi aprovado após ter sido submetido a votação.

Pediram para usar da palavra os Srs. Deputados: Vasco Cordeiro (*PS*), António Lima (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

De seguida, passou-se à apresentação do **Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização para que o Deputado Sérgio Humberto Rocha de Ávila possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo de Inquérito n.º 03.02.01/2021/4, da Inspeção Regional Administrativa e da Transparência,** tendo sido aprovado após ter sido sujeito a votação.

A Sessão continuou com a apresentação do **Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo Comum (Tribunal Singular) n.º 8/21.2PBVPT,** o qual foi aprovado por unanimidade após ser submetido a votação.

Posteriormente foi apresentado o Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado António Manuel Raposo Lima possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 2646/21.4T8PDL, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Os trabalhos continuaram, desta feita com a apresentação do Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Tiago Alexandre dos Santos Lopes possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 2646/21.4T8PDL, o qual foi aprovado por unanimidade após ser submetido a votação.

Em seguida foi apresentado o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 95/XII – “Recomenda ao Governo Regional a anulação do processo de concessão do casino no Pavilhão do Mar e garantia de utilização de acesso público deste espaço”, pelo Grupo Parlamentar do BE;

Para justificar a urgência usou da palavra o Sr. Deputado António Lima (*BE*) e posteriormente pediu para usar a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por maioria.

Os trabalhos prosseguiram, desta feita com a apresentação do Projeto de Resolução n.º 95/XII – “Recomenda ao Governo Regional a anulação do processo de concessão do casino no Pavilhão do Mar e garantia de utilização de acesso público deste espaço”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

A iniciativa foi apresentada pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), tendo, de seguida, pedido para participar no debate os/as Sras./Srs. Deputados: Joaquim Machado (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Sandra Dias Faria (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário

Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*) e a Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações (*Ana Carvalho*).

Submetido à votação a iniciativa foi rejeitada.

No final foram proferidas declarações de voto pelos seguintes deputados: António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Joaquim Machado (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Carlos Furtado (*IND.*)

Por fim, iniciou-se o debate com a apresentação do [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII – “Atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, designado por “Solenerge”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores;

Feita a apresentação inicial pelo Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*), pediram para usar da palavra os seguintes Srs./as Deputados/as: Alexandra Manes (*BE*), João Bruto da Costa (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Indep*) e José Pacheco (*CH*).

No decorrer do debate pediram a palavra para um protesto e contraprotesto os Srs. Deputados Vasco Cordeiro (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*), respetivamente.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra a Sra. Secretária. Faz favor.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
Andreia Martins Cardoso da **Costa**
Berto José Branco **Messias**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Célia Otelinda Borges **Pereira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
João Paulo Serôdeo **Melo**
João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lubélio de Fraga **Mendonça**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria Isabel Góis **Teixeira**
Maria **Valdemira** **Gouveia** Andrade **Carvalho**
Mário José Dinis **Tomé**
Miguel António Moniz da **Costa**
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**
Rui Filipe Vieira **Anjos**
Sandra Micaela Costa Dias **Faria**
Sérgio Humberto Rocha de **Ávila**
Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**
Vasco Alves **Cordeiro**
Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**
Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Délia Maria **Melo**
Maria **Elisa** Lima **Sousa**
Flávio da Silva **Soares**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
Luís Carlos Cota **Soares**
Marco José Freitas da **Costa**
Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**
Maria **Salomé** Dias de **Matos**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo Duarte **Gomes**
Rui Miguel Mendes **Espínola**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**
Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares Manes

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, conforme deliberado na Conferência de Líderes, iniciámos os nossos trabalhos neste período da manhã, pelo Período de Tratamento de Assuntos Políticos, reservado à emissão de votos, declarações políticas e comunicação do Governo.

Os temas definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes: o Governo dispõe de 30 minutos, o PS dispõe de 48 minutos, o PSD dispõe de 40 minutos, o CDS-PP dispõe de 16 minutos, o Bloco de Esquerda e PPM dispõem de 12

minutos, o Chega, a Iniciativa Liberal e o PAN dispõem de 10 minutos e o Deputado Independente dispõe de 5 minutos.

Iniciamos os nossos trabalhos pelos votos de congratulação. O primeiro voto de congratulação é apresentado pela Representação Parlamentar do Chega, referente ao centenário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo e tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para a sua apresentação.

Deputado José Pacheco (CH): Sra. Presidente, Restante Mesa, votos de um bom trabalho. É com alguma alegria que vejo três senhoras aqui sentadas por mérito próprio, os meus parabéns.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Centenário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo

A 1 de Março de 1922 foi constituída formalmente a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo – fez agora cem anos. Mas, a sua história já há muito que vinha a tomar contornos que culminaram nesta existência de servir o outro. Nomeadamente quando, em 1872, se oficializou a intenção de se criar uma companhia de voluntários por parte da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Intenção que não vingaria e que só dez anos mais tarde – em 1882 - viria a colher alguns frutos, quando um grupo de cidadãos se reuniu no Palácio do Governo Civil para identificar e aprovar os estatutos do Real Corpo de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo.

Na altura, o Governador Afonso de Castro foi aclamado enquanto Presidente honorário da Associação sendo eleitos enquanto Presidente da Assembleia Geral José Maria Leite Pacheco e Presidente da Direcção Miguel de Barcelos.

Nascia assim o Real Corpo de Bombeiros Voluntários que se manteve a prestar serviços à população e à ilha, durante 20 anos. Em 1902, um ano depois da expulsão dos Jesuítas da ilha Terceira, Francisco Cardoso Gaspar – então Comandante – é detido perante a acusação que pretendia realizar exercícios em zona proibida, interdita para se evitar qualquer manifestação que assinalasse a efeméride.

É, com este acontecimento, extinto o Real Corpo de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo e a autarquia acaba por fundir o corpo de bombeiros municipais para suprimir a lacuna. O Comandante da Associação extinta, Francisco Cardoso Gaspar, passa a assumir as mesmas funções nos Voluntários da autarquia.

Mas a 1 de Março de 1922 surge a actual Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, substituindo assim o Corpo Municipal de Bombeiros Voluntários que também se manteve no activo durante 20 anos. Foi com material dos extintos municipais que a corporação de soldados da paz começou a realizar o primeiro socorro à população, usando também esse material para realizar os dois exercícios concretizados pouco depois da sua instituição.

Três meses depois de fundada, é inaugurado o quartel, na Praça da Restauração, com o material antigo, mas recuperado.

Cerca de dez anos depois, a Revista Ilha Terceira dava conta que aquela corporação era “a mais completa dos Açores, quer no que respeita ao pessoal, na sua maioria apto a desempenhar cabalmente a missão de sacrifício que se impôs, quer no que diz respeito a material, em condições de satisfazer já por completo, as exigências do meio”.

Em Agosto de 1933, o novo quartel erguido por conta da autarquia - também na Praça da Restauração – começou a funcionar.

Em 1963, quando era Presidente da Direcção o Capitão José do Couto Vaz, arrancam as obras no novo quartel do Voluntários de Angra do Heroísmo, à Guarita. Sendo que a sede dos Bombeiros na Praça da Restauração desapareceu em finais de Fevereiro de 1964.

A 31 de Março de 1967 a Associação Humanitária de Bombeiros de Angra do Heroísmo muda-se em definitivo para as novas instalações na Praça Arantes e Oliveira.

No dia 1 de Março, quando se comemorou também o Dia Internacional da Protecção Civil, a Associação Humanitária de Bombeiros de Angra do Heroísmo celebrou cem anos de actividade em prol das populações. Actuou perante sismos, calamidades, incêndios, acidentes e pandemias. Para o socorro, conta actualmente com 70 voluntários e 30 profissionais. Todos sempre cumprindo o lema “Vida por Vida”.

Perante este legado centenário, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelo centenário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, do qual deve ser dado conhecimento à própria Associação, ao Município de Angra do Heroísmo, à Federação dos Bombeiros da Região Autónoma dos Açores, e ao Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

O Deputado, José Pacheco.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está assim apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste voto:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Vamos passar ao voto seguinte, referente ao mesmo teor. É um voto de congratulação também pelo Centenário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Centenário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo

Com uma história cujos registos remontam a 1820, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo celebrou a 1 de março de 2022 o centenário da sua fundação.

Documentos históricos do primeiro quartel do século XIX dão conta da existência de duas bombas de incêndio na Cidade de Angra do Heroísmo. Uma estaria no Castelo de S. João Batista e outra na cidade e a sua antiguidade

remontaria ao século XVIII. A 4 de fevereiro de 1852, chega de Inglaterra uma bomba de incêndio adquirida pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, fazendo a sua estreia um ano mais tarde, num incêndio que deflagrou a 3 de fevereiro de 1853, na Rua da Rosa, n.º 14. Em dezembro de 1864, a Câmara de Angra do Heroísmo arremata em leilão uma bomba, mangueiras e baldes dos salvados do navio “Runher”, que havia encalhado um mês antes junto ao cais da Alfândega e posteriormente destruído por um vendaval. A 21 de janeiro de 1872, o Município oficializa através de edital um convite aos cidadãos para voluntariamente formarem uma companhia de bombeiros, mas a iniciativa viria a fracassar.

A 20 de março de 1882, reúnem-se no Palácio do Governo Civil os novos bombeiros municipais, chegando no mês seguinte a bomba para a nova companhia de bombeiros voluntários. Este Real Corpo de Bombeiros Voluntários viria a extinguir-se 20 anos depois, sendo substituídos pelo Corpo de Municipais, por iniciativa da Câmara Municipal. Este Corpo Municipal de Bombeiros Voluntários viria, também, a ter uma existência de 20 anos.

A 1 de março de 1922, funda-se a atual Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, com o Tenente-Coronel Francisco de Paulo Rego a presidir à comissão fundadora. A 7 de julho desse ano realiza-se uma Assembleia Geral onde são eleitos os primeiros corpos gerentes, que tomam posse em nova reunião realizada a 12 de julho. A Assembleia Geral foi presidida pelo Sr. Frederico Augusto Lopes da Silva e a Direção presidida pelo Sr. Dr. Aristides Saraiva de Andrade. O Tenente-Coronel Francisco de Paulo Rego e Carlos Dias investiram-se dos cargos de Primeiro e Segundo Comandantes, respetivamente. Em 1924 a Associação Humanitária filia-se na Federação de Bombeiros Portugueses, com o registo número vinte e oito. Em 1932 a revista Ilha Terceira relatava que se tratava da corporação “mais completa dos Açores”, no que respeitava a material e pessoal. Já em 1957, por ocasião da sua visita a Angra

do Heroísmo, o Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses afirmava tratar-se “na sua categoria, uma das associações melhor apetrechadas no país”.

Atualmente, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo conta com um corpo de quatro dezenas de bombeiros, trinta dos quais são profissionais, e está equipada com onze viaturas, seis para combate a incêndio e cinco para socorro à população.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo tem-se adaptado à evolução e aos desafios dos novos tempos, prestando sempre um serviço de inestimável valor, naquela que é a sua nobre missão de garantir a segurança coletiva.

O lema “vida por vida” define bem a nobre missão da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, que conta no seu palmarés com inúmeros louvores e condecorações.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo por ocasião da celebração do seu centenário.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e à Liga dos Bombeiros Portugueses.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

Os Deputados: Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está assim apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada.

Vamos passar então ao próximo voto seguinte, um voto de congratulação, também sobre este mesmo teor, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

100.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo (AHBVAH) foi fundada no dia 1 de março de 1922, sucedendo temporalmente a outras organizações, nomeadamente, o REAL CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS e Corpo Municipal de Bombeiros Voluntários.

No dia 25 de julho de 1922 foi inaugurado o seu primeiro Quartel na Praça da Restauração (atualmente designada de Praça Velha) tendo, posteriormente, no dia 31 de março de 1967 a Associação inaugurado as instalações da sua atual localização na Praça Arantes e Oliveira (atual Praça Dr. Sousa Júnior). No dia 8

de dezembro de 2011 foram, após obras de remodelação e ampliação, inauguradas as atuais instalações na mesma localização.

Para além do Quartel principal, a Associação conta também como uma Secção destacada na Freguesia dos Altares, a qual dá suporte a toda a zona oeste da Ilha Terceira, fundada a 02 de setembro de 1990. O respetivo Quartel, após obras de ampliação e remodelação, foi inaugurado no dia 6 de setembro de 2020.

Desde a sua fundação, esta Associação tem desenvolvido um trabalho meritório no auxílio da população, seja no transporte de doentes, seja no socorro à população, em fenómenos sísmicos, no âmbito de intempéries, em caso de inundações, desabamentos, incêndios e de um modo geral, em todos os acidentes, seja, ainda, na participação em outras atividades no âmbito da Proteção Civil, socorrendo feridos ou doentes, garantindo a proteção de vidas humanas e de bens, por qualquer forma em qualquer emergência ou calamidade pública.

Uma atividade dirigida à comunidade com dedicação e abnegação, com uma importância primordial que não se esgota nas missões mencionadas, como é exemplo o empenho e profissionalismo no combate à Pandemia provocada pela COVID-19.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de março, aprove o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelos 100 anos de existência da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo”.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, à Câmara

Municipal e Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

Os Deputados: Tiago Lopes, Andreia Costa, Berto Messias, Sérgio Ávila e Rodolfo Franca.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Vamos passar ao último voto de congratulação relativamente a esta matéria. Ele é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e passo a palavra ao Sr. Deputado Luís Soares para a sua apresentação.

Deputado Luís Soares (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

100 anos da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo

Foi a 1 de março de 1922 que nasceu a atual Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo. Celebrou na passada semana o seu primeiro centenário.

Mas a história daquele serviço no concelho, e na Ilha Terceira, começou cerca de um século antes, pois em 1820 já existiam duas bombas de incêndio no Castelo de São João Baptista, porém inutilizadas. Só em 1872 é que se oficializou a ideia da criação dos "bombeiros voluntários", a cargo do município de Angra.

Seguiu-se, 10 anos depois, o Real Corpo de Bombeiros Voluntários. E, em 1901, a Associação já usufruía de um carro, sendo o Dr. José Azevedo Castelo Branco o seu primeiro comandante.

O Real Corpo de Bombeiros Voluntários dissolveu-se em 1921, e a Câmara Municipal fundiu o Corpo Municipal de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, para suprir a lacuna deixada.

No ano seguinte é então criada a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, substituindo esse Corpo Municipal. O Tenente-Coronel Francisco de Paulo Rego aparece como presidente da comissão fundadora, mas seria o Dr. Aristides Saraiva de Andrade a assumir a presidência da Associação.

Em 1932, a revista "Ilha Terceira" dizia tratar-se da corporação "mais completa dos Açores, quer no que respeita ao pessoal, quer no que diz respeito a material".

No ano seguinte, começou a funcionar o novo quartel na Praça da Restauração – hoje Praça Velha -. Dessa época, a história relata diversos episódios relativos à Associação, como a entrega, em 1955, de um pronto-socorro Chevrolet, com bomba acoplada, que alimenta quatro agulhetas e dois sarilhos; de um outro pronto-socorro, marca International, próprio para o combate com espuma em fogos de combustíveis líquidos; um auto-tanque GMC, com bomba centrífuga, acionada pelo próprio motor, e uma ambulância Volkswagen, com dispositivo

para duas macas e uma cadeira regulável para acomodar doentes que não podiam ser transportados deitados.

Em 1957, o presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses afirmava mesmo, numa visita a Angra, que os Bombeiros locais eram uma das "Associações mais bem apetrechadas do país".

Durante muito tempo a sede dos Bombeiros funcionou na Praça velha, desaparecendo nos fins de fevereiro de 1964, para dar lugar à construção do Hotel de Angra, e quando já tinham sido iniciadas as obras do atual quartel, na Praça Dr. Sousa Júnior. A mudança definitiva deu-se em 1967. As instalações foram remodeladas e requalificadas já no século XX.

Foram muitos os elogios camarários e oficiais registados ao longo das décadas, salientando a perícia e o adestramento dos Bombeiros de Angra do Heroísmo, não apenas em exercícios públicos, mas também na ação positiva e decidida no combate a sinistros.

O papel desenvolvido pelos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo tem sido assim de importância fulcral para a segurança e a manutenção da saúde pública, porquanto integram também uma nova realidade de transporte de doentes, assistência em acidentes e catástrofes várias, para lá do combate a outros sinistros.

Essa nova realidade enquadra-se no que é hoje o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, no fundo uma garantia de que, nestas nossas nove ilhas, as populações estão cuidadas e acauteladas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de março de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 100 anos da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

Os Deputados: João Bruto da Costa, Luís Soares, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Rui Espínola e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está assim apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária. Vamos avançar os nossos votos de congratulação. É apresentado agora o Voto de Congratulação pelos 50 Anos da Reserva da Montanha do Pico. Este voto é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e passo a palavra ao Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 50 Anos da Reserva da Montanha do Pico

Assinalaram-se, no passado dia 8 de março de 2022, os 50 anos da publicação do Decreto n.º 79/72, através do qual foi determinada a criação de uma “reserva integral na montanha da ilha do Pico”, ao abrigo da legislação então vigente sobre parques nacionais e outros tipos de reserva.

O diploma, assinado pelo então Secretário de Estado da Agricultura, Eng.º Vasco Rodrigues de Pinho Leónidas, exaltava o “interesse geológico e condições ecológicas particulares” do “grandioso cone vulcânico, no cimo do qual se regista a maior altitude de Portugal europeu”, que justificava plenamente as medidas de defesa preconizadas no decreto, com vista à conservação daquela área.

Falamos do terceiro maior vulcão do oceano Atlântico Norte, e de uma área protegida com cerca de 1341 hectares. Trata-se de um estratovulcão com uma altura de 2351 metros acima do nível do mar e cerca de 3500 metros acima da plataforma oceânica dos Açores, que suporta *habitats* alpinos e subalpinos, sujeitos a depósitos de neve prolongados, nos quais se encontram diversas espécies de flora que, ao longo do tempo, se foram adaptando às condições adversas da montanha.

Durante o processo de edificação da montanha, ocorreram inúmeras erupções nos seus flancos, na sua maioria efusivas, tendo também ocorrido, mas em menor quantidade, erupções secundárias, predominantemente, estrombolianas, que originaram diversos níveis de piroclastos.

Relativamente à flora, nas zonas acima dos 1800 metros, as espécies com maior expressão são o tomilho (*Thymus caespititius*), a rapa (*Calluna vulgaris*) e o queiró (*Daboecia azorica*) e, a cerca de 2200 metros de altitude, surge o bremim-da-montanha (*Silene uniflora* subsp. *cratericola*), uma subespécie endémica desta Reserva Natural.

Pela sua riqueza geológica, biológica e patrimonial, a Montanha do Pico foi classificada como Reserva Integral em 1972, tornando-a numa das mais antigas

áreas protegidas de Portugal, tendo sido reclassificada como Reserva Natural em 1982.

Esta área protegida está integrada na Zona Especial de Conservação (ZEC) da Montanha do Pico, Prainha e Caveiro no âmbito da Rede Natura 2000 e é um geossítio prioritário de relevância internacional do Geoparque Açores – Geoparque Mundial da UNESCO.

Compreensivelmente, a beleza e imponência da Paisagem Vulcânica da Ilha do Pico, que inclui a Montanha do Pico, levou a que a mesma tenha sido eleita, em 2010, uma das 7 Maravilhas Naturais de Portugal.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores apresenta um Voto de Congratulação pelos 50 Anos da Reserva da Montanha do Pico.

Deste voto deve ser dado conhecimento às Câmaras Municipais da Madalena do Pico, de São Roque do Pico e das Lajes do Pico, assim como às respetivas Assembleias Municipais.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

Os Deputados, Rui Martins, Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Temos uma inscrição do Sr. Deputado Carlos Freitas a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito obrigado, Sra. presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A montanha do Pico é, sem sombra de dúvidas, o *ex-libris* dos Açores, de Portugal. É o terceiro vulcão mais alto do hemisfério norte, do oceano Atlântico. É de facto, algo indiscritível estar no topo da montanha, o denominado “piquinho” e avistar as outras ilhas em redor, nomeadamente São Jorge, Faial, Graciosa e Terceira. Depois de algum esforço físico e suor é esse o prémio, ter aquela vista privilegiada.

Em boa hora passou a reserva protegida para permitir a preservação dos seus valores paisagísticos, ecológicos, ideológicos e geológicos, fazendo com que todos os dias inúmeras pessoas possam desfrutar deste espaço único no meio do Atlântico.

Naturalmente, o grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação pelos 50 anos da reserva da montanha do Pico.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

O próximo voto de congratulação também pelos 50 Anos da classificação de Reserva Natural da Montanha do Pico. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e passo a palavra ao Sr. Deputado Mário Tomé para a sua apresentação.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Quinquagésimo Aniversário da Classificação da Reserva Natural da Montanha do Pico

A Montanha do Pico constitui o principal elemento que caracteriza a ilha do Pico, estando na origem do seu nome e sendo fonte de inspiração para poetas e artistas ao longo dos tempos, tratando-se, assim, de um dos maiores atrativos turísticos da ilha.

A classificação da Montanha do Pico demonstrou o reconhecimento nacional de uma paisagem singular, que reflete o interesse geológico, biológico e paisagístico do ponto mais alto de Portugal.

A ilha Montanha que Raul Brandão eternizou: “Esta ilha negra e disforme apoderou-se dos meus sentidos. Tudo o que a princípio me repelia, o negrume, o fogo que a devora, o “mistério”, tudo me seduz agora. O Pico é a mais bela, a mais extraordinária ilha dos Açores, duma beleza que só a ela lhe pertence, de uma cor admirável e com um estranho poder de atração.”

Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego
(Duarte Freitas): Muito bem!

O Orador: A Montanha do Pico, considerado um ex-libris dos Açores e de Portugal, com os seus 2351 m de altitude, é o ponto mais alto de Portugal e o 3.º maior vulcão ativo do Oceânico Atlântico.

Para além da imponente beleza que condiciona toda a paisagem da ilha do Pico, bem como a paisagem das ilhas vizinhas, encerra valores naturais muito

relevantes, pelo que se encontra protegida há largos anos, tornando-a numa das mais antigas áreas protegidas de Portugal.

Assim, na década de 70, surgiu uma preocupação para preservar este ecossistema único, com a criação do Decreto-Lei n.º 79/72, de 8 de março, do Ministério da Economia.

Neste Decreto-Lei, a Montanha do Pico é considerada como “um grandioso cone vulcânico, no cimo do qual se regista a maior altitude de Portugal Europeu e cujo interesse geológico e condições ecológicas particulares justificam plenamente as medidas de defesa preconizadas, de modo a garantir a sua conservação”.

Foram assim instituídas algumas medidas de conservação, ainda que primárias, tendo sido concedida a administração desta à Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, através do Serviço de Inspeção da Caça e da Pesca e as funções de polícia e fiscalização concedidas aos agentes da Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (Guarda Florestal).

Neste diploma foram também estabelecidos os limites da então designada “Reserva Integral da Montanha do Pico”.

Mais tarde foi reclassificada através do Decreto Legislativo Regional n.º 15/82/A, de 9 de junho, como “Reserva Natural” e atualmente encontra-se inserida no Parque Natural da Ilha do Pico, como Reserva Natural, categoria I – ICNB.

O Parque Natural da Ilha do Pico criado através do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/A, de 9 de julho, constitui a unidade de gestão das áreas protegidas que lhe estão consagradas. Sendo este o maior parque natural dos Açores, compreendendo 22 áreas protegidas, com uma área territorial que abrange cerca de 35% da sua superfície terrestre, o que corresponde a cerca de 156 km², à qual acresce cerca de 79 km² de área de proteção marinha.

A Montanha do Pico encontra-se classificada como Zona Especial de Conservação da Rede Natura 2000 – “ZEC Montanha do Pico, Prainha e Caveiro” e é um geossítio de relevância internacional do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO.

Recentemente obteve também reconhecimento nacional, vencendo o concurso “7 Maravilhas Naturais Portugal” na categoria de Grandes Relevos, integrada na Paisagem Vulcânica do Pico.

A missão, que é cumprida por todos os guias e a necessidade de melhor promover e gerir os recursos naturais e culturais desta Área Protegida, impõe um contínuo trabalho de acompanhamento pelas entidades responsáveis.

Só no ano de 2019, mais de 20 mil pessoas subiram ao topo do Pico.

Nesse sentido destacamos os investimentos realizados que se traduziram na regulamentação do acesso à Reserva Natural da Montanha do Pico, respondendo aos desafios atuais e conciliando a procura com a proteção do património existente.

A Casa da Montanha, que se constitui como um ponto de passagem obrigatório enquanto base da escalada ou centro de interpretação ambiental, com as obras de beneficiação das suas instalações, que contemplam espaços de apoio à atividade dos guias e uma nova área reservada aos visitantes bem como uma área de estacionamento de viaturas.

Destacamos os investimentos feitos na garantia de melhores condições de segurança, salientando a parceria estabelecida com os Bombeiros Voluntários da Madalena que, ao longo dos anos, tem prestado um serviço inestimável no âmbito das ações de busca e de socorro, incluindo o resgate de visitantes na Reserva Natural, bem como o funcionamento e a monitorização, durante todo o ano, do sistema de vídeosegurança e rastreio de visitantes.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem do quinquagésimo aniversário da Reserva Natural da Montanha do Pico.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Associação de Municípios da Ilha do Pico (AMIP) e à Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Horta, Sala de Sessões, 10 de março de 2022.

Os Deputados: Mário Tomé e Miguel Costa.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está assim apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação pelos 50 Anos da Reserva da caldeira da Ilha do Faial. Este voto é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e passo a palavra ao Sr. Deputado Rui Martins para a sua apresentação.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 50 Anos da Reserva da Caldeira do Faial

Foi publicado, no dia 7 de março de 1972, o Decreto n.º 78/72, assinado pelo então Secretário de Estado da Agricultura, Eng.º Vasco Rodrigues de Pinho Leónidas, mediante o qual se criou uma “reserva integral na caldeira do Faial”, ao abrigo da legislação então vigente sobre parques nacionais e outros tipos de reserva.

A defesa desta área com 313 hectares, localizada na freguesia dos Cedros, “cratera do vulcão extinto que originou a formação da primitiva ilha”, e o interesse em garantir a sua conservação, foi na altura justificada pelo reconhecimento de que na sua vegetação característica, em resultado do microclima ali gerado, se encontram “quase todos os endemismos do arquipélago dos Açores”.

Implantada no topo de um edifício vulcânico com cerca de 400 mil anos, a hoje denominada Reserva Natural da Caldeira do Faial constitui uma caldeira de colapso, com cerca de 2 quilómetros de diâmetro, e é a mais jovem caldeira dos Açores, com cerca de 1000 anos.

No seu interior, alberga dois terços da flora vascular endémica dos Açores, em perfeito estado de conservação, de que se destacam as espécies cedro-do-mato (*Juniperus brevifolia*), trovisco-macho (*Euphorbia stygiana* subsp. *stygiana*), *Sanicula azorica*, alfacinha (*Lactuca watsoniana*) e labça das-ilhas (*Rumex azoricus*). Quanto à fauna, integra subespécies endémicas dos Açores como o tentilhão (*Fringilla coelebs moreletti*), a toutinegra dos Açores (*Sylvia atricapilla atlantis*) e o milhafre (*Buteo buteo rothschildi*), salientando-se ainda a presença do artrópode gorgulho (*Calacalles azoricus*), endémico exclusivo da Caldeira do Faial.

A Caldeira exhibe um pequeno cone de escórias no seu interior e um domo lávico de natureza traquítica junto à parede sudoeste, a Rocha do Altar. Junto ao bordo sul encontra-se o ponto mais alto da ilha, o Cabeço Gordo, com 1043

metros. No interior da caldeira existiu outrora uma lagoa permanente, resultante da acumulação de água das chuvas, a qual se infiltrou na sequência da crise sísmica de maio de 1958 associada à erupção do Vulcão dos Capelinhos (1957/58), dando origem a uma pequena explosão freática no interior da caldeira.

A área da Reserva Natural da Caldeira do Faial integra a Zona Especial de Conservação (ZEC) e a Zona de Proteção Especial (ZPE) da Caldeira e Capelinhos no âmbito da Rede Natura 2000. Está classificada como Sítio Ramsar ao abrigo da Convenção Ramsar e constitui um geossítio do Geoparque Açores – Geoparque Mundial da UNESCO.

O acesso ao interior da Caldeira do Faial está atualmente condicionado, em virtude do imperativo de salvaguardar as características ecológicas, geológicas e paisagísticas únicas desta área, e é feito na companhia de um guia especializado que enriquece de conhecimento a sua visita. É ainda possível apreciar a beleza da sua exuberante vegetação, percorrendo o perímetro da reserva através do trilho da Caldeira.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores apresenta um Voto de Congratulação pelos 50 Anos da Reserva da Caldeira do Faial.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal da Horta e à Assembleia Municipal da Horta.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

Horta, Sala de Sessões, 10 de março de 2022

Os Deputados: Rui Martins, Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Temos a inscrição da Sra. Deputada Salomé Matos a quem passo a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Caldeira do Faial está localizada na parte central da ilha e é de facto o ex-libris da ilha, sendo conhecida por ser uma das manchas mais intactas da floresta nativa dos Açores, é um dos poucos sítios visitáveis onde ainda é possível imaginar e sentir como seriam os Açores antes da presença humana.

Assim, a caldeira do Faial, reserva natural de grande importância, faz com que a sua vista ou a visita sejam consideradas incontornáveis, ou através das vista do miradouro, seja através do perímetro da Caldeira, ou, para os mais afoitos, uma descida à Caldeira.

Apesar de ser a Caldeira mais jovem da região, com cerca de 1000 anos, é um santuário de biodiversidade, onde é possível encontrar espécies únicas e raras como aqui ouvimos descrever no voto.

Por esse motivo, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente a este voto de congratulação pela passagem dos 50 anos desde a data de classificação da Caldeira do Faial como reserva natural.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O próximo voto também é de congratulação pela passagem dos 50 anos da classificação da Caldeira do Faial como reserva natural. Este voto é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e passo a palavra ao Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pela passagem dos 50 anos da classificação da Caldeira do Faial como Reserva Natural

No passado dia 7 de março assinalaram-se 50 anos desde a data de publicação, em Diário da República, do Decreto 78/72 de 7 de março, que criou a Reserva Natural da Caldeira do Faial, assumindo-se esta, como a primeira área protegida dos Açores com estatuto legal.

A necessidade de se iniciar a conservação de um conjunto de valores naturais dos principais santuários de biodiversidade dos Açores esteve na base da classificação daquela zona e de outras que se seguiram.

A Caldeira do Faial é uma cratera do vulcão originário da ilha com cerca de 400 metros de profundidade e 2 quilómetros de diâmetro, na qual a floresta

Laurissilva presente é similar à que cobria a ilha do Faial ainda antes do povoamento e onde se pode encontrar a maioria das espécies de flora mais emblemáticas e raras dos Açores.

Está integrada no Parque Natural do Faial e encontra-se, igualmente, classificada pela União Internacional para a Conservação da Natureza, como Reserva Natural, e pela Rede Natura 2000, como Zona de Proteção de Aves Selvagens e como Zona Especial de Conservação de *Habitats*. Foi ainda recentemente classificada como Zona Húmida de relevância internacional pela Convenção de Ramsar.

Assegura, paralelamente, o estatuto de Geossítio de relevância internacional do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO.

As suas características naturais fazem dela, hoje, um dos principais pontos de atração para quem visita e vive o Faial, tendo sido a descida ao fundo da sua cratera distinguida como a melhor experiência na Natureza no âmbito dos prémios EDEN (Destinos Europeus de Excelência) 2016.

A Caldeira do Faial é também palco do *Azores Trail Run*, uma das mais distintas provas internacionais de *trail run*, em que numa aliança entre o desporto e a natureza, é visível a materialização de iniciativas singulares que promovem a valorização da sustentabilidade destas áreas protegidas, e que, simultaneamente, delas tiram proveito para a prática desportiva de alto nível assim como para a atividade turística, representando isso um, de entre vários produtos, que fazem dos Açores um dos destinos turísticos mais conceituados do mundo.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: A Reserva da Caldeira é, pois, um elemento estruturante na conservação da biodiversidade e da geodiversidade, na qual os valores presentes são reconhecidos internacionalmente.

Neste momento, em que assinalamos os 50 anos desta classificação, importa salientar o trabalho desenvolvido por todos os que, diariamente, se dedicaram no passado e se dedicam no presente na materialização das políticas e das medidas que têm permitido aos Açores defender e valorizar o seu património natural.

Um caminho que importa continuar.

Nessa medida, acreditamos ser pertinente concretizar o projeto de ordenamento do Cabeço Gordo, junto à Caldeira do Faial, pois permitirá valorizar ainda mais esta área protegida do ponto de vista paisagístico, ambiental e turístico.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 10 de março de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem dos 50 anos desde a data de classificação da Caldeira do Faial como Reserva Natural.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Disse!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

Os Deputados: Tiago Branco e Ana Luís

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O próximo voto também é de congratulação à atleta Isabel Farias pela conquista do título de Campeã Nacional de Cadetes 2022, na modalidade de Judo. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e passo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto para a sua apresentação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

À atleta Isabel Farias pela conquista do título de Campeã Nacional de Cadetes 2022, na modalidade de Judo

No passado dia 19 de fevereiro de 2022, a jovem Isabel Farias, atleta do Judo Clube de Ponta Delgada, sagrou-se Campeã Nacional de Cadetes, na modalidade de judo, na categoria de -48 kg.

A vitória teve lugar no campeonato nacional de cadetes 2022 que decorreu no Pavilhão do Colégio da Imaculada Conceição, em Cernache, distrito de Coimbra, onde participaram dezanove atletas em representação de seis clubes da Associação de Judo do Arquipélago dos Açores. A jovem judoca Isabel Farias subiu ao lugar mais alto do pódio, no seu primeiro ano de cadetes, numa prova que contou com cerca de duzentos e sessenta participantes de todo o país, de norte a sul e ilhas.

Este resultado reflete um percurso atlético marcado já pela conquista de alguns resultados de relevo. No ano anterior, no Campeonato Nacional de Juvenis 2021, onde participaram vinte e seis atletas, em representação de sete clubes Açorianos, a atleta havia alcançado um honroso segundo lugar, na categoria de -38kg. Em 2020, no “Open de Juvenis de Almada”, conquistou o primeiro lugar na categoria de -44kg e em 2019 havia também conquistado o primeiro lugar na categoria de -44kg, no “Open Cidade de Ponta Delgada”, em Juvenis Femininos.

As conquistas da judoca Isabel Farias confirmam a qualidade do trabalho efetuado, ao longo dos anos, pela atleta, e evidenciam o importante papel do Judo Clube de Ponta Delgada no desenvolvimento da modalidade, que se verifica pelos resultados alcançados que incluem vários títulos nacionais e até mesmo mundiais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação à judoca Isabel Farias, pela conquista do título de Campeã Nacional de Cadetes 2022.

Deste voto deve ser dado conhecimento à atleta, ao Judo Clube de Ponta Delgada e à Federação Portuguesa de Judo.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

Os Deputados: Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O próximo voto é de congratulação também à Isabel Pimentel Farias pela conquista da conquista medalha de ouro no campeonato nacional de cadetes na modalidade de judo. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e passo a palavra à Sra. Deputada Valdemira Gouveia para a sua apresentação.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A Isabel Pimentel Farias pela conquista da medalha de ouro no campeonato nacional de cadetes na modalidade de judo

ISABEL PIMENTEL FARIAS é uma jovem de 14 anos de idade, nascida e residente na Vila de Rabo de Peixe.

Desde muito cedo manifestou grande entusiasmo pelo desporto, acompanhando de perto, juntamente com a sua irmã gémea, a sua irmã mais velha Carolina Farias, na prática de outras modalidades.

Aos oito anos de idade iniciou-se no Judo, no Judo Clube de Ponta Delgada, destacando-se em várias provas internas de promoção até aos 13 anos de idade, altura em que começou a competir oficialmente.

Em fevereiro de 2020, participou no *Open* de Almada, arrecadando o primeiro lugar do torneio na sua categoria e, em 2021, no Campeonato Nacional de Judo, conquistando a medalha de bronze, naquela que foi a sua primeira participação num Campeonato Nacional desta modalidade.

No dia 19 do passado mês de fevereiro decorreu o Campeonato Nacional de Cadetes 2022, levado a efeito pela Federação Portuguesa de Judo, no Pavilhão do Colégio da Imaculada Conceição em Cernache, no Distrito de Coimbra.

Dos 260 participantes, a competição contou com 19 atletas de seis clubes da Associação de Judo dos Açores.

Aqui chegada, a atleta açoriana, raboixeixe, sagrou-se campeã Nacional de Cadetes na categoria de –48 Kg femininos.

No rescaldo de uma crise pandémica, cujas medidas de contenção levaram ao isolamento social das crianças e jovens, com efeitos nefastos no seu desenvolvimento sócio emocional, já comprovados por investigação científica, é fundamental reconhecermos a importância do exercício físico e do desporto na saúde física e mental das crianças e jovens.

O contexto desportivo não promove apenas competências físicas e motoras, ensina também – e principalmente - sobre a importância de superar desafios e ganhar habilitações cada vez mais importantes para o progresso das nossas democracias.

Com o percurso assinalável desta jovem atleta, alcançando prémios em competições Nacionais, ISABEL PIMENTEL FARIAS apresenta-se como uma promissora figura de relevo do Judo Regional e Nacional, contando com o apoio do seu treinador e responsável pelo Judo Clube de Ponta Delgada, Jorge Batista e do recentemente campeão de veteranos, Nuno Carvalho.

Assim ao abrigo das disposições Regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de março, aprove o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela vitória de ISABEL PIMENTEL FARIAS, no Campeonato Nacional de Cadetes, na categoria de –48Kg femininos, realizado no dia 19 de fevereiro de 2022, em Coimbra.”

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos pais da Campeã, Mafalda Pimentel e Ruben Farias, ao Clube Judo de Ponta Delgada e à Associação de Judo do Arquipélago dos Açores.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

Os Deputados, Valdemira Gouveia, Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Miguel Costa e Sandra Faria.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Está assim apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O próximo voto é de congratulação também à Isabel Pimentel Farias campeã nacional de judo na categoria cadete com -48 quilos. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação a Isabel Pimentel Farias, campeã nacional de judo na categoria cadete com -48 quilos

A jovem micalense Isabel Pimentel Farias, natural da freguesia de Rabo de Peixe, sagrou-se campeã nacional de Judo na categoria de Cadete com menos de 48 quilos na competição que aconteceu no passado dia 19 de fevereiro, em Cernache, Coimbra.

Apesar de ter tido como adversárias atletas com 16 e 17 anos, mais graduadas, algumas até com cinturão negro, Isabel Farias foi resiliente e acreditou sempre que poderia conseguir o 1º lugar da competição na sua categoria.

Isabel Pimentel Farias, filha de Ruben Farias e de Mafalda Pimentel, ambos da freguesia de Rabo de Peixe, desde muito cedo manifestou grande aptidão para a prática permanente e regular do desporto, o que contribuiu para uma plena e responsável integração na vida ativa dos jovens, sendo hoje um exemplo para os jovens da sua idade.

A jovem campeã com apenas um ano já acompanhava a irmã mais velha na prática de natação, tendo mais tarde praticado essa modalidade como atleta federada e participado em diversas provas de competição. De igual forma, Isabel Pimentel Farias também foi praticante de ginástica aeróbica até ao ano passado. Destacou-se nesta modalidade com o título de Campeão Regional Individual, tendo participado em diversas competições nacionais.

Esta resenha não ficaria completa se não referíssemos que a jovem Isabel praticou também Karaté entre os 6 e os 8 anos, e nesse período começou também a frequentar o Judo Clube de Ponta Delgada, arrecadando vitórias em diversas provas internas e em provas regionais.

A sua ainda curta passagem por esta modalidade desportiva como atleta federada iniciou-se em fevereiro de 2020 quando participou no Open de Almada, tendo arrecadado o 1º lugar do Torneio. Em 2021, participou no campeonato nacional de juvenis, tendo conquistado o 3º Lugar, naquela que foi a sua primeira participação num Campeonato Nacional da modalidade.

Por último, uma palavra de registo para os treinadores Jorge Batista, grande figura do Judo Regional e Nacional e responsável máximo do Judo Clube de Ponta Delgada, para o consagrado Nuno Carvalho que a acompanha diariamente nos treinos, e que muito recentemente foi campeão do mundo de veteranos, bem como para o seu primeiro treinador José Maria Araújo.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo título nacional na categoria de Cadete com -48 quilos, alcançado pela judoca micaelense Isabel Pimentel Farias.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à atleta e à sua família, à Junta de Freguesia de Rabo de Peixe e aos órgãos de gestão do Judo Clube de Ponta Delgada.

Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

Os Deputados: João Bruto da Costa, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Rui Espínola e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está assim apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Temos uma inscrição do Sr. Deputado José Pacheco, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o CHEGA associa-se a este voto. Eu, pessoalmente, fui uma desgraça no judo, mas tenho um carinho muito especial pelo judo, passei por lá pouco tempo e não aprendi coisa nenhuma, mas aqui também salientar a importância que tem todo o desporto, especialmente aqui em Rabo de Peixe, uma freguesia que muitas vezes é falada pelas piores razões, podemos falar aqui de Rabo de Peixe pelas melhores razões e falar dos nossos jovens pelas melhores razões porque estão a praticar desporto, estão a fazer algo de positivo e não estão naquilo que todos os dias nós lutamos, que são as coisas negativas que a sociedade às vezes lhes impõe ou oferece por falta de ocupação.

Que fique sempre este alerta e que eu nunca me canse de o dizer e que nós nunca nos cansemos de o dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passemos ao próximo voto, é também de congratulação. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo título de campeão nacional de scratch-ciclismo de pista para José Miguel Afonso do Clube Fontinhas Activa. Passo a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias para a sua apresentação.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Título de campeão nacional de scratch-ciclismo de pista para José Miguel Afonso do Clube Fontinhas Activa

No passado dia 27 de fevereiro de 2022, o ciclista José Miguel Afonso, do Clube Fontinhas Activa, sagrou-se campeão nacional da modalidade de Scratch – Ciclismo de pista, na categoria de Elites A, no velódromo nacional de Sangalhos, em Anadia.

O Scratch é uma disciplina de ciclismo de pista que consiste numa prova disputada ao sprint, na distância de 15 Kilómetros, nesta categoria de Elites A.

Esta categoria pressupõe um nível físico, técnico e tático acima da média, devido às suas especificidades, como são o rolar em grupo, colocação e manutenção da posição em pista, ataques, contra-ataques, acelerações e sprint final.

O ciclista do Clube da Praia da Vitória dominou a prova do início ao fim, sendo o vencedor inequívoco de mais um título nacional, que muito orgulha a Região Autónoma dos Açores.

Este feito tem mais relevância ainda, tendo em conta que José Miguel Afonso não competia em pista há cerca de 8 anos, regressando agora a esta modalidade. O Clube Fontinhas Activa tem tido um trabalho consistente e sustentável no ciclismo, contribuindo para a prática desportiva regular de largas dezenas de atletas e colocando-se nos mais altos patamares de algumas disciplinas desta modalidade no contexto nacional, conseguindo agora o seu segundo título nacional, depois de em 2019 Lucas Mendonça também ter trazido para os Açores o título de campeão nacional na prova de contrarrelógio dos campeonatos nacionais de estrada para atletas amadores em 2019.

Saudamos assim este título, bem como o trabalho que está a ser desenvolvido por esta instituição desportiva do Concelho da Praia da Vitória, promotora e participante em várias provas e iniciativas na Ilha Terceira e na Região neste âmbito, mas também com uma participação e actividade cada vez mais consistente em provas nacionais.

Saudamos todos os órgãos sociais deste clube, na pessoa do seu Presidente Adriano Toste, bem como todos os seus atletas.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores propõe um voto de congratulação ao atleta do clube Fontinhas Activa José Miguel Afonso pelo título de campeão nacional de Scratch-Ciclismo de pista.

Que deste voto seja dado conhecimento ao atleta, aos órgãos sociais do Clube Fontinhas Activa, Assembleia de Freguesia das Fontinhas, Associação de Ciclismo dos Açores e Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

Os Deputados: Berto Messias, Rodolfo Franca, Andreia Costa, Tiago Lopes e Sérgio Ávila.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Temos uma inscrição, do Sr. Deputado Rui Espínola, a quem passo a palavra.

(*) **Deputado Rui Espínola (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o grupo Parlamentar do PSD se associa ao voto apresentado aqui pelo Partido Socialista ao Clube Fontinhas Activa. A freguesia das Fontinhas do concelho da Praia da Vitória, é uma freguesia com cerca de 1500 habitantes, tem três clubes desportivos, dois deles participam em provas de âmbito nacional. Trata-se do Grupo Desportivo das Fontinhas e do Clube Fontinhas Activa.

O Grupo Desportivo das Fontinhas participa no campeonato de futebol de Portugal, foi campeão na sua série D e vai disputar o acesso à liga 3.

A Associação Fontinhas Ativa tem aqui também angariado medalhas a nível nacional e tem sido um exemplo da promoção da atividade física e desportiva no concelho da Praia da Vitória e na ilha Terceira. Tem sido uma forte impulsionadora da prática do ciclismo no concelho da praia da Vitória, mas tem sido também uma promotora de várias provas na ilha e na Região, em colaboração com a associação de atletismo dos Açores.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD saúda o atleta José Miguel Afonso pelo feito alcançado, saúda os órgãos sociais da Associação do Clube Fontinhas Activa, na pessoa do Sr. Presidente Adriano Toste e quero manifestar também o orgulho desta Assembleia no trabalho desenvolvido pela freguesia das Fontinhas, pelas suas pessoas, naquilo que é a modalidade desportiva que muito enobrece o concelho da Praia da Vitória, ilha Terceira e os Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária. O próximo voto de congratulação é à Seleção de Sub-13 de Futsal de Santa Maria pelo título de Campeã Regional. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e dou a palavra ao Sr. deputado João Melo para a sua apresentação.

Deputado João Melo (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

À Seleção de Sub-13 de Futsal de Santa Maria pelo título de Campeã Regional

No passado dia 27 de fevereiro, a Seleção de Sub-13 de Futsal de Santa Maria sagrou-se Campeã Regional no Torneio Regional Interilhas, que decorreu entre os dias 25 e 27 de fevereiro, na Ilha de São Miguel.

No referido torneio estiverem presentes 6 equipas, provenientes de 5 ilhas: Santa Maria, São Miguel, Terceira, Pico e Flores, tendo sido a seleção mariense a que alcançou a vitória.

A seleção da ilha de Santa Maria foi composta por atletas dos dois grupos desportivos que possuem a prática da modalidade – Clube Desportivo Gonçalo Velho e Grupo Desportivo de São Pedro – nomeadamente Lourenço Rego, João Costa, Gerson Resendes, Guilherme Reis, Filipe Pacheco, José Braga, Rafael Silva, João Pina, João Moura, Gaspar Moura, Gonçalo Terra e Rodrigo Almada. Dedicados à sua formação e treino estiveram os treinadores Sérgio Nunes e João Lima.

A prática desportiva na ilha de Santa Maria contribui, desde as escolinhas do desporto, nas diversas modalidades, para um crescimento saudável e desportivo dos jovens marienses. Muitos deles chegam, ao longo da sua carreira desportiva, a patamares muito elevados, integrando, inclusive, equipas e/ou seleções, em competições nacionais.

O Clube Desportivo Gonçalo Velho, fundado em 1945, iniciou a sua atividade de futsal, filiando-se na Associação de Futebol de Ponta Delgada no ano de 2007. Contudo, foi em 2001 que começou, pela Fundação INATEL, a proporcionar aos seus atletas o então “futebol de 5”.

Hoje em dia, na modalidade de Futsal, tem 35 atletas nas escolinhas de formação, 20 Infantis e 26 juvenis, possuindo ainda a equipa de Seniores Masculinos, que joga na 3ª Divisão do Campeonato Nacional de Futsal.

O Grupo Desportivo São Pedro, fundado de 1984, abriu a prática de Futsal em 2008 e tem neste momento a praticar a modalidade 22 Benjamins, 15 Infantis e 13 Juvenis.

Fruto do trabalho e dedicação dos seus treinadores, enalteçemos o empenho, dedicação e garra dos atletas que representaram a ilha de Santa Maria e que

superaram técnica e taticamente os adversários, alcançado a vitória para a Ilha do Sol.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de março, aprove o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula a Seleção Sub-13 de Futsal de Santa Maria pela conquista do título de Campeã Regional no Torneio Interilhas”.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento ao Clube Desportivo Gonçalo Velho, ao Grupo Desportivo São Pedro, aos seus atletas e treinadores, aos encarregados de educação da equipa vencedora, à Associação de Futebol de Ponta Delgada, ao Município de Vila do Porto e à Assembleia Municipal de Vila do Porto.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

Os Deputados: João Melo e João Vasco Costa.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está assim apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Temos uma inscrição, o Sr. Deputado Paulo Gomes, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se a este voto de congratulação à Seleção Sub-13 de Futsal da ilha de Santa Maria.

Foi uma conquista de enorme relevância, atendendo ao escalão precoce, atendendo ao historial daquilo que são algumas ilhas em relação ao futsal nos Açores, portanto, foi sem dúvida uma conquista muito importante.

Pode ser também um incentivo para que a modalidade cresça na ilha de Santa Maria, uma modalidade muito apaixonante e vibrante e que tende a crescer na nossa região.

Uma referência também aos dois clubes, ao Clube desportivo Gonçalo Velho e ao Grupo Desportivo de São Pedro pelo trabalho realizado na formação e que continue a elevar o nome do futsal em Santa Maria e também nos Açores.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Há uma inscrição do Sr. Deputado Paulo Estevão, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM também se quer associar a este voto, Sr. Deputado. Nós também temos, neste momento, na ilha do Corvo, uma modalidade em crescimento, aliás teve uma equipa de Santa Maria recentemente a jogar na ilha do Corvo, o resultado foi diferente do que este aqui que V. Exa. traz hoje, no âmbito desta votação, mas é muito importante que as ilhas de menor dimensão possam dar uma dimensão verdadeiramente regional a esta modalidade. É isso que está a acontecer, no âmbito do futsal, participando Santa Maria e Corvo nestas modalidades e, portanto, permitindo que ela tenha uma abrangência regional.

Esta conquista da seleção de sub13 da seleção de futsal de Santa Maria é realmente muito importante e é de assinalar e permite a expansão da

modalidade em condições que nós já sabemos nas ilhas mais periféricas, em que é mais difícil participar nestas modalidades e ter fundamentalmente este êxito é muito difícil de alcançar. Portanto, é um êxito muito assinalável e O PPM quer aqui congratular-se por este êxito desportivo e pela apresentação deste voto por parte de V.Exa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária. Vamos assim para o último voto de congratulação. Ele é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP pelo facto do Paulo Pereira, atleta do Judo Clube de São Jorge, ser Campeão Nacional e é apresentado pelo Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Voto de Congratulação

Paulo Pereira, atleta do Judo Clube de São Jorge, é Campeão Nacional!

O Judo Clube de São Jorge nasceu a 7 de março de 2002, tem cerca de duzentos atletas, onde vários integram regularmente as seleções nacionais nos diferentes

escalões etários, incluindo nos seniores, assim como, também integra atletas de Alto Rendimento Desportivo, mostrando assim que este é um clube responsável, dinâmico e grande promotor do desporto açoriano.

O Judo tem sido uma das atividades através das quais os atletas jorgenses mais se têm destacado tanto a nível nacional como a nível internacional, alcançando sucessos consideráveis ao mais alto nível competitivo.

Decorreu nos dias 5 e 6 de março, no Pavilhão Desportivo do Colégio da Imaculada Conceição, em Cernache (Coimbra) O Campeonato Nacional de Juniores e o Campeonato Nacional Veteranos e Judo Adaptado 2022 que contou com mais de 40 atletas de todo o país.

O Judo Clube de São Jorge fez-se representar através da participação do atleta Paulo Pereira, acompanhado pelo treinador Carlos Luz.

Após a medalha de bronze no último Campeonato na categoria M4 -81kg, o atleta Paulo Pereira demonstrou uma dedicação, entrega e compromisso com a modalidade, subindo assim ao lugar mais alto do pódio.

Esta distinção obtida, promove o desporto açoriano e prestigia os Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista do primeiro lugar no Campeonato Nacional de Veteranos e Judo Adaptado 2022 pelo atleta Paulo Pereira.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao atleta e ao Judo Clube de São Jorge.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

Os Deputados, Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está assim apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Permitam-me, como jorgense, a minha satisfação por ser uma Mesa tão bem representada pelas minhas colegas de São Jorge, é sempre um gosto.

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação do atleta Paulo Pereira do Judo Clube de São Jorge pelo campeonato nacional de veteranos de judo adaptado de 2022 é um corolário do seu empenho, da sua dedicação à modalidade.

Felicitemos também o judo clube de São Jorge por este título que soma a muitos outros já conquistados e, mais uma vez, isto só demonstra que o Judo Clube de São Jorge é uma escola de desenvolvimento desportivo de formação de jovens, séniores e veteranos, que prestigiam São Jorge e o desporto açoriano.

Disse!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária. Deu entrada na mesa um voto de saudação, pelo Dia Internacional da Mulher. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e passo a palavra à Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de saudação
Dia Internacional da Mulher

A declaração do dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher pela Assembleia Geral da Nações Unidas em 1975 foi a assunção pela comunidade internacional da importância civilizacional, democrática e redentora para a humanidade da luta da mulher pela igualdade e contra o pensamento incutido através de um sistema patriarcal que mutila e empobrece a vida do ser humano nesta comunidade global.

Esta luta secular tem, desde o Séc. XIX, quando avulta o movimento sufragista como plataforma organizada à escala internacional da luta da mulher pela igualdade, um patamar de desenvolvimento mais sistemático e abrangente.

Não esqueçamos que o ponto de partida desta luta era a total ausência de cidadania da mulher, de direitos cívicos, de vontade própria, direitos laborais e de acesso à educação.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Desde esses tempos, a evolução foi poderosa nas conquistas de direitos cívicos, sociais e políticos da mulher, mas também não nos podemos esquecer que em largos espaços do mundo a mulher não tem, por lei, autonomia para decidir se tira a carta de condução, se vai à escola, ou se vai viajar, entre

outras negações da sua vontade própria. Em vastas áreas do mundo, continua a prática hedionda da mutilação feminina.

No nosso país, a igualdade na lei relativamente ao direito ao divórcio, em plenitude, só foi possível após o 25 de Abril. A não criminalização da Interrupção Voluntária da Gravidez só foi possível nos anos 90 do século passado. E a consagração da violência de género como crime público só foi possível já neste século, o século XXI. Desde o tempo das sufragistas, a Humanidade evoluiu muito nesta matéria, neste caminho. Milhares de mulheres foram assassinadas, presas, seviciadas e sofreram agressões de toda a índole.

Honrar toda esta epopeia da humanidade é prosseguir hoje esta luta, porque apesar do caminho já percorrido, existe ainda um longo caminho pela frente.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não devemos esconder que, na própria União Europeia, nos últimos anos, em média, 50 mulheres foram assassinadas por semana, e em Portugal o crime de violência de género é o que mais cresce no país, uma situação para a qual, infelizmente, os Açores concorrem de forma significativa.

Na União Europeia, segundo um relatório de 2021, 33% das mulheres já foram vítimas de violência doméstica, no trabalho, a diferença salarial entre mulheres e homens em igualdades de responsabilidades é de 14,1%, e o risco de pobreza é superior para as mulheres, havendo até 3 ciclos de mulheres pobres sob o mesmo teto.

Este risco foi agravado com a pandemia, até porque nos setores económicos mais afetados pela pandemia trabalham muitas mulheres.

A constatação dos dados de hoje sobre a situação da mulher na Europa, mostra que os caminhos seguidos pela economia e pela sociedade não foram os melhores para o desígnio civilizacional da igualdade da mulher na lei e na vida.

Neste século, continuamos a assistir ao femicídio, um crime praticado na sua maioria, por companheiros ou ex-companheiros.

À medida que o mundo avança tentam implementar-se movimentos conservadores que têm a mulher unicamente como cuidadora da família, não lhes reconhecendo outras capacidades.

Este quadro europeu é, nos Açores, ampliado negativamente, o que coloca a esta Casa, ao Governo, e aos poderes públicos, a necessidade de serem tomadas medidas concretas, desde já, para cumprir este desígnio civilizacional: a igualdade. Uma sociedade em que toda a humanidade, mulheres e homens, independentemente da cor ou credo, são convocados para a construção de um mundo melhor.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

A Oradora: No espírito da declaração da ONU de 1975, aquando da instituição do dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher, a sinalização deste dia serve como catapulta para novos avanços, porque o caminho é longo.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação pela luta das mulheres de todo o mundo, pela igualdade e pelos direitos humanos, englobando as organizações feministas, que por todo o mundo desenvolvem a sua ação, e de forma geral a todas as mulheres e homens que, no seu dia a dia, na sua ação, concorrem para a construção de mais liberdade, mais igualdade e mais fraternidade, valores universais que têm hoje uma acutilância superior.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos de toda a Câmara)

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

Os Deputados: Alexandra Manes e António Lima.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

A Mesa já tem uma inscrição.

(Pausa)

Passo a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sem uma mulher eu não estaria aqui.

Garantidamente é a lei da natureza e assim é que deve ser. Nenhum de nós estaria aqui e às vezes esquecemo-nos disto e esquecemo-nos das nossas mães.

(Risos do Deputado Nuno Barata (IL))

O Sr. Deputado Nuno Barata hoje está muito bem disposto! Daqui a pouco eu penso que lhe passa a boa disposição, mas aguardemos!

Mas, o assunto é sério! Sra. Deputada Alexandra Manes na maior parte das vezes divergimos na ideologia, mas nestas coisa certamente que jamais porque há que respeitar e eu tenho o maior respeito por todas as mulheres, porque tenho uma mãe, tenho uma esposa, tenho uma filha, tenho irmãs, tenho sobrinhas, tenho amigas, tenho pessoas que estão ao meu lado e se há coisa que eu gosto mesmo é a visão que as mulheres têm sobre o mundo, que me completam, completam a nossa visão masculina, assim como nós completamos a visão feminina das senhoras.

Com muito agrado hoje vejo uma senhora na presidência e duas senhora a ajudar na presidência da nossa Assembleia Regional e assim devia ser sempre, por mérito.

E se há coisa que eu acho, sem em que for, é que todos têm direitos e todos têm deveres, que todos devem alcançar por mérito, não por legislação e acho que nós temos que lutar para que as mulheres tenham um papel fundamental na nossa sociedade pelo mérito, pelo valor que elas têm e não por imposição legislativa, que não é isso que lhes dá o valor e, no meu entender, até lhes retira valor.

Que seja o Dia da Mulher um dia simbólico, mas que o Dia da Mulher seja todos os dias pelas nossas mães.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CCD-PP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este voto de saudação aqui trazido pelo Bloco de Esquerda e Sra. Deputada Alexandra Manes, também saúdo pela oportunidade. Foi a primeira oportunidade, desde há dois dias, que se celebrou o Dia Internacional da Mulher e obviamente se, dúvidas houvesse, quanto à unanimidade e relativamente à pertinência do que nos trouxe, acho que ficou bem patente no aplauso que mereceu o seu voto.

E, obviamente, não querendo fazer disto um cliché, mas, nem de propósito, temos uma mesa constituída por mulheres, obviamente que dada a sua competência foram eleitas para as funções que exercem e isso também é simbólico e julgo que merece essa referência também e é efetivamente uma feliz coincidência.

De qualquer das formas, consideramos que tudo aquilo que configure e que está versado neste voto, tudo aquilo que configure a intolerância, injustiça e discriminação e, nomeadamente, de género, é sem dúvida algo inaceitável e que merece a nossa reprovção e que, por isso, sem dúvida que há um caminho que

já foi percorrido e há um caminho contínuo que deve continuar a ser trilhado e que nós devemos contribuir para tal.

Este dia, obviamente, é um dia simbólico, mas que exatamente e para nos fazer refletir, sobretudo, daquilo que ainda não foi conseguido e até, sobretudo, nas realidade que conhecemos, às vezes fora de portas, temos de olhar para dentro de portas porque nem tudo está feito e continua a haver alguma assimetria, mas sem dúvida que temos que zelar por aquilo que são as próprias convenções internacionais, aquilo que se passa fora de portas e reprovar e contribuir para que acabe este tipo de discriminação que tem por base o género, que é sem dúvida inaceitável.

Por isso, muito obrigada ao Bloco de Esquerda, saúdo o Bloco de Esquerda pela pertinência de trazer este voto neste momento e obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Célia Pereira.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se também, e, como não podia deixar de ser, ao voto que o Bloco de Esquerda nos traz.

Um voto, cuja mensagem nos deixa ainda a todos atónitos pelos crimes de que são alvo, diariamente e um pouco por todo o mundo, as mulheres.

Passaram-se 165 anos desde que em 1857, a 8 de março, um grupo de trabalhadoras organizou uma marcha em Nova York para exigir melhores condições de trabalho, direito ao voto e o fim do trabalho infantil.

Desde então, um longo caminho foi percorrido e, mesmo assim, no nosso país, na nossa região na Europa e no mundo, as mulheres continuam a ser alvo de discriminação, continuam a ser alvo de estereótipos que as fragilizam e diminuem na sua condição de mulher. Uma condição que é ditada à nascença, ninguém escolhe nascer homem ou nascer mulher e, no entanto, construímos

uma sociedade onde as desigualdades permanecem numa relação desigual entre fortes e fracos e onde, culturalmente, nem sempre compreendemos porque é que assim é. Portanto, cabe-nos a cada um de nós fazer com que as coisas mudem.

A emancipação da mulher passa por isso, não só por dar voz às mulheres, garantindo através da lei e do seu cumprimento, que a mulher possa ser o que ela quiser, mas passa também por aquilo que é a atitude e o comportamento de cada um de nós nas mais pequenas coisas e nas coisas mais importantes, nas nossas casas, nas nossas organizações e onde pudermos, aí, cada um de nós contribuir para fazer a diferença.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: uma diferença que, e lembrando o poeta José Carlos Ary dos Santos, porque nesta luta temos que estar unidos, como a Sra. Deputada Alexandra Manes, muito bem disse, independentemente dos nossos credos, “independentemente de sermos homens ou mulheres é importante que a mulher, cada vez mais, não é só casa, mulher louca, mulher cama, ela é também mulher asa, mulher força, mulher chama e que desde que as coisas se tornem naquilo que agente quer, que seja igual, porque é igual, dizer meu homem ou dizer minha mulher.”

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra á Sra. Deputada Vitória Pereira.

(*) **Deputada Vitória Pereira (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A bancada do PSD naturalmente associa-se a este voto.

Em primeiro lugar, queremos deixar uma palavra de solidariedade a todas as mulheres ucranianas que estão a passar por momentos muito difíceis neste momento, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... fugindo à guerra com os seus filhos e deixando para trás as suas casas e as suas famílias.

A mulher é hoje uma pessoa e cidadão que escolhe estar onde estar, pelas suas qualidades e competências, pelo que queremos deixar uma saudação especial a todas as mulheres.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM quer associar-se a este voto de saudação pelo Dia Internacional da Mulher e pelo seu conteúdo, Sra. deputada, a descrição que faz, do ponto de vista da evolução que ocorreu nos últimos séculos, nalguns casos nas últimas décadas, em relação à condição da mulher nas nossas sociedades.

Como V. Exa. bem descreveu é uma conquista que tem sido realizada em muitas sociedades ocidentais e noutras, mas há muitas zonas do mundo em que a mulher continua a ser amplamente discriminada. E também, como V. Exa. acentua, mesmo nas nossas sociedades, nas sociedades europeias, na sociedade portuguesa, na sociedade açoriana ainda há muito a fazer, há um longo caminho a percorrer e tem que existir vontade política. Da parte do PPM, nós temos essa vontade política de percorrer esse caminho ao lado de senhoras deputadas, senhores deputados, muita gente que continua a olhar para este tema como uma causa, uma causa em que é preciso continuar a fazer muita coisa.

Quero aqui recordar o papel que desempenho, nesta Casa, a Sra. Deputada Zuraida Soares, que foi sempre uma ativista muito empenhada -eu próprio testemunhei- em vários fóruns, quer no Parlamento dos Açores, quer nas

jornadas que nós realizámos noutros Parlamentos, por exemplo com o Parlamento das Canárias, da Madeira e de Cabo Verde, em que foram conseguidos mais alguns avanços.

Esta é uma luta que temos que fazer todos os dias e que estamos longe de ter que terminar.

Por isso, Sra. Deputada, total solidariedade, total apoio e dar-lhe os parabéns pelo voto, pelo seu conteúdo, pela enorme importância que o mesmo tem, de consciencialização de que há muito a fazer. Temos que meter “mãos à obra” para continuar a avançar nesta matéria.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar passar essa oportunidade sem referir que obviamente a representação parlamentar da IL se associa a este voto apresentado pelo Bloco de Esquerda, na pessoa da Sra. deputada Alexandra Patrícia Manes, sem, no entanto, deixar a preocupação no de que existe ainda um longo caminho percorrer nesta matéria, mesmo até na nossa Região Autónoma dos Açores.

É notório a quantidade de senhoras que este parlamento tem – nem sempre foi assim. Eu estive aqui numa legislatura que eram bem poucas. Hoje, felizmente, são bastantes. Hoje, felizmente, temos três cabeças de lista presidindo aos trabalhos da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o que também é um sinal de que as mulheres na política açoriana não estão só por causa das cotas, estão por mérito próprio. São três mulheres de duas ilhas diferentes, neste caso que encabeçaram listas de três partidos diferentes e isto é também um indicador de que a Região Autónoma dos Açores está na linha da frente, no que à igualdade de oportunidades, concerne.

Mas, há ainda muito caminho por fazer, há ainda uma discrepância enorme entre os vencimentos das mulheres e os vencimentos dos homens em tarefas iguais. Há ainda uma enorme discriminação naquilo que concerne à escolha de tarefas dentro da própria administração pública regional, dentro das nossas empresas privadas, dentro das cooperativas, dentro de tudo o que é setor económico e administrativo desta Região.

Não é de menos, Sra. Deputada Alexandra Manes, lembramos aqui, nem quem seja todos os anos, na passagem do Dia Internacional da Mulher que temos este caminho para percorrer, que temos este caminho para fazer, apesar de estarmos bem adiante de muitos países desta humanidade, desta terra onde o Homem escolheu desenvolver a sua vida social, onde infelizmente as mulheres ainda são discriminadas, ainda são perseguidas, ainda são tratadas como se de ser humanos não se tratassem.

Um bem-haja.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado pede a palavra para? O senhor já fez uma intervenção.

Uma interpelação? Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Isto às vezes tem que se aldrabar um pedacinho, mas eu queria pedir desculpa à Sra. Deputada Ana Luís que foi Presidente desta Assembleia, uma ilustre senhora e esta falha na minha intervenção não podia ficar. peço desculpa, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar então à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Dada a nossa hora, vamos avançar para o intervalo da manhã. Voltamos às 12:10.

Muito obrigada.

Eram 11 horas e 53 minutos.

Presidente: Peço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos trabalhos.

Eram 12 horas e 17 minutos.

Deputado Nuno Barata (IL): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da região Autónoma dos Açores, folgo em registar as vossas melhoras, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

**Pelas declarações do Secretário Regional da Agricultura e
Desenvolvimento Rural que descredibilizam o papel da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores no processo de criação do
Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores**

Em outubro de 2020, na sequência das Eleições Regionais, o Parlamento dos Açores ganhou uma nova pluralidade, significativa da representatividade do Povo Açoriano das 9 ilhas do arquipélago, e ganhou uma renovada centralidade, após 24 anos de maiorias socialistas que relegaram o principal órgão do sistema político autonómico para um papel menor e secundarizado pela omnipresença e onnipotência dos sucessivos governos.

Essa renovada importância e centralidade foi, desde então, reconhecida e propalada, com eloquência, em todos os discursos, nomeadamente os do Sr. Presidente do Governo.

Em novembro de 2020, na sessão de tomada de posse do XIII Governo Regional dos Açores, nesta Assembleia, o Presidente do Governo salientou esta renovada centralidade político-parlamentar, dizendo que: *“Não se trata, pois, de um mero ato de grande simbolismo parlamentar, mas sim da expressão verdadeira e real da nossa democracia autonómica e do nosso sistema parlamentar”*.

Um mês após, em dezembro de 2020, no discurso de apresentação do Programa do XIII Governo, o Dr. José Manuel Bolieiro insistia: *“(…) o Governo dos Açores teve de emergir do parlamento dos Açores, devolvendo a este a centralidade do debate e da propositura política”*.

Não citarei todas as referências feitas ao renovado papel do Parlamento, nesta nova era da Autonomia político-administrativa, mas lembrarei ainda o que foi dito, já em janeiro deste ano, na Comunicação do Sr. Presidente do Governo a

esta Assembleia: *“Aceitando a pluralidade democrática e reconhecendo a centralidade política deste parlamento (...) A centralidade política e decisória nos Açores está agora, como nunca esteve, no Parlamento”*.

Mais: *“a solução parlamentar que viabiliza este XIII Governo Regional é feita do pluralismo parlamentar, e diversificou, como nunca, as alternativas ao dispor da nossa Autonomia Política, enriquecendo a nossa Democracia. (...) O nosso método de governação será o correspondente à exigência democrática parlamentar deste novo quadro político”*.

Vêm estas citações a propósito de um sentimento de indignação de um determinado setor da sociedade açoriana relativamente a uma iniciativa legislativa aprovada, POR UNANIMIDADE, no passado mês de fevereiro, por esta Assembleia plural e central no quadro político-partidário vigente.

Germinado ainda na anterior Legislatura, o XIII Governo Regional decidiu dar continuidade ao processo de criação do regime jurídico necessário à criação do Instituto da Vinha e do Vinho nos Açores.

A proposta deu entrada no Parlamento, que fez o que tinha que fazer: ouviu os parceiros, apreciou as intenções do proponente e seguiu o pulsar da sociedade açoriana que, há muitos anos, se vem dizendo farta de assistir à nomeação dos chamados *“jobs for the boys”*, isto é, num processo de engrandecimento do aparelho administrativo regional por via de escolhas de personalidades ligadas aos aparelhos partidários ligados ao poder e de aumento de custos de funcionamento.

Neste sentido, na tentativa de disciplinar os abusos que o Povo tanto critica e aos quais, bastas vezes, os partidos da oposição se atiram (e muito bem, se não for para constar apenas de discurso populista), a Representação Parlamentar do Iniciativa Liberal, entre outras, propôs que os custos associados aos cargos de administração deste novo instituto público regional fossem reduzidos.

Queremos regras que potenciem a meritocracia, ou queremos mais tachos para os aparelhos partidários? Queremos mais gente na administração pública, ou queremos menos Estado e mais iniciativa privada? Queremos partidos políticos que sejam coerentes e assertivos, na aplicação prática dos seus discursos políticos, ou queremos apenas que os políticos falem muito e concretizem quase nada?

O Iniciativa Liberal é coerente. Entre outros compromissos, no acordo de incidência parlamentar que assinamos com o PSD/Açores, estão plasmadas duas visões claras de reforma administrativa. Uma prevê *“uma nova cultura política na relação da Região com as empresas do setor público empresarial regional”*. Outra determina *“uma racionalização dos serviços públicos da Administração Regional”*.

Ora, com base nesta coerência política, apresentámos as propostas de alteração que se impunham, perante uma intenção deste novo Governo Regional em continuar a perpetuar erros políticos do passado. Mais, as propostas de que falamos foram aprovadas por unanimidade.

Seguindo a mesma lógica, na tentativa de evitar que (à semelhança de más práticas anteriores) a Assembleia deixasse ao livre-arbítrio do Governo Regional a regulamentação da nova legislação, foi por proposta da Iniciativa Liberal que o Parlamento aprovou, também por unanimidade, a existência de um conselho consultivo que preste apoio especializado ao conselho diretivo do Instituto da Vinha do Vinho.

Julgamos, todos nós, nesta Assembleia, que estávamos a seguir o caminho certo. O Iniciativa Liberal continua a não ter dúvidas da mais-valia das propostas que apresentou.

No entanto, alguns representantes do setor vitivinícola indignaram-se contra aquilo que toda a vida criticaram nas governações, aduzindo argumentos que

pecam pela incoerência e pela incongruência. Todavia, todos têm direito à sua opinião!

Pior é quando um alto representante da governação regional, com particulares responsabilidades sobre o setor em causa, na senda do velho dito popular de querer “*Ficar bem com Deus e com o Diabo*”, não se insurgiu, nesta Assembleia Legislativa, contra as propostas de alteração que foram apresentadas à iniciativa que aqui nos trouxe, aparentemente, dignificando e valorizando as palavras do seu Presidente do Governo quanto à importância plural da renovada centralidade parlamentar, mas depois, publicamente, perante os contestatários e na comunicação social, acusa a Assembleia de quase ter desvirtuado a proposta de legislação.

Para tentar ficar bem com os indignados do setor, ir para a imprensa afirmar que:

“*Se apresentámos uma proposta e a nossa proposta saiu diferente, o que posso dizer é que consideramos que a nossa proposta tinha razão de ser*” ou que “*se a prática o exigir*”, o assunto pode regressar à Assembleia Legislativa, lamentando que “*a proposta que foi entregue pelo Governo à Assembleia Regional é diferente da proposta que saiu da Assembleia Regional*” e que “*todos vamos avaliar se este é o Instituto da Vinha e do Vinho que corresponde às necessidades da vitivinicultura e da promoção dos vinhos dos Açores*”, significa passar um atestado de incompetência a este Parlamento, dando a entender ao setor da vitivinicultura que os Deputados não sabem o que andam aqui a fazer.

Se o Governo Regional, em particular o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, tem algum problema com a centralidade do Parlamento e com os pressupostos inscritos nos acordos subscritos, que o assumam. Jamais atestem contra a competência desta Assembleia, essencialmente quando as decisões que ela toma são unânimes.

Alegar, ainda, que a proposta legislativa poderá ser subvertida em sede da sua regulamentação, querendo dar a entender aos indignados do setor que o Governo corrigirá as inconformidades supostamente impostas pelo Parlamento, é minorizar o papel desta Assembleia e descredibilizar as competências dos legisladores eleitos pelo Povo.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Protesto pelas declarações do Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, desmerecendo e descredibilizando o papel dos Deputados Regionais e o trabalho deste Parlamento relativo à criação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, lamentando que o titular da pasta da agricultura na Região tenha preferido fazer tábua rasa das palavras do seu Presidente do Governo quanto à importância da renovada centralidade desta Assembleia.

Horta, Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

O Deputado: Nuno Barata

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Informo que a Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para este Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estevão a quem dou a palavra. Faça o favor.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

É a segunda vez, que eu me lembre, que aqui é apresentado um voto de protesto por declarações proferidas pelos membros do Governo.

Há uns anos, o Partido Social Democrata apresentou um voto de protesto a respeito de declarações proferidas pelo então Secretário da educação e o que ele tinha dito era isto: “a culpa é por exemplo de todos aqueles que mensalmente –

isto no Parlamento Jovem – e eu também, se sentam neste Hemiciclo e que, não raras vezes, servem a todos vocês o mais triste dos espetáculos, ou seja, o espetáculo da vitória do interesse pessoal sobre a inconveniência coletiva, do insulto sobre a decência, da estupidez sobre a inteligência.”

Eu tive a oportunidade de, na altura, de demonstrar que isto é uma tirada muito semelhante à que o próprio Salazar fez, em determinadas circunstâncias, sobre o regime parlamentar, sobre o sistema parlamentar.

Ora bem, neste caso, sim, trata-se de uma ofensa dirigida ao Parlamento dos Açores, era a este Parlamento dos Açores que o Sr. Secretário, na altura, disse que triunfava a estupidez sobre a inteligência. Mas, o Partido Socialista, na altura, votou contra este voto de protesto.

Outra coisa diferente é o voto de protesto que o Sr. Deputado Nuno Barata aqui nos apresenta. É um voto que se atira a toda a gente, atira-se aos erros do passado, às más práticas do passado, referindo-se ao Partido Socialista, a intenção deste Governo em continuar não deve perpetuar os erros políticos do passado e, portanto, há aqui variadíssimos ataques ao Partido Socialista e também ataques à sociedade civil.

Deputado Berto Messias (PS): Bom esforço!

O Orador: Porque a verdade é que os representantes deste setor na ilha do Pico não gostaram da alteração que foi feita aqui no Parlamento dos Açores. O Sr. Losménio Goulart disse à televisão o seguinte: “Como é que um partido político com apenas um deputado na Assembleia Regional consegue fazer tanto estrago?” Quer dizer, quando temos o Partido Socialista a votar a favor do modelo que estava inicialmente, temos o PSD a votar a favor do modelo que era o inicial, como é que é possível deixar-se introduzir alterações deste género, que vêm desvirtuar completamente o espírito inicial. E diz mais ainda, o Sr. Losménio Goulart, em relação às três cooperativas regionais: “consensualíssima esta posição, quando nós estamos num órgão de gestão e de decisão e somos

relegados apenas para um representante num mero órgão consultivo, portanto não podemos aceitar isto.”.

Ora, isto é democracia, eu votei estas alterações, sou corresponsável, mas as cooperativas não gostaram, criticaram os seus autores, mas a isto chama-se democracia e liberdade.

“A Iniciativa Liberal é coerente”, diz o Sr. Deputado no voto, isto também uma inovação! A Iniciativa Liberal arvora-se como se fosse aqui o partido puritano e todos os outros somos pecadores.

O PPM também é coerente, da mesma maneira que a Iniciativa Liberal ou o Partido Socialista e todos temos, evidentemente, coerências e incoerências.

(Aparte inaudível)

Uns mais que outros, é verdade! Eu tenho a minha opinião sobre esta matéria, V. Exa terá outra opinião, mas isto é a democracia e é a liberdade. Mas há um partido impoluto nesta Assembleia, a Iniciativa Liberal, é sempre coerente e é quem quer aqui dar lições de moral aos outros partidos políticos.

(Aplausos do Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima))

Todos estão mal neste Parlamento, todos tem os seus pecados, quem é que é impoluto? É o Sr. Deputado Nuno Barata que é o símbolo da coerência no Parlamento dos Açores e no sistema político açoriano.

Ora, eu não posso aceitar e não vou votar este voto, até porque, veja só a ofensa, o crime das declarações do Sr. secretário. O Sr., Secretário diz assim: “apresentámos uma proposta e a nossa proposta saiu diferente”. É um facto, o que eu posso dizer é que consideramos que a nossa proposta tinha razão de ser, é claro se não, não a tinha apresentado como a apresentou, ou que se a prática o exigir o assunto pode regressar à Assembleia Legislativa, pronto, qual é o crime desta afirmação para merecer que este Parlamento condene, através de um voto

de protesto, estas declarações do Sr. Secretário? Nenhuma! Nenhuma! V.Exa. ficou foi descontente com as críticas que a sociedade civil lhe dirigiu e vem aqui pedir esforço a este Parlamento, mas eu vou-lhe dizer uma coisa, o que o PPM valoriza acima de tudo, Sr. Deputado, e aceite as opiniões dos outros Sr. Deputado, é a liberdade de expressão, Sr. Deputado, a liberdade de discursar e um membro do Governo tem a liberdade de discursar e tem a liberdade de se expressar e tem a liberdade de discordar de uma posição do Parlamento. Tem essa liberdade, tem que a executar, mas tem a liberdade de dizer que não concorda. Isso é fundamental, quando perdemos isto, perdemos tudo em democracia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para este PTAP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu consegui ver aqui o Sr. Deputado Paulo Estevão do PPM conseguir dar a volta completamente, e eu tiro-lhe o chapéu, sobre aquilo que era o objetivo do Deputado da Iniciativa Liberal e conseguiu mudar completamente a forma de ver e até parece que ao Sr. Secretário da Agricultura é que sai tudo bem e que V.Exa. é o puritano aqui da Assembleia.

Mas, não é bem o caso e, pelo menos o PAN, só com um deputado não tem essa lógica e, da mesma forma que nós podemos ver que com um deputado poderá mudar alguma legislação que também é justa e eu dou o exemplo que o CDS só tinha um único deputado e conseguiu inserir e criar o COMPAMID que ainda

existe no ano de 2022 e que toda a gente diz bem. É assim que acontece, ou seja, um deputado pode mudar favoravelmente como também negativamente, a sociedade civil é assim e é assim que funciona. Mas, o Sr., Secretário e eu tenho a opinião democrática para dizer aquilo que eu penso, fez-me lembrar uma situação também de uma senhora do mesmo partido, o PSD, que diz que a democracia faz confusão e até disse que não é possível resolver problemas complexos em democracia, temos que suspender a democracia, pelo menos em seis meses. Foi a Manuela Ferreira Leite que disse: “A democracia não dá jeito!”...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi uma ironia e o sr. sabe bem!

O Orador: ... e quando a democracia não dá jeito, vamos tentar mudar⁵ com alterações as iniciavas ou tentar bater na pedra a ver se a pedra parte e foi exatamente aquilo que ficamos à espera de ver se o Governo faz uma proposta ou não relativamente a isso porque não gostou que haja um Conselho Consultivo. Consultivo! Nem é diretivo, é consultivo é que vai despentear as instituições e para não esquecer também, tendo em conta a lei das fundações, dos fundos e das instituições, é normal a existência desses conselhos. Está dentro da lei, é normal existir e nós temos várias fundações e vários institutos que têm conselhos consultivos, que têm conselhos, dentro do conselho diretivo, que têm a parte consultiva e a parte financeira, isto é normal dentro da democracia e, por isso, o PAN apoia completamente este voto do de protesto porque, apesar da democracia não dar muito jeito, de vez em quando, mas esta Assembleia, obviamente, que tem de ser plural e também temos que ser coerentes com aquilo que é dito, pelo próprio Presidente do Governo, relativamente à pluralidade da Assembleia e temos que levar com oito partidos é assim que funciona e foi assim que os açorianos quiseram. Quiseram que o PS não fosse Governo, mas quiseram que partidos pequenos, com pensamentos diferentes, para ao termos exatamente o mesmo pensamento de base, para termo

suma pluralidade maior na Assembleia e daí obviamente que nunca posso votar contra este voto de protesto do Sr. Deputado Nuno Barata, mesmo que eu possa fazer um estica de um objetivo completamente diferente, daquilo que esta plasmado neste voto de protesto e parece que querem culpar a Iniciativa Liberal que nunca disse mal do PPM ou do PSD, ou do PAN ou do PS, foi simplesmente aquilo que foi proferido pelo Sr. Secretário, foi apenas e unicamente isso.

Ó Sr. Deputado, você tem minutos para falar sobre este voto e agradeço que o faça.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas posso dar um aparte, ou não?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Apartes é só daquele lado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado José Pacheco, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, folgo em vê-lo de novo, espero que esteja melhor. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Isto aqui é que vai uma zaragata daquelas velhas e boas! Mas é isso a democracia, a pluralidade deste Parlamento. É bom que se perceba que não serve apenas para sustentar um Governo, também serve para criticar o Governo, goste-se ou não, seja ou seja justo, não interessa, é para isso que serve! Cada partido aqui representa-se a si próprio e tem toda a liberdade de apoiar ou não apoiar a governação, seja ela qual for, seja em que circunstâncias for. É isto que

eu digo, desde o primeiro dia e é isto que deve ser sempre. Concorde-se ou não se concorde com os argumentos, falemos ou não falemos de populismos, a verdade é que nós temos que combates o que nós achamos, na nossa visão, que está errado e devemos promover o que nos achamos, na nossa visão, que está certo.

E eu vou aprovar este protesto por uma única razão, não pelo argumento que lá está, mas porque eu acho que a democracia é isto e se nós temos esta ferramenta e o devemos fazer e se queremos que o Parlamento seja central, pois que seja ele central! Realmente, lendo as citações, também fiquei desconfortável, porque é assim, da parte do Chegua vou-lhes dizer, com toda a sinceridade, se é para dizermos “ámen” então vamos transforma isto numa igreja e não no Parlamento. Nós estamos aqui para pensar pelas nossas cabeças, obviamente seguindo, mais ou menos, um rumo que eu muitas vezes tenho teimado nisto, devemos, nas nossas visões que são convergentes, nos devemos unir, mas obviamente que também devemos ter a nossa posição e nunca abdicar dela.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça o favor, tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho bastantes minutos, mas faltam-se as palavras para descrever a falta total de coerência nos argumentos que são referidos neste voto de protesto e nas intervenções que o antecederam. Quer dizer que quando uma proposta é aprovada por unanimidade, quem critica é contra a democracia. Uma proposta é aprovada aqui por unanimidade e lá fora biquinho calado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (IL): Seja sério, Sr. Deputado João Bruto da Costa!

O Orador: Muito sério, Sr. Deputado, muito sério! Se uma proposta é aprovada por unanimidade neste Parlamento, os membros do Governo, biquinho calado.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Se uma proposta é aprovada por unanimidade neste Parlamento, bico calado!

Não é essa a minha, nem a nossa, visão da democracia, Srs. Deputados! A crítica feita pelo Sr. Sr. Secretário a um documento aprovado nesta Assembleia, por unanimidade e deixem-me dizer-lhes que relativamente a alguma da argumentação que está aqui presente no voto de protesto, foi por proposta desta coligação que, por exemplo, se introduziu o concurso público neste diploma ,foi por proposta nossa, portanto nós também contribuímos para modificar o diploma e não nos ofende nada que o Governo não concorde porque quem decide é este Parlamento e qual é que é a dúvida sobre o facto de podermos dialogar, criticar ou fazer qualquer observação sobre isso?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Então onde é que está a liberdade?

Srs. Deputados, se o Sr. Secretário tivesse dito alguma coisa, à semelhança da citação feita pelo Sr. Deputado Paulo Estevão numa outra ocasião, em que foram ofendidos os deputados, foi ofendida esta Casa num anterior voto de protesto por opinião emitida por um membro do Governo. É muito diferente do que um Secretário que sai desta Casa e diz assim: “Nós apresentámos uma proposta e a Assembleia decidiu alterá-la”. Esta proposta que foi alterada, não foi a que nós apresentámos. Qual é o insulto? Qual é o desmerecimento que o membro do Governo faz?

Sr. Deputado podia ter escolhido, eventualmente, se encontrasse, outras declarações que desmerecessem o trabalho desta Assembleia, mas não é o caso, peço desculpa. Sr. deputado perdoe-me, não é o caso. O que estamos a falar é propor a esta Assembleia que proteste por declarações que mais não são do que delito de opinião e o que este voto pretende fazer é censura sobre a liberdade de opinião que os membros o Governo também têm de sair daqui e não concordar com o que nós aprovamos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Inclusivamente, com o que nós aprovamos. Eu acho que isto é essencialmente, para nós, bastante importante deixar vincado. Isto vem provar e contrariar aquilo que é dito no voto, é que de facto é a centralidade do Parlamento que está em causa. Isto só acontece porque, de facto, é a centralidade do Parlamento, este é o primeiro órgão da autonomia finalmente ao fim de tantos anos, finalmente este Parlamento assume-se como o primeiro órgão da autonomia porque altera diplomas, até por unanimidade, propostos

pelo Governo e aceita, porque eu acho que temos todos que aceitar, que o Governo possa criticar as alterações que nós fazemos.

Eu conheço regimes em que depois de ser aprovado no Parlamento, ou semelhante a tal, alguma coisa, é bom que cá fora ninguém diga nada, nem os que estão lá dentro, nem os que estão cá fora, ninguém pode abrir boca.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima) e Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Há regimes assim, não é o nosso felizmente! E muito me custa, Srs. Deputados, que este Parlamento use argumento sou que haja deputados, como o Sr. deputado Pedro Neves que usam um argumento que é falso.

Deputado Pedro Neves (PAN): É falso?!

O Orador: O Sr. citou uma ironia, sabe perfeitamente... Sr. deputado, seja sério, é falso, o seu argumento é falso e o senhor sabe disso! E é uma pena que para impor um regime de censura aos membros do Governo se usem argumentos destes.

Deixem-me só dizer uma contradição insanável neste voto, Sr. Deputado Nuno Barata, o Sr. Deputado faz aqui uma crítica legítima, por um membro do Governo durante a discussão deste diploma não se ter levantado da sua bancada e ter dito: “Não concordo, não concordo, não concordo com essas alterações todas.”, mas apresenta um voto de protesto em que um membro do Governo não está autorizado a usar da palavra.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Paulo Estevão (PPM): Delito de opinião! Liberdade!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Prometo, se acatarem mais os ânimos, apenas e muito rapidamente para dizer, em primeiro lugar que isto é um voto que poderia ser muito bem uma declaração política, ele é mais uma declaração política sobre a forma de voto, mas apesar disso, nós consideramos que há motivos para protestar contra as declarações do sr. Secretário regional da Agricultura sobre esta matéria, porque de facto Aquilo que nos ouvimos nas suas declarações foi uma tentativa de retirar responsabilidades do Governo perante protestos que existiram, legítimos, como é óbvio de algumas entidades, porque a existência de um conselho consultivo para o Instituto do Vinho e da Vinha não estava prevista na proposta inicial do Governo, ou seja, se o Parlamento nada tivesse feito relativamente a isso, as pessoas que protestaram por só terem um lugar nesse conselho consultivo, não teriam lugar nenhum, ou seja, estariam numa situação ainda, na sua perspetiva pior.

Secretario Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Está na proposta regulamentar!

O Orador: Ou seja, o que o Governo tentou fazer foi responsabilizar o Parlamento por ter tomado uma decisão que até melhorou, na nossa perspetiva, e na perspetiva até de quem protestou, melhorou o diploma. Não é obviamente correto atirar as responsabilidades para o Parlamento quando o Governo, na sua proposta, nem sequer tinha essa medida.

Neste sentido, nós acompanhamos o voto de protesto, não deixando de dizer que votos há muitos, haverá outros certamente de protesto, mas não é certamente a forma mais consequente de censura o Governo e por aí fico.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruto da Costa não é nada do que o senhor disse que está em causa neste voto, foi habilidoso da sua parte, mas foi uma desonestidade política para com todos os deputados desta Casa.

Ouvir o Sr. Deputado Paulo Estevão falar, hoje, sobre a centralidade do Parlamento e para o que mo viu há bem pouco tempo atrás a falar sobre isto, Sr. Deputado o senhor está, mais uma vez, em completa contradição.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Porquê?

O Orador: Mas há aqui duas coisas que são completamente distintas: uma coisa é falarmos do diploma que foi aprovado nesta Casa, bem ou mal, havendo necessidade de corrigir ou não, isso são coisas completamente distintas e que o poder de alterar é desta Assembleia e, portanto, isso não é o que está aqui em causa e aquilo que alguns deputados tentaram fazer ver.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Coisa diferente é a postura do Governo, coisa diferente é um Secretário Regional vir dizer que a culpa é acusando que a Assembleia é que desvirtuou o diploma, é que desvirtuou a construção do IVV A para os Açores. E é assim que este Governo considera esta Assembleia, aqui é que está o problema e aqui é que está a legitimidade do voto de protesto.

É um Governo que continua a dizer uma coisa e a fazer exatamente o seu contrário, é um Governo que minoriza, que desvaloriza, que tenta denegrir a imagem e o trabalho dos deputados desta Casa, o que começa a ser recorrente e é realmente preocupante e não é aceitável essa postura, por parte do Governo dos Açores.

Este é realmente o novo paradigma desta Governação que está a dar muito que falar pelos maus motivos e pelos velhos vícios.

Acredito que nenhum deputado desta Casa, de forma consciente, tenha condições de votar contra este protesto e, portanto, o Partido Socialista associa-se, naturalmente, ao voto de protesto.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Uma incoerência total!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CCD-PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu começo por dizer que, o Sr. deputado Nuno Barata já disse várias vezes que isto foi aprovado por unanimidade. É um facto, o que foi aprovado por unanimidade foi o diploma da criação do IVV, os artigos não foram todos seguidos com unanimidade. Por isso, houve votações diferentes, mas estávamos todos unidos na criação do Instituto da Vinha e do Vinho do Pico e isso é um

facto, não é um facto que isto tenha sido tudo votado, ou seja, extrapolar que isto foi tudo um unanimismo total, ou seja, estávamos todos aqui, foi aprovado por unanimidade e aclamação. Não é um facto!

Depois destas intervenções, tenho que dizer algo que também é preciso ser dito, aquilo que o Sr. Secretário aqui apresentou, que foi uma proposta, é normal que o Sr. Secretário esteja seguro daquilo que apresenta, que aquilo é a melhor solução, como é normal que o Sr. Deputado Nuno Barata quando apresenta propostas considera que aquilo que apresenta é que é a solução.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E, por isso, é que há a centralidade do Parlamento, por isso é que o Parlamento decide e faz aquilo que entende que é o melhor e as decisões são tomadas por maioria ou por unanimidade, ou seja, é uma maioria. Por isso, não compreendo onde é que está posta de lado a centralidade do Parlamento. Não foi posta de lado essa centralidade.

E depois, o Deputado Miguel Costa também fez aqui um exercício...

Deputado Miguel Costa (PS): O Sr. tem um fetiche, mas não é de agora!

O Orador: ... de tentar subverter o que até está escrito no próprio voto, o Deputado Miguel Costa...chega a ser hilariante! Porque diz que é um desrespeito para o Parlamento, alegadas declarações do Sr. Secretário, e não as que aqui estão registadas, aliás, igualmente o mesmo que disse o Deputado Nuno Barata, mas eu já vou a essa parte.

O que é dito e para repor a verdade e que até está escrito no voto: “apresentámos uma proposta que saiu diferente, a nossa proposta tinha razão de ser”.

Em que medida é que isto diz que o Parlamento subverteu o diploma apresentado pelo Governo? Onde é que está escrito, onde é que foi dito? Gostava de saber!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Relativamente a este voto, este voto enferma em si e no seguimento daquilo que diz o deputado Miguel Costa, e o Sr. Deputado Nuno Barata, uma falsidade porque o senhor diz que foi pervertido aquilo que foi decidido nesta Assembleia e diz que depois o Sr. Secretário vai, de alguma forma, perverter aquilo que é o funcionamento. Não, e o senhor escreveu aqui, o que o Sr. Secretário diz é: se a prática o exigir, ou seja, se por algum motivo se verificar que o Instituto não está a funcionar, o que diz é: “o assunto regressa à Assembleia Legislativa Regional”, então não é a centralidade do Parlamento?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ora bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Não somos nós novamente a decidir? Se houver nova proposta, não somos nós a decidir? Está posta de lado alguma centralidade deste Parlamento? Sr. Deputado Nuno Barata, eu só lhe vou dizer o seguinte ...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Nuno Barata)

Votei contra algumas...

Deputado Nuno Barata (IL): Não votou uma!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ó Rui cala-te, o Sr. Deputado não te deixa falar, calas-te!

O Orador: Não votei a favor de todas as suas propostas. Mas, eu só lhe digo uma coisa, Sr. Deputado, a realidade é esta, só porque foi a Iniciativa Liberal...

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins tem que terminar.

Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Rui Martins termine a sua intervenção que já não tem tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente e agradeço permitir que se faça espaço e silêncio para, pelo menos eu poder veicular aquela que é a posição do CDS.

E termino já, Sr. Presidente, mas a realidade e que eu chego à conclusão é que só porque é uma iniciativa da Iniciativa Liberal que apresentou aqui, já não merece a crítica da sociedade civil e porquê? Se não merecer a crítica da sociedade civil, para colher os louros, um deputado liberal faz toda a diferença!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E a proposta foi do deputado liberal, que fez toda a diferença. Quando a coisa corre mal e a sociedade civil se pronuncia e critica já é o Parlamento que tem a culpa e nós é que somos criticados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Não, Sr. Deputado! O que o Sr. Secretário disse é que a sua proposta eventualmente desvirtuou aquela que ele propunha. É só!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O CDS também esgotou o seu tempo para esse Período de Tratamento de assuntos Políticos.

Penso que não existem mais inscrições.

(Pausa)

Vamos colocar à votação este voto de protesto.

Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra para uma interpelação.

Deputado Nuno Barata (IL): É para informar que a Iniciativa Liberal fará chegar à Mesa as declarações do Sr. Secretário Regional em que diz que ainda vai regulamentar o diploma.

Presidente: Muito bem. Assim que a Mesa rececionar tias declarações, serão distribuídos.

Sras. e Srs. Deputados vamos votar este voto de protesto:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CH, 1 da IL e 1 do PAN.

21 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP e 2 do PPM.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa para uma declaração de voto?

Sr. Deputado atingimos a nossa hora regimental, para lhe dar a si a declaração de voto, se todos quiserem fazer a declaração de voto, nós encurtamos a hora de almoço.

Se for esse o entendimento da Câmara...

Atingimos a nossa hora regimental. Vamos almoçar que é melhor. Regressamos às 15 horas.

Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Os Avelinos Menezes aí sentados! Isso torna-se ridículo!

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os seus lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para uma interpelação, Sr. Presidente. Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 15h35.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos então entrar no ponto 13.

Eram 15 horas e 41 minutos.

Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização para que o Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo de Inquérito n.º 03.02.01/2021/4, da Inspeção Regional Administrativa e da Transparência.

Sras. e Srs. Deputados o relatório e o parecer da Comissão foram distribuídos por todas as Sras. e Srs. Deputados.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

A Conferência de Líderes também como já definiu os tempos para este tipo de debate. Os Grupos Parlamentares dispõem de 5 minutos, as Representações Parlamentares de 3 minutos e o Sr. Deputado Independente de 1 minuto, sendo a intervenção feita de uma única vez.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pela segunda vez, em menos de um ano, estamos nesta Assembleia a decidir um pedido de autorização proveniente de uma inspeção administrativa para que eu seja ouvido, eu e no, caso concreto, o Sr. Deputado Sérgio Ávila, para que sejamos ouvidos no âmbito de um processo que corre termos, neste caso, na Inspeção Regional Administrativa e da Transparência.

O que eu gostaria de dizer às Sras. e aos Srs. Deputados, é que a posição, e permita-me falar, quer por mim, quer pelo Sr. Deputado Sérgio Ávila, a posição que nós assumimos em relação a esta matéria é, exatamente, a mesma posição que já assumi relativamente ao pedido que anteriormente foi formulado: estamos inteiramente disponíveis, obviamente, para esclarecer aquilo que é necessário esclarecer.

Da nossa parte, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista o que entende é que em relação a esta matéria, e à semelhança daquilo que aconteceu da vez

anterior, é abster-se, permitindo assim que, de forma muito concreta, as Sras. e os Srs. Deputados possam fazer o seu juízo quanto à apreciação deste pedido de autorização e o Grupo Parlamentar do PS não será parte ativa em qualquer decisão e, portanto, aceita, em plenitude, aquela que for a decisão das Sras. e dos Srs. Deputados.

Há um conjunto de outras considerações que julgo que seria importante atender, e exatamente porque se trata já da segunda vez, na forma como os pedidos são elaborados, mas presumo que, tendo tempo, me é permitido intervir uma segunda vez, Sr. Presidente?

Só uma vez, muito bem.

Portanto, em relação a esta matéria, o que está em causa, como é possível constatar, é no fundo uma alegação de divergência entre aquilo que é comprovável pelo contrato e aquilo que era supostamente, ou que é alegado ter sido um compromisso ou uma declaração.

Não querendo, obviamente, entrar em technicalidades jurídicas, deixo, naturalmente e concludo esta intervenção, salientando exatamente este aspeto, ou seja, o interesse em esclarecer. Há juristas aqui nesta Casa que sabem perfeitamente aquilo a que me estou a referir.

Deixamos, portanto, à consideração da Assembleia, sendo certo que, da nossa parte, há disponibilidade para esclarecer aquilo que se tornar necessário esclarecer.

Eu concludo apenas, e tendo em conta alguns contactos prévios que houve a propósito deste tipo de pontos, de solicitar ao Sr. presidente esclarecimento quanto à questão do que votamos, uma vez que houve contactos prévios quando se votava o pedido de autorização ou se votava o relatório, mas, para já, era isso que gostaria de trazer à consideração da Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Relativamente a essa questão, de facto, na Conferência de Líderes houve dúvidas, o que nós votamos é o parecer que veio naturalmente da Comissão. É o que diz o nosso Estatuto e se depois, no futuro, tivermos outro entendimento, havemos de o abordar, discutir, refletir, mas, neste momento, ao abrigo do 102.º e 103.º do estatuto Político e Administrativo da Região, o Deputado para depor carece de autorização da Assembleia, sob pena de impedimento, sendo a mesma concedida através de parecer da Comissão Parlamentar competente.

Portanto, nós temos os pareceres que foram elaborados pela Comissão e é isso que devemos ter em conta, no meu entendimento, naturalmente.,

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para justificar o nosso sentido de voto sobre este relatório e digo relatório porque de acordo com aquilo que referiu estamos a votar e o parecer que a Comissão de Assuntos Parlamentares emitiu.

Da primeira vez que este tipo de pedido nesta Legislatura surgiu, surgiram durante o debate algumas dúvidas e, perante essas dúvidas, sobre se seria possível, ou até, legítimo, do ponto de vista legal e até político, há aqui várias leituras, se seria possível um serviço inspetivo solicitar um depoimento de um deputado, perante essas dúvidas, nós, por uma questão de precaução, principalmente, votamos contra esse relatório que dava parecer de autorização para os deputados em causa prestarem depoimento.

Neste caso, em Comissão, o grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, perante essas dúvidas, propôs à Comissão que solicitasse um parecer aos serviços sobre a possibilidade de um serviço inspetivo solicitar uma audição de um deputado desta Casa, os serviços da Assembleia enviaram este parecer, dizendo muito resumidamente, que isso é possível, é legal, está revisto. Neste sentido estão esclarecidas as nossa dúvidas, do ponto de vista jurídico.

O parecer da Comissão é negativo, é desfavorável à audição, tendo em conta que os deputados em causa estão disponíveis para serem ouvidos nós votaremos contra o relatório, não concordando com o parecer que a Comissão emitiu, tendo em conta que em comissão todos os partidos, exceto o PPM, abstiveram-se.

Essa é a nossa posição e o nosso entendimento sobre esta matéria e gostaria de deixar claro, até porque ela é suscetível de gerar, pelo parecer desfavorável que existe em comissão, é passível de gerar uma maior dificuldade de se perceber o que estamos efetivamente a votar e acho que é importante que fique bem claro o que cada um, neste caso o nosso entender, o que é que o Bloco de Esquerda considera e o que é que vota e em que sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM mantém a posição sobre este assunto. A posição que já tivemos no voto, na decisão em relação a situação semelhante que sucedeu há meses nesta mesma Câmara e agora mantemos a mesma posição. É uma decisão, por isso é que nós votamos, isto não é um automatismo, depende dos deputados, da decisão dos deputados.

Ora, eu preservo, valorizo muito o princípio o da separação de poderes. Este princípio é fundamental para que os senhores deputados possam exercer, de forma livre, o seu mandato, sem qualquer tipo de coação.

E, por isso, este instituto é um instituto fundamental e considero que deve ser preservado, por isso, nós, da nossa parte, mantemos a mesma posição, o princípio da separação de poderes. Se um senhor juiz quiser ouvir os deputados

em questão, essa é outra situação e aí estaremos disponíveis, se for um senhor juiz a manifestar essa intenção.

Mas, a situação não é essa, é uma inspeção e, nesse sentido, mantemos exatamente a mesma posição, e, portanto, votaremos a favor do relatório porque já o fizemos também no âmbito a Comissão.

Deputado Berto Messias (PS): Como é que se permite que um pedido desses seja feito? É essa a questão!

O Orador: Este é o nosso entendimento e consideramos que é assim que se defende a democracia e a liberdade e também a independência dos senhores deputados e deste Parlamento.

Deputado José Pacheco (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos então passar à votação deste parecer.

Recordo que a Comissão emitiu por maioria parecer no sentido de não autorizar o Sr. deputado a prestar depoimento.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra, para uma interpelação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tem a ver com a votação.

Por aquilo que eu percebi, significa o seguinte: quem votar a favor do relatório, vota pela não autorização. Quem votar contra o relatório, vota pela autorização.

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o relatório, façam o favor de se manterem como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O parecer colocado a votação foi aprovado com 3 votos a favor do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 do PAN.

2 votos contra do BE e 1 do Deputado Independente e 25 votos de abstenção do PS e 21 do PSD.

Presidente: Sr. Vice-Presidente para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas uma interpelação, Sr. Presidente, como sabe já fui deputado nesta Casa e, se a memória não me falha, ou se bem me lembro, foi emitido, o juiz de direito, presidente da comarca dos Açores, Dr. Moreira das Neves, uma notícia pública, mas também uma carta e um parecer enviado a esta Assembleia. Eu gostaria de saber se a Assembleia tem essa carta, Sr. Presidente? Juiz Moreira das Neves, o anterior presidente da Comarca dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, muito obrigado pela sua interpelação.

Naturalmente que, se a carta foi solicitada deve estar nos serviços. É uma questão de a solicitar, mas também devo dizer-lhe que a autorização deve ser solicitada pelo juiz competente, ou pelo instrutor do processo em documento dirigido ao presidente da Assembleia e não caduca com o fim da legislatura. Se o deputado for eleito para novo mandato, nos termos do n.º 5, do art.º 102.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Eu só agradecia que o senhor me enviasse!

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): É uma interpelação apenas para solicitar e sugerir à Mesa que aprofunde esse assunto porque me parece que o assunto merece ser aprofundado tendo já ocorrido a votação. Merecem ser definidos talvez alguns requisitos quanto a esse tipo de pedidos para serem apreciados. E

isso nem tem a ver com o Deputado Vasco Cordeiro, nem tem a ver com o Deputado Sérgio Ávila.

Tem a ver com qualquer outro Deputado que esteja nesta situação.

A forma como o pedido está feito não diz nada, absolutamente nada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Não permite sequer que o Deputado que é solicitado se possa localizar em relação ao assunto e a bem desta Assembleia e dos 57 deputados que aqui estão, acho que este assunto merece ser aprofundado, para além da informação dos serviços jurídicos da Assembleia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estou absolutamente de acordo consigo, este assunto merece uma reflexão e merece que o discutamos, agora é fácil nos fazermos uma pesquisa, está tudo on-line nos serviços desta Assembleia e nós não estamos a fazer nada de inédito, já houve outros pedidos, de outras inspeções regionais, não neste Legislatura e com deputados que estão sentados neste hemiciclo, em que a Assembleia, por unanimidade, autorizou o senhor deputado a prestar esse depoimento.

Que queiramos agora refletir sobre o assunto, que queiramos reformular os pedidos que são feitos e que eu concordo em absoluto com o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, em que o pedido não diz nada - absolutamente de acordo. Agora, também é verdade que não estamos a fazer nada de inédito e basta nós consultarmos outro tipo de pedidos que esta Assembleia autorizou de outras inspeções.

Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Prescindo, era nesse sentido.

Deputada Catarina Cabeceiras? Para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Srs. Membros do Governo:

Era para solicitar à Mesa que depois nos fizesse chegar, aos deputados, o parecer que foi mencionado pelo Sr. Vice-Presidente, também para tentarmos aprofundar esta matéria e termos mais conhecimento sobre a mesma.

Obrigada.

Presidente: Sim Sra., Sra. Deputada. Assim o farei e eu próprio serei o primeiro a querer também, porque desconhecia esse parecer ou essa carta enviada.

Sr. Deputado António Lima, faça o favor, tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, para solicitar a informação se a Comissão de Assuntos Parlamentares solicitou um parecer aos serviços sobre esta matéria, a pedido do Bloco de Esquerda, porque é que esse parecer não é referido no parecer dos serviços? É que parece que nós estamos aqui a brincar com um assunto que é sério.

Eu tinha dúvidas e o Bloco de Esquerda tinha dúvidas, no ponto de vista jurídico, sobre esta matéria, quis ser esclarecido. Tenho um parecer jurídico na minha posse e está na posse de todos os deputados que aqui estão, que diz que esse pedido pode ser feito e que é legal.

Quanto à questão do conteúdo do pedido, tem toda a razão, deve ser melhorado, mas essa é outra questão.

Agora, o pedido é enviado e chega-se aqui à votação e afinal há um parecer. Mas estamos a brincar? Eu deixo essa questão! É que parece que estamos a brincar com coisas sérias.

Vamos manter a nossa posição, mas que fique registado que, sobre esta matéria, já é a segunda vez, porque da primeira vez eu levantei a questão, ninguém fez nada e agora, chegamos aqui e afinal há um parecer. Isto é brincar com coisas sérias!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não há parecer!

Presidente: Sr. Deputado António Lima, eu não sei se há um parecer, é a primeira coisa que lhe quero dizer e, portanto, vou averiguar. Agora o que lhe posso dizer e o que nos diz o nosso Estatuto e ele é muito claro, os instrutores dos processos podem solicitar à Assembleia este tipo de depoimento e acho que não há nenhum parecer que vá contar o próprio estatuto Político Administrativo da Assembleia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi enviado para V. Exa. também! Se foi enviado para mim também foi enviado para o senhor!

O Orador: Portanto, está encerrado este ponto.

Avançamos para o ponto 14 da nossa Agenda, um pedido semelhante,

Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização para que o Deputado Sérgio Humberto Rocha de Ávila possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo de Inquérito n.º 03.02.01/2021/4, da Inspeção Regional Administrativa e da Transparência.

Pergunto se há inscrições?

O relatório também foi distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados.

(Pausa)

O parecer da Comissão é semelhante ao relatório anterior e que vai no sentido de não autorizar o Sr. Deputado Sérgio Ávila a prestar depoimento e é esse parecer que vou colocar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o relatório, façam o favor de se manterem como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O parecer colocado a votação foi aprovado com 3 votos a favor do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 do PAN.

2 votos contra do BE e 1 do Deputado Independente e 25 votos de abstenção do PS e 19 do PSD.

Presidente: Avançamos para o ponto 15 da nossa Agenda - **Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo Comum (Tribunal Singular) n.º 8/21.2PBVPT;**

Neste caso, o parecer da Comissão é no sentido de, por unanimidade, o Sr. Deputado poder prestar depoimento e é isso que colocarei à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão;

Secretário: O parecer colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ponto 15 da nossa Agenda - **Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado António Manuel Raposo Lima possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 2646/21.4T8PDL;**

O relatório também foi distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados e o parecer da Comissão é também por unanimidade para que o Sr. Deputado tenha autorização para prestar esse depoimento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão;

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O parecer colocado a votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

3 votos contra do CDS.

Presidente: Avançamos para o ponto 17 da nossa Agenda - **Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento**

legal para que o Deputado Tiago Alexandre dos Santos Lopes possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 2646/21.4T8PDL;

O relatório também foi distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados e o parecer da Comissão também vai no sentido de emitir por unanimidade autorização para que o Sr. Deputado possa prestar esse depoimento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão;

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O parecer colocado a votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

3 votos contra do CDS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Avançamos para o ponto 18 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 95/XII – “Recomendação ao Governo Regional a anulação do processo de concessão do casino no Pavilhão do Mar e garantia de utilização de acesso público deste espaço”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE e para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência justifica-se, na nossa opinião, por diversos motivos: em primeiro lugar foi conhecida a intenção da Portos dos Açores, em presa pública, em concessionar o espaço Pavilhão do Mar, situado nas Portas do Mar. Nós, Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, consideramos que essa opção não é correta nem aceitável e, apesar do Governo já ter vindo a público dizer que esse

processo não iria avançar, consideramos, no entanto, que este Parlamento deve-se pronunciar sobre a matéria de forma urgente.

Em segundo lugar porque é conhecida (através desse edital) a intenção da Portos dos Açores em dar outro tipo de utilização àquele espaço. Tendo essa intenção, nós consideramos que é fundamental que, com urgência, este Parlamento se pronuncia sobre o tipo de utilização que aquele espaço deve ter no futuro.

Em terceiro lugar, o pedido de urgência também se justifica porque há outras questões relacionados com um processo mais lato, relativamente à concessão do jogo na Região, nomeadamente as responsabilidades no que diz respeito ao desenvolvimento urbanístico na zona da Calheta de Pêro de Teive, que consideramos que já é mais do que tempo de serem resolvidas e que consideramos, que sendo um dos pontos resolutivos na nossa proposta, deve ser também discutido com urgência nesta Sessão Plenária.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima. Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal não tem nada a opor à concessão de qualquer espaço do domínio público para utilização privada, bem pelo contrário, desse que isto alivie a Região de custos, mas, na verdade este processo que já está ultrapassado, pelo menos no primeiro ponto resolutivo do Bloco de Esquerda,

não é em nada transparente, nem claro, nem sequer é elogioso para uma empresa que tenho no meu coração.

No entanto, a urgência, até pelos outros dois pontos resolutivos, o ponto n.º 2 e o ponto n.º 3, será, em nosso entender, um atropelo ao verdadeiro averiguar de todo um processo que não tem só a ver com o Pavilhão do Mar, mas com toda a questão da exploração do jogo e da utilização dos espaços e da reorganização dos espaços da Calheta de Pêro de Teive.

Nesse sentido, a Iniciativa Liberal entende que esta Assembleia deve ouvir mais algumas entidades, no sentido de todos ficarmos com mais dados para podermos discutir esse assunto com mais informação.

É nesse sentido que a Iniciativa Liberal não votará favoravelmente o pedido de urgência, mas está ao lado do Bloco de Esquerda no sentido de averiguar melhor transparência em todo esse processo, nomeadamente o do jogo e o da reorganização urbanística da Calheta de Pêro de Teive.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos votar este pedido de urgência.

Estamos a votar o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 95/XII:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado.

pedido de urgência colocado a votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 2 do BE, 1 do CH, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da IL.

Presidente: Obrigado. Tendo sido aprovada a urgência dou novamente a palavra ao Sr. Deputado António Lima para apresentação do diploma - **Projeto de Resolução n.º 95/XII – “Recomenda ao Governo Regional a anulação do processo de concessão do casino no Pavilhão do Mar e garantia de utilização de acesso público deste espaço.**

Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE: Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O “Pavilhão do Mar” é um espaço público que desde 2008 acolhe eventos de natureza cultural, exposições, feiras, congressos e foi um espaço essencial para o processo de vacinação em São Miguel. É um espaço com muita potencialidade, fruto da sua localização, envolvência e características, pelo que deve ser mantido como um recurso ao serviço dos açorianos e açorianas.

Através do Edital n.º 4/2022 de 11 de fevereiro de 2022, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, a Portos dos Açores, S.A. tornou pública a sua intenção de concessão de utilização privativa à concessionária dos Jogos de Fortuna e Azar nos Açores, Romanti Casino Azores, Jogo e Animação Turística, S.A. do espaço denominado por “Pavilhão do Mar”.

A concessão do “Pavilhão do Mar” e a sua transformação em casino não é para nós, de modo algum, aceitável por diversos motivos. Em primeiro lugar porque nunca foi concretizada a obrigação legal de urbanização da Calheta Pêro de Teve, prevista no contrato do jogo em vigor entre a ASTA (detida pelo Fundo de Investimento Discovery) e o Governo Regional. Processo esse que está obviamente relacionado com o contrato em causa.

Atribuir um novo espaço para a instalação de um casino à empresa a quem a ASTA transmitiu a concessão constitui mais uma benesse aos interesses em causa, sem que a Calheta de Pêro de Teive tenha sido devolvida à população.

Em segundo lugar, porque colocar um casino em pleno coração da cidade só contribuirá para acentuar e promover dependências e dramas sociais que o jogo comprovadamente causa.

Finalmente, porque isso seria retirar a Ponta Delgada um dos seus mais funcionais espaços para o desenvolvimento de inúmeras atividades, espaço esse que é único na cidade.

Assim, e de modo a garantir a utilização futura deste espaço, assim como a devolução da zona da Calheta de Pêro de Teive às pessoas, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que:

1 - Instrua a Portos dos Açores, S.A. no sentido de não atribuir a concessão de utilização privativa de área de domínio público em área de jurisdição da Portos dos Açores, S.A do espaço denominado “Pavilhão do Mar” à Romanti S.A. para atividade de exploração da atividade de Jogos de Fortuna ou Azar.

2 - Garanta junto da Portos dos Açores, S.A. que a utilização futura do “Pavilhão do Mar” garanta a possibilidade de desenvolvimento de atividades de utilização de acesso público, promovidas por entidades públicas e privadas, de caráter temporário.

3 - Diligencie junto da ASTA – Atlântida Sociedade de Turismo e Animação, S.A. para garantir a execução do projeto de urbanização da zona de Pêro de Teive, em Ponta Delgada, previsto no contrato relativo às obrigações de construção e de exploração de imóveis relevantes para o desenvolvimento do turismo na Região Autónoma dos Açores e a sua conclusão no prazo máximo de dois anos, nomeadamente a construção do espaço de fruição pública.

Disse!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Eu queria pedir às Sras. e aos Srs. Deputados e aos colaboradores que quando está no uso da palavra um orador a apresentar uma iniciativa, têm todos a legitimidade de fazer as conversas que quiserem, mas os Passos Perdidos têm espaço suficiente. Eu tive dificuldades em ouvir o Sr. Deputado António Lima e acho que isso é um desrespeito para com quem está a apresentar uma iniciativa e gostaria de não voltar a fazer este reparo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta iniciativa do Bloco de Esquerda mereceu, no seu processo de urgência, a aprovação do Grupo Parlamentar do PSD pela circunstância de devermos hoje aqui toma ruma posição sobre aquilo que é colocado à nossa consideração.

E aquilo que é colocado à nossa consideração, salvo melhor opinião, não é efetivamente algo que deva ocupar muito tempo, pela circunstância de não ter sido propriamente um problema, nem tão pouco ser hoje um problema.

Deputado António Lima (BE): Foi chumbado!

O Orador: O Bloco de Esquerda tendo ouvido a palavra mar, quis, como habitualmente faz, surfar as ondas que correm nas redes sociais.

(Risos da Deputada Alexandra Manes)

Parecendo todavia que desta vez, sem prancha e provavelmente sem saber nadar! Porque parte para esta matéria a partir de um pressuposto errado e não creio que o tenha feito deliberadamente.

Vou condescender no facto do Bloco de Esquerda não ter lido devidamente o edital que foi publicado no Jornal Oficial da empresa Portos dos Açores, porque esse edital não faz o anúncio de um concurso, não faz tão pouco o anúncio de uma consulta, informa quanto a um processo que, nos termos da lei, tem que

decorrer, na decorrência de uma iniciativa ou de um particular que manifestou interesse em ocupar um determinado espaço.

Deputado António Lima (BE): Sim, e a Porto dos Açores não tinha interesse!

O Orador: Mas o Sr. Deputado António Lima não foi isso que acabou de dizer a todos nós, acabou de dizer que foi aberto um concurso, ou que a empresa Portos dos Açores tinha a intenção de fazer algo.

Mesmo que tivesse intenção, desde logo estava limitada por três fatores a saber: o Governo Regional, a Câmara Municipal de Ponta delgada e em última instância, este próprio Parlamento.

O que é que quero com isto dizer?

Mesmo que tivesse, nalgum momento, sido intenção da Portos dos Açores concessionar o espaço e volto a sublinhas, nunca a Portos dos Açores tomou qualquer iniciativa nesse sentido, apenas executou aquilo que está disposto na legislação, o diploma desta Assembleia que faz a concessão do jogo foi muito claro ao definir um espaço para a execução dessa concessão e remete para o governo regional a autorização quanto ao espaço. Mas não só ao Governo Regional, também à própria autarquia onde a concessão do jogo está sediada.

E, portanto, por esses três fatores, em nenhuma circunstância a Portos dos Açores teria a possibilidade de decidir sozinha sobre esta matéria. Sendo o processo que decorre da lei e estando a decorrer um período de trinta dias, ainda assim, o Governo Regional, e bem, emitiu um comunicado a dar nota de qual é a sua posição sobre esta matéria. Coisa que vários partidos fizeram, incluindo também o PSD...

Deputado António Lima (BE): Depois de...

O Orador: ... manifestando, naturalmente como não podia deixar de ser, em conformidade com aquilo que são as disposições que neste momento estão em vigor, bem como, naquilo que é o seu entendimento quanto à utilização daquele espaço ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é bem isso que é lá dito!

O Orador: ... que repito, é um espaço que deve continuar, como aliás nunca foi questionado, nem intencionado de forma diversa, que deve continuar a ser um espaço destinado à realização de eventos públicos, de eventos provados, de eventos de natureza cultural, de eventos de natureza social, de natureza económica também, procurando rentabilizar os custos que resultam do funcionamento daquelas instalações podendo a cidade de Ponta delgada continuar a usufruir tal como está.

Agora, permita-me, Sr. Deputado António Lima, dizer já nesta intervenção uma outra coisa que é referida no projeto de resolução do Bloco de Esquerda e que me parece ter alguma hipocrisia política ...

Deputado Carlos Silva (PS): Vindo de si!

O Orador: ... e que é aquilo que se refere às diabruras sociais do jogo de fortuna e de azar.

Deputado António Lima (BE): É mentira?

O Orador: Não deixa de ser irónico que quem, no passado, acusava injustamente alguns de alegadamente travarem a abertura de jogos de fortuna e de azar nos Açores, sejam os que hoje se põem de joelhos a rezar em nome dos que foram vítimas, porventura, de condições e circunstâncias muito diversas do jogo. É uma ironia que no mínimo se regista de que, nalguns casos, contrariamente ao que acontece ao vinho do Porto, há quem piore com o tempo. Disse!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário regional do Transportes, Turismo e Energia.

(*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia** (*Mário Mota Borges*): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta questão, o Governo, nomeadamente através da minha pessoa, já se pronunciou no passado mês e, portanto, já transmitimos que, de facto, relativamente à instalação da iniciativa em questão relacionada com os jogos de fortuna e de azar nas instalações do Pavilhão do Mar, que nos iríamos em local próprio, no momento próprio, pronunciar num determinado sentido e o sentido era o de não aceitação desta função naquele espaço. E também demos sinal daquilo que eram o leque das atividades que víamos com bons olhos serem instaladas num espaço daquela natureza e, portanto, este assunto de facto vem novamente aqui, mas relativamente a ele já me pronunciei há um mês atrás e aquilo que será o desfecho desta iniciativa já está, de alguma forma, alinhado.

De qualquer maneira também não gostaria de deixar de referir aqui que a Portos dos Açores e a sua administração têm uma missão no que toca à redução dos défices de exploração de algumas das suas áreas sobre as quais têm competência, nomeadamente sobre aquilo que é chamado o espaço denominal e também naquilo que são as marinas que tradicionalmente eram fontes de prejuízos e fontes de défices para as quais esta administração tem a missão de encontrar soluções e várias tem sido encontradas. Aqui também se nota um esforço no sentido de as encontrar, por acaso não foi aquela que socialmente seria a mais adequada e pacífica, mas tenho que deixar aqui um sinal de reconhecimento à administração da Portos, no sentido de procurar soluções para aquilo que são problemas de natureza económica de algumas áreas que até nem são o seu core de ação.

Portanto, em resumo e repetindo aquilo que disse no início, este assunto e o seu desfecho já estava anunciado há um mês atrás e, portanto, a instalação do casino naquilo que é o Pavilhão do Mar não acontecerá e, portanto, não acontecerá

apenas pela natureza daquilo que é a iniciativa e não pela falta da necessidade de encontrar soluções que sejam economicamente sustentáveis também, para além de socialmente relevantes para a utilização daquele espaço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No dia em que tivermos que aliviar a Região de alguns encargos ou arranjar soluções financeiras para alguns edifícios, etc., talvez vamos ter que alugar o Palácio da Conceição para um hotel ou o Palácio de Sant’Ana para um resort, ou coisa que o valha! Eu penso que isto nunca passaria pela cabeça de ninguém, seria algo, no mínimo, de loucos.

O caso do Pavilhão do Mar, pois será qualquer coisa, no mínimo, parecido. É um equipamento que nos custou muito, ao que parece toda a estrutura nos custa muito. Seguramente, um casino nunca seria.

Nestas coisas e é entendimento do Chega, a iniciativa privada quer montar qualquer coisas, apesar de pessoalmente, casinos não serem muito a minha praia e achar que eles não são uma mais-valia, até porque nunca ficou provado o retorno turístico-financeiro de um casino e os malefícios são bem conhecidos das pessoas que dependem do jogo, a verdade é que quem quiser ter uma iniciativa dessas faça o favor de abrir a algibeira, comprar um terreno e edificar lá o que quer fazer, seja um restaurante, um hotel, o que for. É o mercado a funcionar e a nossa visão económica é que “só toca guitarra quem tiver unhas”.

Quem não tiver unhas o melhor que faz é estar quieto e não andar aí a utilizar os subsídios para viabilizar uma séria de coisas.

Nesse aspeto, o Sr. Secretário e muito bem, muito obrigado pelas suas explicações, o Governo Regional já o tinha dito, não estava em causa, não existe, não é um problema, estamos conversados e votamos contra isso.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se dúvidas houvesse sobre a minha justificação para votar contra a urgência, estou esclarecidíssimo. E estou esclarecidíssimo porque sinto-me na obrigação até de esclarecer a Câmara que está completamente sem estar esclarecida.

Desde logo, porque compete à Portos dos Açores, Sr. deputado Joaquim Machado, e só à Portos dos Açores ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... a atribuição da utilização de direito privado e áreas na sua área de jurisdição. Decorre do Decreto Legislativo Regional, n.º 24/2011-A que cria o Sistema Portuário nos Açores, cujo anexo II define as áreas de jurisdição da Portos dos Açores.

Compete à Portos dos Açores consignar, alugar, concessionar, todos os espaços das suas áreas de jurisdição e a Portos dos Açores tem um sistema interno, até no âmbito da sua certificação pela qualidade, que é seguido criteriosamente pela administração da Portos dos Açores e esta foi, de facto o único alerta que tocou na minha cabeça quando esse processo da concessão do casino aparece por via de um edital que recorre à lei do domínio público marítimo sobre a jurisdição da Portos dos Açores que não é uma prática comum no empreendimento Portas do Mar.

A Portos dos Açores tem, de facto, a possibilidade de fazer essas concessões ao abrigo dessa legislação, fê-las muitas vezes no passado, eu próprio promovi algumas, nomeadamente no cais da Sardinha (não vi que o Parlamento dos Açores se tivesse pronunciado, na altura, sobre isso), mas o que é facto é que no espaço das Portas do Mar todas essas concessões foram sempre feitas por concurso público. As pessoas não são obrigadas a saber disso, talvez por isso fosse interessante terem seguido o meu conselho de ouvirmos mais algumas entidades neste processo que o Bloco de esquerda aqui nos traz.

Mas, o que ainda o que fez tocar mais campainhas na minha cabeça (sinais de alerta), nem foi o facto de a Portos dos Açores utilizar esse mecanismo **legal**, de recurso à normalmente designada Lei da Água, para fazer essa concessão. Foi o facto do edital não ter sido divulgado pelos meios que normalmente a Portos dos Açores, que tem interesse económico nesses processos, faz. Ou seja, a Portos dos Açores tem por bom princípio divulgar no jornal Oficial, mas depois propagandear o máximo possível esses editais, por forma a que ela tenha o máximo de concorrentes possíveis.

Qual é a diferença ente um concurso público e essa forma de concessão? É tão simples quanto isto: é permitir que o proponente, ou seja, aquela pessoa que tem uma ideia sobre um espaço, tenha direito de preferência sobre quem depois venha com valores mais elevados para este mesmo espaço. O que nos parece uma coisa absolutamente clara, evidente e séria de fazer esses processos. De outra forma isso não protege quem tem uma ideia para um certo espaço, que muitas vezes está por utilizar, de ver a sua ideia aproveitada por outro qualquer proponente.

Certo é, como diz o Sr. Deputado Joaquim Machado que pode competir sempre à tutela fazer uma “chamadinha” ao Conselho de administração a dizer que não quer que se concessione esse espaço porque esse espaço vai ser utilizado por

outra razão qualquer. Talvez estejamos perante um caso de ingerência da boa gestão das empresas públicas, mas isso não é para aqui chamado.

O que tocou ainda mais campainhas e alarmes nesse processo é a falta de transparência, não só na não divulgação pelos meios habituais do tal edital, mas o simples facto do edital não estar completo. Há uma tremenda falta de transparência naquele edital porque o edital deveria ter o prazo da concessão, a utilidade da concessão e o valor da concessão, para isso permitir concorrência e não tinha! O edital não tinha, era um edital muito simples que omitia toda essa informação e por isso, soou campainhas.

Isto para dizer que, de facto, estamos perante um caso daqueles me que se justificava ter baixado à Comissão esse processo para sabermos melhor o que é que aqui se passou, mas os senhores deputados não entenderam e eu tive que votar sozinho, pois é levar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a discutir uma urgência, uma urgência do Bloco de Esquerda que diz o seguinte:

(Apartes inaudíveis do Deputado António Lima)

Ó Sr. Deputado António Lima tem que se habituar a ouvir os outros, não pode estar sempre nessa atitude...

Deputado António Lima (BE): Os apartes são regimentais!

O Orador: ... de quem discorda consigo... Eu não vou entrar nesse tipo de discussões, não vale a pena. Vamos manter a elevação, só lhe peço o seguinte:

para ouvir os argumentos dos outros e respeitar as opiniões dos outros senhores deputados.

No caso, peço-lhe que respeite a minha opinião, se concorda, ou não, depois terá a oportunidade de falar de forma civilizada.

O que estava a dizer é que o Bloco de Esquerda apresenta aqui uma urgência que diz o seguinte: para o Governo Regional instruir os Portos dos Açores, no sentido de não atribuir a concessão de utilização privativa da área de domínio publico, em áreas de jurisdição da Portos dos Açores, no espaço denominado Pavilhão do Mar.

Ora, o que é que o Governo já decidiu e tenho aqui a notícia da Lusa do passado dia 24 de fevereiro, que a Secretaria Regional dos transportes, Turismo e Energia não acolherá a possibilidade de implementação do casino no espaço denominado Pavilhão do Mar.

Ou seja, estamos aqui a discutir uma urgência, em que a Assembleia está a recomendar ao Governo Regional que faça uma coisa que ele já fez.

Deputado António Lima (BE): Então porque é que votou a favor da urgência?

O Orador: Sr. Deputado para precisamente discutir este tema consigo, para ter a oportunidade de discutir esta temática consigo e de o poder informar da minha discordância. Ou seja, V. Exa. mantém uma iniciativa para recomendar ao Governo Regional que faça uma coisa que o Governo Regional já fez. Está a ver o ridículo disto? É o ridículo total nesta matéria!

Deputado António Lima (BE): Tem mais duas propostas!

O Orador: Depois, em relação às outras temáticas, o ponto n.º 2 por exemplo, elas não estão em causa. Tem alguma notícias que elas estejam em causa? Sempre estiveram a ser desenvolvidas. Eu tenho notícia que a utilização continuou a ser feita.

Portanto, qual é, Sr. Deputado, a substância política da proposta e da recomendação que V.Exa. apresenta aqui? Sabem qual é, Sr. Deputado? Nenhuma! Nenhuma porque o Governo já fez ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Fez como?

O Orador: ... e não precisou que o senhor recomendasse. V. Exa poderá dizer bem, mas o meu documento foi colocado antes da decisão do Governo.

Deputado João Vasco Costa (PSD): Qual decisão?

O Orador: Às vezes acontece e acontecia muito com o anterior Governo Regional. Eu lembro-me de muitas urgências que coloquei e que o Governo Regional depois resolvia o problema posteriormente à minha iniciativa e muitas vezes – o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e os deputados do Partido Socialista não me deixam mentir – muitas vezes eu retirei a iniciativa porque ela já estava concretizada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É verdade, eu sou testemunha!

O Orador: Eu fiz muitas vezes isso. Ora, aqui não é o caso sequer. O Sr. Deputado apresenta uma urgência para que o Governo delibere aquilo que já deliberou com a data do dia 4. Está a perceber?

E, por isso, Sr. Deputado, a usa iniciativa não tem racionalidade política.

Em segundo lugar, também a questão é a questão da legalidade.

Deputado Carlos Silva (PS): E falta de transparência!

O Orador: Foi praticada alguma ilegalidade pela Portos dos Açores?

Deputado António Lima (BE): Quem é que disse isso?

O Orador: O que eu lhe pergunto é isso. Não estou a dizer que o senhor disse, estou a fazer uma pergunta. Foi praticada alguma ilegalidade pela Portos dos Açores? É que são adensadas dúvidas, deixa-se aqui uma coisinha, uma suspeita Há alguma coisa que não tenha sido cumprida com total legalidade? Mais ma vez lhe digo que eu não estou a dizer, estou a fazer-lhe uma pergunta.

Deputado Carlos Silva (PS): O Deputado Nuno Barata diz que há falta de transparência!

O Orador: Na minha perspetiva e não foi demonstrado, até agora, que tivesse sido realizada por parte da Portos dos Açores algum tipo de ilegalidade, nos procedimentos. Ou seja, o Sr. Deputado, em relação à substância desta questão, não tem nenhuma razão. O ridículo é estarmos aqui no Parlamento dos Açores a discutir e a recomendar e as pessoas perguntam-se “Eu já li isto no jornal, o Governo já decidiu”. Mas é que o Bloco de Esquerda quer que se decida outra vez! Quer que o Parlamento diga ao Governo dos Açores: “Muito bem, os senhora já fizeram, mas agora fica aqui esta recomendação para voltarem a fazer”.

Sr. Deputado, não tem substância política nenhuma a sua iniciativa.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo pelo fim: o Sr. Deputado Paulo Estevão faz uma intervenção, no fundo, a dizer que o que nós propormos, enquanto grupo parlamentar, já está feito. Então, considera o Sr. Deputado que não é urgente. Então porque é que o

Sr. Deputado votou a favor da urgência? Se não é urgente, está feito, então porque é que votou a favor? Chumbava a urgência! Por isso, o seu argumento não tem nenhum sentido e, de facto, o que não tem racionalidade política é o seu argumento. Até porque como referi na justificação da urgência, há, na nossa opinião, uma questão de fundo de política que nós consideramos relativamente à concessão que, para transformação daquele espaço num casino, este Parlamento deve-se pronunciar e em segundo lugar, há outros dois pontos, porque perante a intenção do Governo, neste caso da Portos dos Açores, em ter outro tipo de utilização daquele espaço que garanta maior rendimento à empresa, entende o Bloco de Esquerda legitimamente, julgo eu, que devem ser colocadas balizas a essa utilização. Ou seja, que aquele espaço não deve ser utilizado para algum fim que não aquele para o qual ele foi criado, como por exemplo a instalação de um casino, em que deixa de ser um pavilhão de exposições, de feiras, de eventos culturais e passa a ser um casino e consideramos que é necessário que este Parlamento se pronuncie sobre esta matéria, como entender, na liberdade de cada um e de cada grupo Parlamentar. Em terceiro lugar há outro ponto, mas já lá vou.

O Sr. Deputado Joaquim Machado diz que a iniciativa não merece o seu tempo, então teria sido melhor não se inscrever porque nós também não tínhamos grande interesse e grande expectativa com a sua intervenção. Por isso, não merece tempo, então porque é que se inscreveu?

Deputado Berto Messias (PS): Bem visto!

O Orador: Porque é que gastou o seu tempo com a iniciativa, Sr. Deputado. Tinha-nos poupado também o nosso tempo e não sei o que é que quer dizer com essa conversa de que alguém está de joelhos... não era comigo de certeza, que não tenho hábito de estar de joelhos, até porque não costumo rezar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Faz mal nesse aspeto!

O Orador: Por isso seria bom explicar o que é que quer dizer com isso.

Mas, argumenta o, Sr. Deputado, que esta concessão e alteração de mudança do casino do hotel, um hotel que foi construído para ser um casino e que depois retira-se de lá o casino e mete-se noutra sítio, que era a intenção da concessionária, essa intenção teria que ser autorizada pelo Governo, pela Câmara Municipal, etc. e que a decisão de não instalar não foi sequer uma decisão porque era apenas o cumprimento de uma obrigação legal. Eu convido o Sr. Deputado Joaquim Machado a ler o esclarecimento que o Governo Regional dos Açores fez, o Sr. Secretário que está ali à minha frente, sobre esta mesma matéria, e que diz num dos pontos e cito: “a Portos dos Açores em estrito cumprimento da lei e numa perspetiva puramente comercial”, quer dizer que a empresa tinha interesse comercial nessa concessão, se não, não estava aqui escrito ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Se é uma empresa!

O Orador: ... ou seja, a empresa não foi um mero recetor de um texto, a empresa desenvolveu esforços, do ponto de vista comercial, para encontrar esta solução de concessionar o pavilhão do mar para ser um casino. É isso que está aqui dito, numa perspetiva puramente comercial, a empresa procurou ativamente esta solução e o que é que fez o Governo recuar?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quando é que o Governo recuou?

O Orador: ... embora e cito “embora o prazo plasmando no edital atrás mencionado, ainda esteja a decorrer e considerando o impacto na opinião pública ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi o interesse comercial?

O Orador: ... a Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia, enquanto responsável pela tutela operacional da Portos dos Açores, não acolherá a possibilidade de implementação do casino no espaço denominado Pavilhão do Mar.”

Ora, o que é que fez o Governo recuar? A opinião pública! Não foi a lei, foi a opinião pública, Sr. Deputado. Foi a opinião pública que fez, e ainda bem, que fez o Governo recuar.

Sr. Secretário faça-lhe uma pergunta: tinha o Governo ou não conhecimento da intenção da Portos dos Açores em concessionar o Pavilhão do Mar?

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): Não tem que ter!

O Orador: Tinha conhecimento prévio ou não?

Mas, gostaria de falar do terceiro ponto resolutivo desta proposta e ele está intimamente relacionado com a concessão do jogo. É que, e aproveitando a presença da Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações, parece-me fundamental que se esclareça e que também se garanta o que é que se passa com o processo de construção do espaço público que está previsto na Calheta de Pêro de Teive, que está relacionado com este mesmo processo do jogo. É que ao mesmo tempo que aquele – já não tenho adjetivos para o classificar – mas que aquele atentado urbanístico está ali, estava-se a tentar entregar mais um espaço público ao quem gere o jogo na Região, a quem tem o exclusivo da concessão do jogo na Região e a quantidade de benesses que já foram atribuídas ao longo dos anos relativamente a este processo é interminável.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem que perguntar ao Partido Socialista!

O Orador: Chegados aqui, o que nós temos na Calheta de Ponta Delgada são ruínas, agora um pouco mais baixinhas, mas não deixam de ser réinas, mas no entanto, hotéis, casinos e o pavilhão do mar estava pronto para ser transformado num casino.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estava pronto? Tenha um bocadinho de senso! Estava pronto?

O Orador: Aliás, a empresa até disse quanto é que ia pagar de renda! O negócio estava mais do que pronto!

Eu recordo que o terceiro ponto deste projeto de resolução pretende que o Governo fale, diligencie junto da empresa que tem responsabilidade de fazer o empreendimento urbanístico para que aquele “mamarracho” saia dali rapidamente e se transforme num espaço público e não é de agora e, por isso, é que é urgente. Eu recordo que – s enão me falha a memória, a impressão não está muti o boa – mas, tínhamos aqui em 2016 ou 2018, não consigo ver muito bem, mas acho que é 18, poderei confirmar, uma capa de um jornal local em que se dizia “requalificação da Calheta Pêro de Teive concluída no verão de 2020”, esperamos todos e nada! O Bloco de Esquerda fez uma espécie de inauguração daquele processo e, na verdade, continuou a não se passar nada tirando a demolição!

Deputado Flávio Soares (PSD): Oh! Se o Bloco de Esquerda propôs uma proposta!

O Orador: Aliás, até havia uma maquete do espaço, uma praça verde com espaço verde e público, mais um hotel...

(Aparte inaudível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Já lá vou, Sr. Deputado Joaquim Machado, tenha calma!

E nós, até hoje não temos nada, mas o que me preocupa, Sra. Secretária, é que a senhora tenha confirmado a um jornal local que iria ser lançado um concurso de ideias para aquele espaço ...

Deputado Flávio Soares (PSD): O que é que isso tem a ver com o casino?

O Orador: ... e recentemente diz-se que o Governo prepara um projeto para as galerias demolidas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Num jardim!

O Orador: E que a ordem dos arquitetos está à espera que a senhora lhes diga alguma coisa para fazer um projeto, que eu não sei que projeto é esse. Então, Sra. Secretária, onde é que está este projeto? O Que é que é feito deste projeto?

(Neste momento o Sr. Deputado mostra uma foto à câmara)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está na sua mão!

O Orador: Tem que me explicar o que é que é feito deste projeto! É que as pessoas querem saber! É porque havia um projeto apresentado publicamente. Está atrasado? Está, mas havia um projeto ou então isto é uma farsa, mas havia um projeto e agora vem este Governo dizer que não há projeto, que vai fazer um concurso de ideias. Sra. Secretária está aqui a ideia, só tem que fazer isto acontecer, por isso, eu e o Bloco de Esquerda e o povo precisamos de uma explicação, do que é que isto quer dizer.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Qual povo?

Deputado Nuno Barata (IL): Os Açores!

O Orador: É porque nós já passamos demasiados anos sem saber o que é que se vai passar e as pessoas a serem enganadas e as suas expectativas a serem goradas ano após ano e é por isso que é urgente que essa resolução seja aprovada e que o terceiro ponto que é para garantir que no prazo de dois anos não continuamos com aquelas ruínas que são indiscrimináveis e que tem o espaço público há muitos anos prometido, por isso eu peço um esclarecimento à Sra. Secretária, para além do Sr. Secretário, sobre, por um lado e relativamente à Portos dos Açores, se era do conhecimento da tutela a intenção da Portos dos Açores em concessionar aquele espaço e, relativamente à Sra. Secretária, o que é isto de um concurso de ideias?

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A Sra. Secretária já lhe explica! Faça-lhe um desenho!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

(*corte no som*)

Sr. Deputado António Lima, bem que tentei espremer a laranja, mas não sai nada!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Laranjas não!

Deputada Alexandra Manes (BE): Isso é verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Fugiu a boca para a verdade!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é o que se chama *lapsus linguae*!

O Orador: Não é, não é! não, não!

Muito bem, vejo que gostaram da imagem! Já é bom para começar esta intervenção.

Devia ter dito o limão!

Sr. Deputado pergunta-me V.Exa. porque é que eu votei a urgência? Bom, não votar a urgência o que é que teria significado? Teria significado que este absurdo continuaria durante muito mais tempo! Esta iniciativa descia à Comissão e o Sr. imagine que chegava ao pé do Governo e dizia-lhes assim: “está de acordo com a minha iniciativa que propõe exatamente aquilo que os senhores já fizeram? Está de acordo? Está de acordo que o Governo Regional instrua aos Portos dos Açores, no sentido de impedir que o Pavilhão do Mar seja cedido para o jogo?”, pergunta para o Governo. Resposta do Governo: “estou, já anunciamos no passado dia 24”.

A sua pergunta: “mas eu não reparei e, por isso, passados 10 dias apresentei esta recomendação para que V. exas. fizessem e anunciassem aquilo que já anunciaram, era ridículo! Portanto, porque é que eu voto a urgência? Porque é urgente acabar com este absurdo! É por isso que eu votei a urgência!

Sr. Deputado, V.Exa. diz “os senhores recuaram por pressão da opinião pública”. Sr. Deputado, o senhor é que acordou tarde. Quer dizer, a opinião pública já tinha ganho a batalha, mas quem é que aparece no terreno da batalha? Agora é o António Lima que aparece com a batalha ganha pela opinião pública.

Para quê? Para ficar com os louros políticos! Não! Então se foi a opinião pública deixe lá os louros políticos na opinião pública!

Deputado António Lima (BE): Foi o Governo que o disse!

O Orador: Não venha agora buscar prémios que o senhor não mereceu e não mereceu porque não fez antes do Governo ter tomado esta decisão. Se o senhor toma esta decisão no dia 22, vamos imaginar, aí toda a gente diria sim senhor, o Sr. Deputado António Lima aparece a tempo e a horas com uma propostas que o Governo ainda não fez! Vai aparecer, quando os fumos da batalha já se desvaneceram, aparecer quando tudo isto já foi decidido e vai recomendar ao Governo uma coisa que ele já fez....

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Deputado nós já nós nos pronunciamos sobre a posição do Governo!

O Orador: ... acha que isto tem algum tipo de mérito político, Sr. Deputado? É evidente que não tem! Por isso é que eu votei a urgência! Porque é urgente, Sr. Deputado terminar com este absurdo!

E digo-lhe mais, não tenho muito mais tempo, ainda quero ter uma outra intervenção, digo-lhe a seguir para ficar com tempo para responder.

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas fez como? De boca ou papel? Diga lá como é que o Governo fez!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

(*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Dando uma resposta à questão principal colocada aqui pelo Sr. Deputado António Lima, queria transmitir que a administração da Portos dos Açores, no âmbito daquilo que é a assembleia geral com representação do acionista, recebe

aquilo que são as linhas gerais para as quais deve dirigir a sua ação, mas a partir do momento em que isso lhe é transmitido e nos termos em que lhe é transmitido, não cabe à tutela andar a acompanhar passo a passo aquilo que são medidas pontuais ou específicas no sentido da persecução daqueles que são os objetivos que foram definidos em assembleia geral.

E, portanto, a questão da redução daquilo que são os défices da exploração das várias áreas que estão à sua responsabilidade eram das orientações que a Portos dos Açores tinham à sua responsabilidade e, portanto, aquilo que foram os passos seguidos no sentido a, b ou c, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas tinha conhecimento ou não?

O Orador: ... nós não tivemos que os acompanhar e apenas, à posteriori, depois deste assunto ter sido concluído, temos conhecimento de facto que relativamente àquilo que foi a aproximação entre a Portos dos Açores e a empresa concecionária do jogo, que ela foi uma iniciativa dessa empresa e não da Portos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e, portanto, para dar um cabal resposta àquilo que colocou, se foi a Portos que se dirigiu à empresa ou ao contrário, quero transmitir aqui que foi o contrário que aconteceu e, portanto, a Portos teve uma reação a uma proposta que vinha, de alguma forma, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas quem é que fez o edital, Sr. Secretário?

O Orador: ... no sentido daquilo que ela procurava, quer era dar alguma rentabilidade ao espaço e não o deixar durante meses sem grande uso, como aconteceu no passado em algumas circunstância e, porque de facto ainda não temos a solução, mas essa solução será perseguida por esta administração, não nesta direção, mas noutras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*): Muito bem! Claro e preciso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações, tem a palavra.

Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações (*Ana Carvalho*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

É verdade que eu disse que ia contactar a Ordem dos Advogados ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Dos arquitetos!

A Oradora: ...arquitetos, peço desculpa, para fazermos uma parceria no sentido de fazer uma zona pública naquilo que era a parte que caberia ao Governo Regional, corretíssimo. Simplesmente, a ASTA tem até agosto de 2022 para levantar a licença de construção e verifica-se que se a ASTA executar o projeto aprovado na Câmara Municipal de Ponta Delgada vai demolir uma zona que será ocupada pela zona verde da responsabilidade da Região, e portanto, fazemos agora alguma coisa que mais tarde viesse a ser demolida, entendemos fazer um compasso de espera, mas no caso da ASTA não avançar com o processo, o Governo Regional compromete-se a avançar com aquilo que tinha se comprometido.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo*)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sra. Deputada Sandra Dias Faria, tem a palavra.

(*) Deputada Sandra Dias Faria (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS votou a favor da urgência não pelas mesmas razões que já foram apontadas por exemplo pelo Sr. Deputado Paulo Estevão, mas sim porque entendemos ser importante esclarecer aquele que foi o processo que acompanhamos relativamente à possível concessão do Pavilhão Portas do Mar. Para o Grupo parlamentar do PS não está em causa a atividade que lá se poderá ou não desenvolver, não esta em causa o facto de poder ser concessionado o casino para utilização como jogos de fortuna e azar. Esta não é a questão que se levanta.

No nosso entendimento o que aqui merce a nossa atenção é perceber efetivamente a forma como este processo foi conduzido pelo Governo Regional e mais uma vez, o que nos parece é que estamos na presença de mais um processo de falta de transparência, de trabalho em cima do joelho, em que pressionados pela opinião pública, como aquilo já foi dito, recuaram e temos, mais uma vez, o exemplo de falta de liderança, de falta de estratégia e de falta de orientação para objetivos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: O que temos são decisões tomadas sem qualquer fundamento, que posteriormente o Governo recua por pressão da sociedade civil.

Se, de acordo com o que disse o Sr. Secretário, entende-se que aquele é um espaço que deva ser rentabilizado, faça-se um concurso público, dê-se oportunidade às várias empresas que possam ter interesse em explorar aquele espaço e avalie-se qual a melhor solução e não, apresentar uma solução direcionada apenas para uma empresa em particular.

E a questão de que foi a empresa a apresentar-se perante o Governo, como é que se explica o facto de haver um edital? O edital foi apresentado pelo Governo, com toda a certeza, ou pela Portos dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E em relação ao jogo?

A Oradora: Há aqui, mais uma vez, uma situação em que o Governo vai a reboque, é o Governo que decide, ao sabor da maré, e ela não anda propriamente tranquila...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A maré já passou!

Deputada Ana Luís (PS): Outras virão!

A Oradora: ... e, portanto, temos esses casos de percalço e de sucessivos avanços e recuos por parte das entidades responsáveis.

Há aqui também outra questão e aqui gostaria de fazer nota disto, que tem a ver com o primeiro ponto resolutivo que também nos deixa aqui algumas reservas por direccionar-se em particular a uma empresa. Da mesma forma que deve haver liberdade para que todos possam concorrer e aceder às oportunidades que possam surgir, também entendemos que não devemos restringir a qualquer um esta oportunidade.

E, portanto, foi este o motivo de votarmos a favor da urgência porque carece de esclarecimentos de todo esse processo trapalhão, à semelhança de muitos outros.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Sra. Deputada Sandra, não houve Carnaval este ano!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Está a olhar para si!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Questionou-me o Sr. Deputado António Lima sobre a razão pela qual o PSD aprovou a urgência. As evidências já eram bastantes, mas a intervenção que me antecedeu veio dar ainda mais razão exatamente àquela que foi a nossa decisão de votar favoravelmente a urgência.

Na primeira intervenção que fiz sobre esta matéria usei a imagem do Bloco de Esquerda surfista sem prancha e sem saber nadar. Para não deixar o PS de fora, vai me permitir, Sra. Deputada, pareceu-me aquelas pessoas que arregaçam um pouco as calças, andam junto à rebentação da praia para não molharem o vestuário, mas eis que vem uma onda maior e acabam aquele estado em que tudo faziam para que não fosse esse o desfecho final e o Partido Socialista intervêm nesta matéria parece-me que um pouco ao jeito de quem vai passear na praia ou fazer um bocadinho de desentorpecimento e acaba por tropeçar no ouriço. E o ouriço está exatamente no facto da senhora ter dito uma coisa que finalmente dá a posição do Partido Socialista sobre este assunto.

Para o Partido Socialista é indiferente se o Pavilhão do Mar iria ou não receber o casino e, portanto, os jogos de fortuna e de azar.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Não é essa a questão!

O Orador: Isso é indiferente, foi o que a senhora acabou de dizer. Para o Partido Socialista isso não é relevante, o que é relevante é o processo. Mas qual processo? Para nós é exatamente o contrário, aliás, sempre foi. Para nós o que

esteve em causa a partir de uma iniciativa da concessionária do jogo seria se a Portos dos Açores tivesse tido um entendimento diferente ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas o edital é de quem?

O Orador: ... e depois isso fosse acompanhado pelo mesmo entendimento do Governo Regional e se isso estivesse em conformidade com a lei seria alterar a finalidade do uso do Pavilhão do Mar. Isso é que é o problema! O problema não é esta coisinha do edital, à qual a senhora deputada se agarrou! Mas qual é o problema do edital? Não devia ter sido feito o edital, conforme decorre da lei da água e dos recursos hídricos? Em que outras circunstâncias é que o edital surge exatamente na sequência de uma iniciativa de um privado que manifesta uma intenção, que obriga a Portos dos Açores a produzir o edital, quem é que anuncia o valor da proposta da pessoa que está a tentar concorrer para uma finalidade.

Portanto, não vejo qual é o problema do processo!

Sra. Deputada, permita-me com a idade que já tenho de ter o atrevimento de lhe fazer um conselho: leia menos o Sr. Deputado José Contente, porque esta coisa de usar este bordão, *é um Governo trapalhão, é um Governo incompetente...*

Sra. Deputada uma parte daquilo que o Sr. Deputado José Contente diz ainda é o trauma de uma derrota na Câmara de Ponta Delgada contra o Dr. José Manuel Bolieiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E, portanto, fixemo-nos naquilo que é essencial, a Portos dos Açores nunca teve a intenção de concessionar o Pavilhão do Mar para o casino. Segunda evidência, o Governo Regional nunca autorizaria que o Pavilhão do Mar tivesse um fim diferente daquele que tem, designadamente que se destinasse ao jogo de fortuna e de azar.

Posto isto, o que é que quer que lhe diga? Veio a andar devagarinho, mas acabou apanhada pela onde.

Disse!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que uns são de direita e outros são de esquerda!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:

O debate que já tivemos até agora já nos permitiu perceber as verdadeiras intenções desta iniciativa.

Efetivamente parece que não se quer falar do problema em si, quer-se é atirar para o ar suspeitas e acusações de que temos um *governo trapalhão, um governo com falta de liderança ...*

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é mais do que evidente!

O Orador: ... e este processo veio mostra exatamente o contrário. Este processo veio mostrar exatamente a assertividade do Governo e a resposta pronta a uma circunstância que efetivamente poderia vir a ser um problema.

O CDS também discorda que se instale um casino nas Portas do Mar ...

Deputado Nuno Barata (IL): O CDS é lento!

O Orador: ... aquela infraestrutura deve ter um uso social e mais abrangente e foi essa a resposta que o Governo deu e deu-a publicamente no dia 24 de fevereiro, que não iria avançar com a instalação de um casino nas Portas do Mar, é público e, portanto, esta iniciativa que temos aqui em mãos é já muito posterior a essa tomada de decisão do Governo, e portanto, Sr. Deputado

António Lima, nós todos conhecemos a habilidade que V. Exa. tem com as palavras, todos conhecemos. Para os cidadãos que estão lá em casa pode parecer que efetivamente estar a favor da urgência significara que estamos a favor da incitava. Não! Nós estamos a favor da urgência porque este assunto merece ser discutido e debatido agora e já e resolvido para que não restem mias dúvidas e não se arraste por mais tempo o “diz que disse” e o “diz que fez”.

O Sr. Secretário publicamente disse que não se iria instalar lá nenhum casino. Já fez uma segunda intervenção neste plenário explicando qual é o mecanismo pelo qual a empresa recebe as suas orientações gerais de atuação e, portanto, o assunto está esclarecido.

Agora, parece é que os senhores deputados não quiseram perder um pouco de tempo a ler o Decreto-Lei 226-A/2007, a que se chama a Lei da Água, que estabelece o regime jurídico da utilização dos recursos hídricos. Se V. Exa. ler o aviso, o tal edital que os senhores querem fazer passar como sendo um edital de iniciativa da Portos dos Açores para abrir um concurso publico ...

Deputado António Lima (BE): Quem é que assinou?

O Orador: ... vai perceber que aqui diz “mais se informa que havendo mais interessados na atribuição da concessão suprarreferida, o requerente goza de direito de preferência em procedimento concursal a realizar”, n.º 6 do artigo 21.º do Decreto-Lei 226-A/2007, basta ir então ao n.º 6 e o n.º 6 diz” nos casos referidos no número anterior (o n.º5), o primeiro requerente goza do direito de preferência desde que comunique no prazo de 10 dias...” Então vamos então n.º 5: “ quando a atribuição de licença resultar de pedido apresentado pelo particular junto da autoridade competente, a tramitação do processo concursal é a seguinte: o interessado apresenta um pedido de atribuição de licença, do qual consta localização, objeto e característica da utilização pretendida.

Alínea b): “a autoridade competente aprecia o pedido, verificando se existem causas, desde logo, que obstem desse logo à abertura do procedimento,

nomeadamente o incumprimento de alguma das condições referidas no artigo 10.º e de que depende a emissão do título, a sua inoportunidade, inconveniência para o interesse público ou o facto de se pretender atribuir essa utilização por via da iniciativa pública.”

Alínea c): “Não existindo as causas referidas anteriormente, desde logo a abertura, a autoridade procede à publicitação do pedido apresentado através da fixação de editais, da publicação nos locais de estilo, durante o prazo de 30 dias, abrindo a faculdade de outros interessados poderem requerer para si a emissão do título, objeto e finalidade para a utilização publicitada ou apresentar objeções à atribuição do mesmo.”

A Portos dos Açores cumpriu a lei e os senhores estão aqui, quase um mês depois, a criar um não problema.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do CDS-PP e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só uma achega, de facto não era este o debate que nós deveríamos estar a fazer, mas o Sr. Deputado Pedro Pinto acabou de dar uma achega fantástica para esclarecer aquilo que tem andado aqui em debate sobre a opção comercial da Portos dos Açores e que o Sr. Deputado Joaquim Machado, e vou usar também uma figura marítima, aquosa, o Sr. Deputado Joaquim Machado se tem

agarrado coo um náufrago se agarra à pá de um remo! Porque, de facto aquilo que o Sr. Deputado Pedro Pinto muito bem acabou de fazer foi explicar o procedimento que decorre de uma solicitação do proponente ao abrigo da vulgarmente conhecida pela Lei da Água. Como é que acontece? Como o Sr. Deputado Pedro Pinto acabou de ler aqui: o proponente propõe, a entidade que gere a área de jurisdição avalia e depois dá seguimento ao processo. Ora, quando o edital aparece é porque o conselho de administração já avaliou e já chegou à conclusão que se deve fazer aquele procedimento.

É sim Sr. Deputado Joaquim Machado e vou-lhe explicar e dar um exemplo, que é para o senhor não voltar a agarrar-se à pá de um remo porque o remo já está *esfilhanpado*, daqui a pouco é só a pá, nem o remo! Se bem se recordam, em 2015 ou 2016, a memória também me pode trair, a mesma empresa ASTA Atlântida, não a empresa concessionária do jogo, mas a ASTA Atlântida, fez uma proposta à Portos dos Açores para instalação de um aquário no centro da baía do porto de Ponta Delgada. Não chegou a haver edital ...

Deputada Ana Luis (PS): Porque...

O Orador: ... ao abrigo da lei da água, tal e qual como este! Não que a Portos dos Açores tenha feito mal o procedimento, mas sim porque a Portos dos Açores fez muito bem o seu procedimento, porque a Portos dos Açores sendo uma empresa certificada pela qualidade tem um procedimento interno para cumprir escrupulosamente aquilo que está na Lei da Água, no Código de Contratação Pública e de toda lei que rege a sua área de jurisdição e a sua missão, digamos. E o procedimento é precisamente esse, é cumprir o que ali está, no caso da Lei da Água, o requerimento entra, vai para o gestor do processo - que até há bem pouco tempo por acaso era eu - faz uma informação ao conselho de administração e o conselho de administração decide se manda ou não emitir o edital ou até pode dizer ao gestor do processo, que a sua

sugestão ou informação carece de mais dados ou a lei da água não é a mais adequada, devemos fazer por concurso público, por exemplo.

Mas, ainda há aqui um outro pormenor que nos está a ultrapassar e por acaso a Iniciativa Liberal entregou um requerimento na Mesa, penso que no dia 22 ou 24 de fevereiro passado, precisamente para aferir melhor esse processo, daí que não tivesse muita vontade de votar favoravelmente a urgência

E o que é que acontece? Esse procedimento encerra desde logo dois problemas, o primeiro é que sendo ao abrigo da lei da água e a lei da água permitindo a concorrência clara, como disse o sr. Deputado Pedro Pinto e bem, acontece que nos Açores não pode haver mais nenhuma concessão de jogo, logo é uma forma de concessionar automaticamente àquele proponente aquele espaço, independentemente do espaço ser digno, não ser digno, ser necessário ou não, ser ou não uma opção comercial da Portos dos Açores, ainda encerra mais um problema, é que a própria lei do jogo não permite a instalação de espaços de jogo a menos de 250 metros de escolas e aquela está só contígua a uma escola.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas o processo está resolvido!

Deputada Ana Luis (PS): Então porque é que publicaram um edital?

O Orador: Portanto, estamos aqui perante uma situação ainda mais gravosa, é que o conselho de administração da Portos dos açores tinha um argumento mais do que válido ...

Presidente: Sr. Deputado agradeço que termine.

O Orador: ... para nem sequer ter deliberado pela emissão do edital, que era não, aquilo que os senhores pretendem não é permitido por lei porque está a menos de 250 metros de uma escola! Eu não queria dizer uma palavra muito forte e para não utilizar a palavra muito forte eu vou utilizar a palavra desabilidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A desabilidade é sua!

O Orador: Há aqui uma desabilidade e um excesso de voluntarismo e uma vontade inequívoca do conselho de administração da Portos dos Açores de entregar aquele espaço à empresa concessionária do jogo para ali desenvolver essa atividade.

Sr. Deputado Joaquim Machado não estarei a cometer qualquer inconfidência se lhe disser que esta não é a primeira tentativa.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata tem que terminar.

O Orador: ... daquela empresa de ocupar aquele espaço específico, já fez outras tentativas no passado e aproveitou a mudança de administração, a mudança de governo para levar os seus intentos adiante.

Foi por isso que não votámos a urgência porque achamos que este processo ainda tem muito por onde se averiguar.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Os partidos da coligação tentam, neste debate, fazer passar a ideia que o Bloco de Esquerda veio a correr atrás do processo depois de ele estar resolvido, depois do Governo ter dito que o processo estava morto, que não ia ser concessionado aquele espaço à empresa que tem a concessão do jogo, que não ia o Pavilhão do Mar ser transformado num casino e depois do Governo esclarecer tudo veio o Bloco de Esquerda apresentar uma proposta e dizer coisas sobre o assunto.

Infelizmente ou felizmente a história é totalmente oposta porque no dia 24 de fevereiro o jornal Açoriano Oriental fez uma peça em que vários partidos intervêm e os jornais, da ultima vez que verifiquei saem de manha, não é por acaso que se chama matutinos e o Açoriano Oriental publicou uma peça que deu origem a uma manchete em que se lê: “Bloco de Esquerda com proposta

para travar casino nas portas do mar”, 24 de fevereiro está aqui a manchete, vários partidos falam e o Bloco de Esquerda anuncia que irá apresentar uma proposta para travar a mudança do casino para as Portas do Mar. No mesmo dia, deixe-me ver a hora para não cometer nenhuma ilegalidade, 24 de fevereiro de 2022, às 20 horas e 52 minutos, está no portal do Governo, o Governo emite um esclarecimento a dizer que afinal não há casino nas Portas do Mar e di-lo não como querem fazer passar a ideia, não por qualquer convicção de que ali não deveria haver um casino, aquilo que diz é porque foi a opinião pública. Por isso, quem vem atrás e quem foi corrigir e quem percebeu que tinha feito asneira ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem foi?

O Orador: ... Foi o Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, foi o Governo? O Governo decidiu alguma coisa?

O Orador: O Governo veio decidir e decidiu bem que ali não se instalaria um Casino. Eu nunca disse que decidiu mal, o que está mal foi a decisão prévia de publicar o famoso edital que é a assunção que ali vai-se instalar um casino porque a formalidade de aparecerem outros interessados, aliás, como já foi dito, é apenas uma formalidade, é uma hipótese teórica, no mínimo académica. Não há mais ninguém que tenha a concessão do jogo, quer eram as únicas entidades que poderiam se manifestar com interesse para ocupar aquele espaço porque o objetivo era ocupá-lo com o mesmo fim.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade, Sr. Deputado?

O Orador: Por isso, o que se estava a fazer era entregar aquele espaço à empresa concessionária e queria obviamente pagar uma renda, não estou a dizer que era de graça e fica aqui claro que quem correu atrás do prejuízo foi o Governo e não foi o Bloco de Esquerda.

Mas, Sra. Secretária das Obras Públicas e Cominações eu tenho uma pergunta para si:

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Mais uma?

O Orador: As suas declarações deixam-me ainda mais curioso. A Sra. Secretária diz que a empresa tem de levantar a licença de construção até agosto de 2022, se anotei bem. Diz a Sra. Secretária que se não levantar o Governo, irá ter a iniciativa de fazer o tal espaço, o tal concurso de ideias, se interpretei bem.

Sra. Secretária tem conhecimento da resolução do conselho de Governo 176/2014 e da revisão do contrato de concessão exclusivo da exploração de jogos de fortuna e de azar de um casino em São Miguel, ASTA Atlântida? Tem conhecimento desta resolução e deste contrato e das suas obrigações?

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O que é isso tem a ver com o concurso de ideias? Isso não percebi!

(Neste momento a Deputada Elisa Sousa substituiu o Deputado Marco Costa no lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo Regional:

Esta intervenção do Sr. Deputado António Lima creio que dá um contributo importante para a decisão que temos que tomar.

Sr. Deputado António Lima acabou por reconhecer que o Governo Regional tem uma decisão sobre este assunto e isso diz bem da inutilidade da resolução

que estamos a apreciar, designadamente no seu primeiro ponto e já vou aos outros.

Portanto, sobre o primeiro ponto, instruir a Portos dos Açores é algo que o Governo Regional já fez, aliás, entendo até que é uma redundância porque não havia a intenção de concessionar o Pavilhão do Mar para efeitos de jogos de fortuna e de azar, abreviadamente, para instalação do casino. Coisa diferente é a publicação do edital porque a concessão do espaço a isso obriga, mesmo que para outra finalidade.

Entendamos, se a Cairos, se a Cresaçores, uma entidade, um produtor cultural pretender instalar ali ou ocupar uma parte daquele espaço está sujeito às regras que decorrem da lei da Água e dos Recursos Hídricos e o edital, nessa medida também era obrigatório, e é uma coisa da qual nós não abdicamos, um instrumento também para transparência do processo e espantamo-nos quando os senhores afinal estão contra o processo, nomeadamente do edital. Portanto, o primeiro ponto da resolução do Bloco de Esquerda foi o próprio Bloco que reconheceu que, de facto, não faz sentido e é uma inutilidade.

Depois, não podemos acompanhar também o segundo ponto da resolução do Bloco de Esquerda que recomenda ao Governo regional que garanta que a utilização futura do Pavilhão do Mar é exatamente para o desenvolvimento de atividades de utilização de acesso público promovidas por entidades públicas e privadas de carácter temporário.

Nós achamos que, para além das entidades públicas e privadas há outras entidades com personalidade jurídica diferente que também podem e devem usufruir daquele espaço, temporariamente.

Portanto, sendo que nas Portas do Mar não será instalado o casino, por todas as circunstâncias e mais aquelas que aduziu o Sr. Deputado Nuno Barata de que há um conjunto de normas que impediriam que tal viesse a acontecer.

Finalmente, diligenciar junto da Asta para que os próximos dois anos se faça a conclusão dos investimentos que ainda hoje Ponta Delgada espera também parece-me que traz aqui dois problemas. O primeiro problema é que o destinatário dessa mensagem é o Partido socialista e não o Governo da coligação.

Deputado António Lima (BE): Como é que foi o Partido Socialista? Ó Sr. Deputado!

O Orador: Os governo anteriores do Partido Socialista que nunca fizeram cumprir devidamente aquilo que constava do caderno de encargos e portanto, da resolução da concessão do jogo, então à Asta Atlântida.

Por outro lado, também já foi aqui dito e todos sabemos que a concessionária do jogo atual, dispõe até ao dia 31 de agosto para fazer o levantamento da licença na Câmara de Ponta Delgada.

Portanto, o cumprimento do prazo está a decorrer, o que é que quer que o Governo Regional faça?

Acho que não tem muito mais para fazer. O resto da minha intervenção ficará para uma próxima oportunidade porque destina-se ao Sr. Deputado Nuno Barata que neste momento não está na sala.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional: O Bloco de Esquerda acabou de admitir que efetivamente e o Governo decidiu bem, mas claro, não pode perder a face e tem que deixar sempre uma suspeita de que, no meio disto tudo, ainda há uma má decisão.

Pois, na minha intervenção anterior e eu acabei de evidenciar que o formalismo da lei foi cumprido e, portanto, tal como o Sr. Deputado Joaquim Machado aqui acabou de dizer, se fosse uma outra entidade com outra finalidade qualquer a faze ruma proposta à Portos dos Açores, pois bem, a Portos dos Açores teria que ter, exatamente, o mesmo procedimento e faze rum edital a anunciar que recebeu uma proposta e que está por trinta dias aberta a possibilidade para qualquer outro interessado se manifestar.

E, portanto, decidiu bem o Governo e pelos vistos, e tomando como certas as palavras do Sr. Deputado Nuno Barata, também decidiu bem este novo conselho de administração que tornou público e transparente uma proposta de um privado para utilizar...

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Deputado Nuno Barata não disse isso!

O Orador: ... instalações que são sobre a alçada de uma entidade pública e, portanto, Sr. Deputado António Lima, perguntava-nos há algum tempo porque é que tínhamos então votado a favor da urgência, se estávamos contra a iniciativa, tal como eu já disse na minha anterior intervenção, foi exatamente para que rapidamente se pudesse esclarecer esta situação e não se andasse por mais um ou dois meses a arrastar aqui um conjunto de insinuações que foi o que o senhor fez até agora, ate ao momento em que admitiu que o Governo afinal decidiu bem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou utilizar uma palavra que era muito utilizada pelo Sr. Deputado Berto Messias, quando não concordava com alguma coisa, que é a palavra: “surrealista”.

E é o que nós temos aqui, é um debate surrealista, que é o Bloco de Esquerda a recomendar ao Governo uma coisa que já foi feita, mas ainda apor cima fez a recomendação muito depois do Governo a ter feito e a ter concretizado.

E depois tivemos aqui uma ajuda inesperada para o Sr. Deputado António Lima, apareceu o Deputado Liberal que faz toda a diferença e o que é que aconteceu? Não, mas isto no meu tempo, no tempo do Partido Socialista isto matava-se à partida! Olhem o que aconteceu com o aquário! O aquário acham que foi para edital? Não foi! Esta aqui o edital do aquário!

(Neste momento o Sr. Deputado mostra um documento à Câmara)

O Orador: Diz assim, no dia 27 de outubro de 2015: “para a construção e instalação do empreendimento aquário para animação turística, laser, educação, investigação e desenvolvimento”. Portanto, cá está o *editalzinho* e isto mostra que o procedimento foi idêntico. Mas, naquela altura o Governo do Partido Socialista estava contra, mas o edital também saiu antes. Mas o Partido Socialista dizia “não, não, nos sempre estivemos contra, mas a autonomia, a Portos dos Açores apenas cumpriu a lei, o edital tinha que sair”.

Afinal, havia gato, neste caso, afinal havia edital! Houve edital!

Por isso, meus senhores, isto é um absurdo total esta proposta do Bloco de Esquerda e esta foi a prática dos Governos do Partido Socialista saiu este edital, como saiu também o edital em relação ao aquário que o Sr. Deputado Nuno barata tinha dito que não, que nos outros tempos é que se fazia bem.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Começo só por dizer, reafirmar e rebater aquilo que o Sr. Deputado Paul Estevão tentou insinuar, para não dizer, neste caso, mentir porque o Governo é que veio atrás do anúncio do Bloco de Esquerda desta iniciativa.

No dia 24 de manhã saiu uma notícia, a anunciar que o Bloco de Esquerda vai apresentar esta iniciativa que hoje debatemos, às 20 horas o Governo Regional diz que vai dar orientações para o processo acabar. Porquê? Por pressão popular!

Sr. Deputado Joaquim Machado eu não sei o que é que tem que ser dirigido ao Partido Socialista! Mas o Governo é do Partido Socialista? É que eu vejo lai

alguns senhores e senhoras que são do Governo e nenhum deles é do Partido Socialista!

Deputado Berto Messias (PS): Que se saiba! O Sr. Secretário António Ventura anda lá perto!

O Orador: Que se saiba! Eu, pelo menos, não sei!

Sr. Deputado só há um Governo de cada vez e o Governo que tem que recomendar e fazer perguntas é aquele, não tenho outro!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pela primeira vez concordo consigo!

O Orador: Sra. Secretária, não me respondeu à minha pergunta, mas eu faça-lhe a pergunta de outra forma, talvez seja mais fácil, se a Asta Atlântida não levantar a ta licença de construção, que mé que vai pagar as obras do espaço público da Calheta de Pêro de Teive? É isso que me tem que explicar, quem é que vai pagar? Qual é a entidade que paga as obras do tal concurso de ideias que a senhora quer desenvolver?

Eu gostaria de ser esclarecido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Muito rapidamente, agora que o Sr. Deputado Nuno Barata está presenta na sala, para dizer que vai me permitir que lhe devolva os termos com que se me dirigiu, das desabilidades.

Sr. Deputado Paulo Estevão já teve, na sua ausência, oportunidade de comprovar que a desabilidade foi toda sua, nomeadamente quanto ao edital que o senhor disse que nunca publicou e que tinha corrido bem, porque o senhor tinha sido o autor do processo, afinal é o edital n.º 7/2015, de 30 de abril.

Deputado Nuno Barata (IL): Foi revogado!

O Orador: Portanto, como vê, nestas coisas às vezes quando se está na água convém nadar mais devagarinho para não faltar o fôlego!

Deputado Nuno Barata (IL): Era só isso?

O Orador: E eu já não estou agarrado ao pau do remo, estou ainda à pá do remo, estou ainda a nadar!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está a afogar-se!

O Orador: Mas, mesmo que estivesse agarrado à pá do remo, acho que isso é sempre preferível a ser ou a estar agarrado à ...

Finalmente, Sr. Deputado António Lima, o senhor diz que olha ali para o Governo e tem que fazer perguntas a este Governo. Eu diria, e não só! Porque aqui dentro estão os que são hoje governantes e os que foram ontem. Esses com muita responsabilidade neste processo.

E o senhor diz que olha para li e não vê, nem uma senhora, nem um senhor que seja do Partido Socialista

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Graças a Deus! Deus existe!

O Orador: Esse é provavelmente o seu maior problema nesta legislatura, é olhar para ali e não ver o Partido Socialista porque se há um Governo de cada vez, uma pergunta de cada vez, o problema é o que o senhor diz hoje e o que o senhor dizia antontem.

Mas, já percebemos também que reconhecendo que esta resolução não faz sentido, é inútil nos seus três pontos, já não se centra no objeto da resolução, mas sim na corrida de quem é que apareceu primeiro.

Sr. Deputado pode continuar a correr de costas para trás, damos-lhe por garantido que o senhor vai ganhar essa corrida.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu, tendo tempo, tenciono usá-lo até ter repostas. Neste caso não vou gastar muito tempo para responder ao Sr. Deputado Joaquim Machado, apenas dizer que os três pontos se mantêm válidos.

Deputado Berto Messias (PS): Se for preciso pedimos um intervalo, Sra. Secretária!

O Orador: Em primeiro lugar a manutenção do nosso entendimento que este Parlamento se deve pronunciar sobre a questão da concessão, relativamente ao jogo. Se deve pronunciar e deve recomendar ao governo! O Senhor pode discordar, mas nós achamos que sim.

O segundo ponto, o senhor diz que há outras entidades para além das públicas e privadas, mas não diz quais são, mas o objetivo é serem todas as entidades, relativamente ao segundo ponto e à utilização.

O terceiro ponto, a conclusão do empreendimento da urbanização da Calheta de Pêro de Teive, já percebi que o senhor acha que isso não faz sentido, não quer que acabe, quer que as coisas fiquem como estão ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... e aliás, eu perguntei à Sra. Secretária duas vezes sobre esta matéria, uma delas perguntei quem é que vai pagar e o Governo nada diz, porque há uma entidade que tem a responsabilidade contratual e legalidade de fazer aqui um empreendimento e tem de o pagar porque essa é a sua responsabilidade, que aquele espaço é público e está concessionado a essa entidade que está a ganhar dinheiro com ela, durante trinta anos e a região é que vai pagar? Como é que a Região é que vai fazer um concurso de ideias, pagar esse concurso e fazer as obras? É isso que tem de esclarecer! Então, nós concessionamos aquele espaço com essa contrapartida e nós é que vamos pagar as obras?

Isto é a república das bananas, Sra. Secretária! Se é esse o entendimento do Governo, esta é a república das bananas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações tem a palavra.

(*) Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações (Ana Carvalho):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Isto não é a república das bananas, muito menos na Secretaria que eu dirijo.

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): Muito bem!

A Oradora: É verdade que está concessionado o espaço, é verdade que é obrigação do concessionário e nós estamos a analisar a questão da Asta avançar, ou não, com a construção porque eventualmente podemos resgatar a concessão e, nesse caso, será da nossa responsabilidade avançar com o jardim.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a Lei!

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): Muito bem!

A Oradora: Portanto, sabemos que na concessão está previsto ser o concessionário a fazer esse investimento. Como estamos a ver que não vão fazer investimento nenhum, pelo aquilo que estamos a perceber, pode ser que nos enganemos, se assim for, estamos a estudar uma hipótese de resgatar a concessão e, sendo assim, vamos avançar com aquilo com que nos comprometemos.

Agora, *república das bananas*, não diga isso, Sr. Deputado porque eu não lhe admito isso.

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): Todos nós!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor, tem muito pouco tempo, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Em relação à sua expressão da república das bananas, noutras circunstâncias eu poderia, não condenar a expressão, mas não é o caso porque estamos a falar do povo açoriano e dos seus órgãos representativos.

E V. Exa., e termino já, Sr. Presidente, ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... V. Exa não pode, tem o dever moral de respeitar os órgãos de governo próprio dos Açores, o Governo dos Açores, este Parlamento e V. Exa. está obviamente chateado, está fora de si, mas a responsabilidade é sua, Sr. deputado, vem aqui propor coisas absolutamente – como diria o sr. deputado berto Messias – surrealistas! Quer recomendar ao Governo uma coisa que o governo já fez e, portanto, o senhor se está nesse estado de espírito, a culpa é sua porque só numa república das bananas é que se pode apresenta ruma coisa deste tipo, apresentar e recomendar ao Governo para fazer uma coisa que ele já fez!

Mais, em relação também a outra questão que aqui foi levantada, no outro tempo, no tempo da outra senhora é que era bem feito ...

Presidente: Tem que terminar.

O Orador: ... o edital nunca apareceu, cá está o edital, Sr. deputado Nuno Barata tem aqui a prova do procedimento, Sr. deputado, olhe com atenção que isto foi no seu tempo.

(Neste momento o Sr. Deputado mostra novamente o documento à Câmara)

Era isto que eu queria dizer e, portanto, obviamente, Sr. Deputado o culpado por este debate lamentável é V.Exa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não havendo, vou aproveitar para pôr à votação. Vamos votar então o Projeto de Resolução n.º 95/XII – Recomenda ao Governo Regional a anulação do processo de concessão do casino no Pavilhão do Mar e garantia de utilização de acesso público deste espaço.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução colocado à votação ficou empatado com 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

21 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CH, 1 do deputado Independente e 1 abstenção da IL.

Presidente: Vamos então para a segunda votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução colocado à votação ficou empatado com 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

21 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CH, 1 do deputado Independente e 1 abstenção da IL.

Sendo esta a segunda votação, o projeto de resolução foi rejeitado.

Presidente: Está rejeitado o diploma.

Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente este projeto de resolução. Pretendia três coisas muito simples e todas elas deveriam ter sido, na nossa opinião, mais do que unânimes nesta Casa.

Em primeiro lugar, pretendia recomendar ao Governo para que não permitisse a concessão para que o Pavilhão do Mar se tornasse um casino. Estão todos de acordo com esse objetivo, mas há quem prefira votar contra.

Pretendia recomendar ao Governo para que a utilização futura daquele espaço garantisse o seu acesso público e utilização temporária para diversos tipos de iniciativas promovidas por entidades públicas e privadas para que aquele espaço não tenha uma utilização que impeça a sua utilização para o fim para o qual foi criado.

Pelos vistos, há quem pretenda concessionar ou fazer outra coisa qualquer com aquele espaço transformando a sua utilização e dando outro uso, que na aquele para o qual ele foi criado e que serve, e bem, a cidade de Ponta Delgada e a ilha de São Miguel.

Finalmente, há quem prefira não fazer nada e o Bloco de Esquerda acha que se deve fazer, relativamente ao espaço da Calheta de Pêro de Teive. Há quem ache que deve ficar tudo como está, que não se deve fazer nada e que eventualmente o processo seja novamente analisado, quando não há absolutamente nada a analisar, há que cumprir aquilo que está na lei e, sei que não posso, a questão do resgate da concessão, curiosamente, só foi trazida a este debate quando só se tinha falado até aqui de concursos de ideias e agora já se fala em resgate da

concessão. Estamos cá para ver se ela é mesmo resgatada se o concessionário não cumprir.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Foi muito diferente daquilo que o senhor disse. O senhor afirmou uma coisa!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Sr. Deputado Nuno Barata, faça o favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou no sentido da abstenção esse projeto de resolução do Bloco de Esquerda e se dúvidas houvesse, duas horas de debate à porta de Constantinopla vieram provar precisamente a necessidade da baixa à Comissão desse projeto de resolução, a câmara assim não o entendeu, mas em consciência não podia votar de outra forma que não fosse abster-me nesta votação.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Deputado Joaquim Machado, o Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Presidente: Foram tantas as mãos que eu não sei qual a primeira...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Inscrevo-me pela primeira vez a pedido do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que me lançou o desafio nesse sentido com um aparte.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: E, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu exitei em realizar esta declaração de voto, na medida em que as posições dos diversos partidos ficaram bem claras.

A verdade é que este projeto de resolução não faz nenhum sentido. Devo dizer, aliás, que é dos projetos de resolução, das iniciativas que menos fazem sentido. Ao longo de todos estes anos, poucas vezes fui confrontado com uma iniciativa tão *absurda*, porque a verdade é que quem apresentou esta iniciativa, para não estar a citar o nome do partido em questão, estava a propor à Assembleia que propusesse ao Governo, que fizesse uma coisa que o Governo já fez, ou seja, estava a recomendar que este espaço não fosse concessionada para os jogos de fortuna ou azar.

Ora, o Governo já tinha feito isto! Mas, muitas vezes no Parlamento dos Açores o que é que acontece? Quando se apresenta uma iniciativa os Governos podem a seguir tomar uma decisão, nada impede. Mas, o mais absurdo nesta questão é que a iniciativa foi apresentada vários dias depois do Governo ter anunciado a sua posição sobre esta matéria. É isto que torna absurda esta questão.

Em segundo lugar, tinha também uma segunda recomendação que também não faz qualquer sentido, que é recomendar ao Governo que a utilização do espaço seja feita da forma como está a ser feita. Outro absurdo total por parte do proponente. Também, como é evidente, não fazia nenhum tipo de sentido.

Também em relação à o outra questão, ao terceiro ponto, uma questão que é da total responsabilidade do Governo anterior – e o Sr. deputado Vasco Cordeiro já deve estar arrependido de me ter pedido esta intervenção - ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó senhor...

O Orador: ... mas, a verdade é que também o Sr. Deputado esqueceu-se de descrever todos estes procedimentos e a situação oque ocorreu e a situação que ocorreu é da total responsabilidade do Governo anterior e, portanto, não pode V. Exa. imputar qualquer responsabilidade ao atual Governo nesta matéria.

Por isso, obviamente, o PPM tinha que votar e votou contra uma iniciativa que não fazia qualquer tipo de sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo Regional:

O Partido Social Democrata votou contra esta resolução por cinco evidências que foram aqui verificadas ao longo do debate.

Em primeiro lugar porque nunca a Portos dos Açores teve nas suas intenções concessionar o Pavilhão das Portas do Mar para o casino.

A segunda evidência porque nunca o Governo Regional teve a intenção de concessionar aquele espaço para efeitos de instalação do casino.

Depois porque os três pontos resolutivos desta iniciativa do Bloco de Esquerda também estavam todos há muito ultrapassados, como aliás, reconheceu o próprio autor do projeto. Primeiro porque o Governo Regional já tinha manifestado a sua intenção publicamente quanto à continuidade do Pavilhão das Portas do Mar com a utilização para os fim que ele teve durante o período da sua existência.

Em segundo lugar, porque decorrendo dessa mesma decisão e posição pública, ele continuará a ser usado, não só por entidades públicas e privadas, mas por outras, nomeadamente de natureza social e cooperativa ...

Deputado António Lima (BE): Não são privadas?

O Orador: ... que possam efetivamente também temporariamente fazer uso daquele espaço, sem prejuízo de outras utilizações que possam rentabilizar e desonerar o custo que aquelas instalações têm para o contribuinte.

Finalmente, quanto àquilo que são as responsabilidades da concessionária do jogo, em termos de instalações que ainda hoje aguardam pela devida construção na Calheta Pêro de Teive, está a decorrer um prazo e o Governo Regional também já tem uma posição sobre esse assunto, conforme foi aqui manifestado pela Sra. Secretária Regional das Obras Públicas de que tudo fará para garantir dois interesses: primeiro o de Ponta Delgada com a resolução de um problema que se arrasta há mais de quinze anos, cuja responsabilidade não é da coligação, mas será por ela resolvida.

E o outro é também de acautelar o interesse do contribuinte por forma a que não seja sobrecarregado também por essa via, por aquilo que já foi também todo este processo ao longo dos anos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS votou contra esta iniciativa. Como ficou muito bem patente ao longo do debate, os argumentos foram sendo todos rebatidos ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Olhe que não, Sr. Deputado!

O Orador: ... até ao momento que o proponente admitiu que efetivamente o governo tinha decidido e tinha decidido bem.

Portanto, ficou aprovado que a iniciativa tinha outros objetivos, tal como foi expresso ao longo do debate, o objetivo era criticar o Governo, atirar para cima do Governo responsabilidades e culpas de um processo que não foi conduzido por ele.

Verificou-se que a empresa pública que é certificada cumpriu com a lei e cumpriu com o grau de certificação que tem, de outra forma nem sequer seria admissível.

E, portanto, obviamente que só podemos estar contra esta iniciativa que foi um aproveitamento político de uma circunstância particular que surgiu para, mais uma vez, tentar atacar o Governo da coligação e procurar encontrar fragilidades no seio desta coligação.

Não foi isso que aconteceu, foi exatamente a unidade que encontraram, e portanto, a iniciativa acabou derrotada.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acompanhei o debate que terminou agora com a respetiva votação e devo dizer que não votei ao lado do Bloco de Esquerda, não por reconhecer que a matéria que foi aqui trazida tinha relevância, tinha. Agora admite-se que está fora de

tempo, é extemporânea, mas há a registar o seguinte: o edital só chegou a ser público porque, no meu entender, a administração da Portos dos Açores fez sair um edital que, para já, constituía algo que não estaria normal, ou seja, só pelo facto de haver a pretensão de instalar um casino na proximidade de uma escola, por si só, já deveria ter sido matéria para que o edital não saísse.

Tudo isso depois deu a informação pública que chegou, a contestação pública que aconteceu de um assunto que há que apurar se calhar as devidas responsabilidades porque se tivesse havido o devido procedimento, não chegaria a ser um assunto público porque eu acho que – e aí todos concordamos – que é inadmissível que um edifício que nos custou e custa muito dinheiro (porque também tem os seus custos de manutenção) seja disponibilizado para jogos de fortuna e de azar quando ele deve continuar com o mesmo tipo de fruição que teve até agora porque de resto foi para ele que ele foi construído e os Açores bem precisam daquele espaço, porque um espaço com aquelas características é um espaço único na cidade Ponta Delgada e deve ser acautelado como tal.

Portanto, foi nessa situação, eu votei contra a posição do Bloco de Esquerda porque o assunto já estava resolvido porque se não tivesse resolvido, obviamente, votava a favor porque era impensável que aquele espaço deixasse de ter a utilização que tem.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Não existem, então está encerrado este ponto da ordem de trabalhos.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 30 minutos.

Eram 18 horas e 08 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados peço que reocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 37 minutos.

Vamos entrar no ponto 20 da nossa Agenda - **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII – “Atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, designado por “Solenerge”.** É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores, para apresenta a urgência tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

(*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a proposta de DLR que aqui hoje se apresenta com a denominação de Solenerge, pretende-se instituir um sistema de incentivos financeiros associados à transição energética, nomeadamente para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos destinados ao autoconsumo em edifícios, por parte de particulares e empresas.

Esta proposta de sistema foi montada com base nas disposições e fundos previstos no PRR, nomeadamente no âmbito daqueles que são os seus objetivos, daquilo que é ou não elegível e enquadra-se temporariamente na sua vigência.

Por ser o na ode 2022, o primeiro em que a aplicação deste sistema é possível nos Açores, entendemos urgente a sua apresentação, votação, aprovação e arranque por forma a permitir uma execução atempada no domínio da transição

energética atender às razões que aconselham a sua aceleração e dar cumprimento a objetivos fixados, nomeadamente os objetivos fixados no PRR.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da urgência?

(Pausa)

Sra. Deputada Alexandra Manes tem a palavra.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda compreende a urgência em avançar com estes processos que contribuem para a sustentabilidade energética e, por outro lado, o cumprimento dos prazos do PRR. Contudo, a necessidade de ser expedito deve exigir maior rigor na apresentação das iniciativas para não colocar os partidos desta Casa obrigados a passar cheques em branco à ação do Governo.

Este documento não estabelece critérios, não estabelece montantes máximos, não faz diferenciação entre famílias e empresas, sendo muito vago a quem de destina e como.

Em suma, nada diz de concreto, logo é necessário esclarecer isto tudo num documento escrito, sendo que não vamos aprovar esta urgência.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional eu agradeço a sua intervenção, mas, se me permite, a sua intervenção não justificou a urgência ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem programa! Não viu o programa?

O Orador: ...de decidirmos com menos de 48 horas de possibilidade para analisar devidamente este diploma, decidirmos um sistema de incentivos que visa aplicar 19 milhões de euros.

O único argumento que o Sr. Secretário apontou foi o de ser 2022 o ano em que se inicia a possibilidade de utilização das verbas que financiam este programa,. Mas não é isso que releva. O que releva é quando termina e o que termina – segundo os dados que nós temos – é em 2025. Aliás, o próprio diploma faz essa referência.

E, portanto, o Sr. Secretário não justificou por que razão o Parlamento dos Açores há-de, numa matéria dessa importância decidir à pressa, sem ter tempo para, em sede de Comissão competente, poder analisar todos os aspetos que relevam para uma boa decisão sobre esta matéria.

Sr. Secretário eu tenho um receio em relação a este diploma, pela forma como ele está formulado e pelo procedimento que ele seguiu para chegar até aqui e que é que este diploma seja as Agendas Mobilizadoras – Parte II.

E é do interesse de todos, a começar pelo Governo, mas também deste Parlamento, que isso não aconteça, que não reste a mínima dúvida quanto ao mérito, à razão, ao fundamento das opções que o Governo entende de tomar, e em razão também daquilo que é a correta aplicação de um diploma desta natureza e dos recursos que lhe estão subjacentes.

E há, efetivamente, razões para colocar dúvidas em relação ao diploma, mas sobretudo em relação à pressa e à urgência de decidi-lo depressa e já.

19 milhões de euros é uma verba muito significativa. Julgo que deve existir todo o cuidado na definição daqueles que são os aspetos fulcrais, fundamentais, da aplicação de um sistema de incentivos desta natureza.

Mas também a nossa posição em relação à urgência do diploma não dispensa, obviamente, as dúvidas que temos em relação à substância do diploma e ao facto de entendermos que, para esclarecer essas dúvidas, o local próprio é a comissão competente, mesmo que com um pedido de urgência.

Agora, o que não pode é, um diploma desta importância e desta envergadura financeira ser decidido desta forma.

Faltam explicações para a urgência na aprovação deste diploma. Que aspetos é que nos suscitam dúvidas em relação à urgência que aqui está referida? Em primeiro lugar, aquilo que tem a ver desde logo com a relação que se estabelece entre os objetivos que estão definidos no PRR para a utilização destas verbas e aquilo que o diploma faz. Nós não estamos a perceber como é que se articula objetivos que estão definidos, como aposta na eletrificação, produção descentralizada e armazenamento e temos um sistema de incentivos que ignora, por completo, a parte do armazenamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha paciência! Tem que esperar um bocadinho!

O Orador: Eu não tenho que ter paciência, Sr. Deputado. Estamos no ponto em que estamos a discutir isso. Isto não funciona assim, como o senhor sabe!

Manter e afastar deste diploma a questão do armazenamento é incongruente com os objetivos que estão definidos no PRR. Um diploma que na sua formulação elenca ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas estamos a discutir a urgência ou o diploma?

O Orador: ... como objetivo principal o aumento da capacidade instalada e não a injeção em rede da energia produzida, suscita-nos mais dúvidas do que respostas que nós entendemos deverem ser esclarecidas na Comissão.

Um diploma que na sua formulação não evita que duas ou três empresas possam esgotar as verbas disponíveis neste diploma, não deixando mais verbas para aquele que nos parece dever ser o foco principal, que é, exatamente, a microprodução, suscita-nos as maiores dúvidas.

Um diploma que acaba por ser, de certa forma, um diploma que se fica por um conjunto de indefinições, e que não pode ficar. Um diploma com esta importância e com esta envergadura financeira tem de ser mais concretizado.

O diploma fixa como obrigação a utilização da energia produzida para efeitos de autoconsumo. As dúvidas que se suscitam aqui têm a ver com aquilo que é a compatibilização desta matéria com aquilo que está referido no regulamento do autoconsumo da energia elétrica...

Presidente: Sr. Deputado estamos no âmbito do debate da urgência.

O Orador: Exatamente, Sr. Presidente e eu estou a justificar por que razão nós não percebemos a urgência deste diploma.

Promulgado pela Entidade Reguladora de Serviços Energéticos. Ao colocar a questão desta forma, aquilo que o Governo faz é equiparar aquilo que não pode, nem deve ser equiparado, que deve ter uma distinção no diploma, seja o autoconsumidor individual, seja naquilo que tem a ver com os autoconsumidores coletivos, seja, até, nos agrupamentos ou nas comunidades de energia renovável ou entidades equiparadas.

São mais as dúvidas do que as respostas que o diploma dá, mas eu gostava também de tornar claro o seguinte: esta iniciativa, a ideia de ter um diploma que fixa um sistema de incentivos para este tipo de energia é uma boa iniciativa. Esta concretização é uma má concretização, sobretudo, quando pretende ser aprovada com urgência e dispensa de exame em Comissão,

Nós, não podemos concordar com essa urgência e dispensa de exame em Comissão, por último, quando o diploma acaba por traduzir-se num cheque em branco de 19 milhões de euros ao Governo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade! Isso não é verdade!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): É verdade!

O Orador: ... sobretudo, quando se remete para o Governo o poder de fixar os termos, as condições de acesso, os requisitos e critérios de elegibilidade, os montantes do incentivo, as obrigações das partes, a tramitação relativa à análise, concessão e pagamento dos incentivos.

E, portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta é uma boa iniciativa e, por ser uma boa iniciativa, não deve ser prejudicada pela pressa em aprová-la. Não há qualquer limite, em termos temporais, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há, há!

O Orador: ... que obrigue a que ela seja aprovada neste plenário, em menos de 48 horas, numa semana de Plenário para que os Deputados tenham oportunidade de analisá-la, não há qualquer justificação para que face esse montante, possamos correr o risco de ter uma repetição da história das Agendas Mobilizadoras.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos no âmbito da discussão da urgência, mas não posso deixar de dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro que não vale tudo e não devia valer tudo, para o

Partido Socialista fazer esse tipo de oposição negativa para os açorianos, negativa para os interesses dos Açores e, sobretudo, contraditória ...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): O senhor já leu o diploma?

O Orador: ... com aquilo que o senhor disse ontem. O senhor esta semana chegou aqui e disse que era urgente apostarmos na transição energética.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: E é!

O Orador: Era urgente apostar nas energias renováveis, é urgente fazermos um trabalho para que esse caminho seja percorrido.

O seu Governo definiu o cronograma financeiro, definiu as metas, relativamente a esta matéria, no âmbito do PRR.

Mas, o que é mais contraditório na sua intervenção, Sr. Deputado, é que o senhor começa a sua intervenção por dizer: “Eu não tive tempo de estudar este diploma”.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não foi isso!

O Orador: Disse duas vezes, disse no início e disse no fim!

Deputado Francisco César (PS): Não foi nada disso!

O Orador: “Não tivemos tempo para ver em condições este diploma”. Mas fez, no âmbito da discussão da urgência, a extrapolação para todas as matérias que estão incluídas no diploma e, portanto, analisou com todo o cuidado e com um Grupo Parlamentar de 25 deputados, certamente teve mais do que tempo, capacidade humana e intelectual para analisar este diploma.

O que nós estamos preocupados, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é que achamos que é urgente, não só pelas razões já invocadas pelo Sr. Secretário, mas porque é urgente avançarmos nesta matéria e é urgente apostarmos também nesta faculdade de darmos aos açorianos a possibilidade de terem sistemas de produção para autoconsumo de energias renováveis.

E este é um bom diploma, apesar de ter aqui algumas alterações que nós vamos propor e que o Partido Socialista com toda a sua capacidade de trabalho, que certamente tem, e que não duvidamos disso, também podia fazer.

Se o senhor tem opções que quer ver resolvidas e que contrariam aquilo que está no diploma pode, durante este debate, apresentar todas essas soluções que nós, no tempo que tivermos para as analisar, analisaremos com todo o cuidado e tomaremos uma decisão sobre a sua aprovação ou não, que é aquilo que se exige de um partido como o Partido Socialista, que tem toda a possibilidade de fazer essa análise com a urgência necessária, não é a primeira...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Eu acho que o assunto é sério para estarem aí cm brincadeiras, mas pronto...

Deputado José Ávila (PS): É sério, é!

Deputada Alexandra Manes (BE): Ontem também era!

O Orador: O senhor líder Parlamentar do PS começa a sua intervenção a dizer que isto é muito, muito, muito preocupante porque estamos a falar de 19 milhões de euros e ao seu lado estão duas deputadas a brincar, em brincadeiras. A seriedade com que se apresentam nestes debates é lamentável, é triste, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Olha quem fala!

O Orador: ... mas diz muito mais de vocês do que da qualidade do trabalho deste Plenário.

Nós estamos na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, perante 57 Sras. e Srs. Deputados que têm bastante instrução e qualificação para analisar estes diplomas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Olhe que o Sr. Secretário das Finanças não acha isso!

O Orador: Não, quem não achava isso era o Sr. Secretário do Partido Socialista Avelino Menezes que achava que aqui se privilegiava a estupidez, em vez da inteligência.

Esse é que era o Governo que tinha a impressão que tinha sobre este Parlamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós temos a melhor das impressões e capacidade para, neste Plenário, começarmos a fazer aquilo que deve ser feito, em termos de melhoria na transição energética e de aproveitamento dos fundos que temos do PRR para não os perdermos.

É lamentável que a atitude do Partido Socialista seja a de sempre colocar areia na engrenagem, apenas e só porque o Governo regional é de outra cor política.

Nós achamos que é urgente e temos um diploma que podemos discutir, que tem muitas virtudes e algumas correções a fazer e que vamos propô-las....

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Então não é? Ninguém foi ouvido!

O Orador: ... e que esperamos que, no fim do debate, possamos ter um diploma consentâneo com aqueles que são os objetivos que V. Exa. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, invocou ontem e que nós concordamos plenamente. Muito obrigado.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Diga quem foi ouvido?

Deputado Francisco César (PS): Se for para táxis não pode ser urgente, mas para 19 milhões de euros...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja lá, Sr. Deputado Francisco César, que ainda aqui está, o que deu os táxis!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Percebemos a pertinência da medida, aliás, isso mesmo dissemos aquando do debate na quarta-feira de manhã, aqui trazido, em boa hora, pelo Partido Popular Monárquico, é urgente de facto a Região Autónoma dos Açores tomar a dianteira neste processo de transição energética.

Mas essa urgência e esta pertinência não nos pode permitir tomar decisões levianamente porque essas decisões põem risco a eficácia e a eficiência da pertinência e da urgência do próprio processo.

E é por entendermos que este é um assunto demasiado sério, importante e que encerra, como disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, um conjunto de verbas significativas que entendemos que o seu debate deve ser amadurecido em sede da Comissão competente, sendo que, nessa Comissão pode ser requerida por qualquer grupo ou representação parlamentar a sua análise com urgência, mas não precisa de ser aqui ao fim de um intervalo de meia hora, ou de 15 minutos, decidirmos sobre tão avultadas verbas e sobre tão pertinente iniciativa.

Sr. Secretário Regional, permita-me que lhe diga com toda a clareza, como disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, daquela bancada, esta é de facto uma excelente iniciativa e é precisamente por ser uma excelente iniciativa que não a devemos transformar numa trapalhada.

E, por isso, a Iniciativa Liberal votará contra a urgência e dispensa de exame em Comissão.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Nuno Barata.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é esta: na terça-feira chegámos à conclusão que era preciso, tendo em conta as circunstâncias internacionais, tomar decisões rápidas. Que era preciso tomar decisões rápidas para que não se perdesse o dinheiro do PRR, que a execução fosse rápida.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não pede!

O Orador: Mas, o que é preciso, é que se concretizem objetivos, que este tipo de iniciativas se possa concretizar e que não se perca o dinheiro para a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Isso foi em janeiro de 2022!

O Orador: Mas, quem está interessado em impor uma narrativa – numa das intervenções falou três vezes em Agendas Mobilizadoras...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Foi a minha!

O Orador: ... é porque há quem esteja interessado em impor uma narrativa, que é um Governo que não decide ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Decide, mas decide mal!

Deputado Berto Messias (PS): Não é narrativa, é a realidade, Sr. Deputado!

O Orador: ... ou um Governo que não executa e é preciso impor essa narrativa, mas o que se esquecem de dizer é que, há quem esteja a criar dificuldades, para que não se decida e para que não se execute. Essa é que é a questão!

Há quem esteja ativamente a prejudicar os interesses dos Açores, eu não tenho nenhuma dúvida!

Para quê? Para legitimar uma narrativa, que é a narrativa da ineficácia do Governo para legitimar uma narrativa que é narrativa de que se perderam oportunidades e, entretanto, o que se está a fazer? Está-se a fazer tudo, mas mesmo tudo para que essas oportunidades se percam, para que esse dinheiro não venha para os Açores e para que não se executem esses dinheiros! É isso que está aqui em causa!

Para mais, o Partido Socialista tem gente com experiência governativa e com boa vontade, evidentemente, podemos todos melhorar o diploma em questão e que as questões problemáticas em que existem até tantas certezas, porque o que aqui vi não foram dúvidas, foram certezas!

Pois bem, da parte do PPM, nós estamos absolutamente disponíveis para consensualizar posições com os diversos partidos políticos.

Ao longo da discussão deste tema, nós estamos disponíveis para acautelar aquilo que tiver que ser acautelado, para evitar que ninguém tenha vantagens e isso é possível fazer. Já foi possível fazer em diplomas anteriores,

Deputado Carlos Silva (PS): Não é assim que funciona!

O Orador: ... em legislaturas anteriores diplomas, também desta dimensão e desta importância.

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são?

O Orador: Não é a primeira vez que acontece! Mas, estamos perante circunstâncias excecionais e o que me dizem é que esta matéria é uma matéria da maior importância, do ponto de vista das energias renováveis.

Amanhã, daqui a duas, três semanas, todos sabem o dinheiro que já se perdeu por isso não ter sido feito, quanto é que custam estes componentes daqui ia três ou quatro semanas? Muito mais! Os Açores todos os dias estão a perder dinheiro se não executar estas medidas, estamos a perder dinheiro todos os dias, perante circunstâncias absolutamente excecionais.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Diga quem foi ouvido! Quem foram as entidades que foram ouvidas? Diga!

O Orador: Há coisas, há componentes cujo preço aumentou dez vezes num mês! E o que se pretende aqui é como se nada acontecesse, como se nada tivesse a acontecer no mundo, como se não existisse sanções, como se não existisse uma crise internacional, que cada vez está pior e em que o mercado internacional os produtos estão a aumentar exponencialmente de preço,

nomeadamente aqueles associados a estas tecnologias, - o problema é energético - mas não, se demorar um mês, demora um mês, se demorar mais dois meses, demora mais dois meses; se demorar mais três meses, demora mais três meses, entretanto as coisas custam cinco ou seis vezes mais.

Mas, não há problema nenhum porque os Açores podem esperar, mais nenhuma região da Europa e do mundo está a esperar, mas nos Açores sim. Para quê? Para legitimar uma narrativa que o governo não aproveita as oportunidades e nada faz. Só para legitimar esta narrativa que é narrativa que convém ao Partido Socialista, diga-se tudo o que se tem para dizer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

Faça favor de justificar.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente houve dois Deputados que se manifestaram contra a urgência, eu e o Sr. Deputado Nuno Barata.

A intervenção do Sr. deputado Paulo Estevão utilizou expressões como: “há quem esteja ativamente a prejudicar o interesse dos Açores”.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estevão, eu não posso admitir esse tipo de argumento. Por várias razões, mas a principal é porque este argumento que o senhor utilizou que quem está contra este diploma quer prejudicar os Açores, porque não se

pode perder, nem mais um dia, nem mais uma semana, nem mais um mês, tem um culpado muito claro e não é o grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os senhores utilizaram o argumento que tinha sido o anterior Governo que tinha definido verbas, objetivos, metas, calendários. Os senhores estão no Governo desde finais de 2020, e agora é que acordaram para este assunto? E quem diz, isto é uma boa iniciativa, mas nós achamos que ela deve ser esclarecida, está contra os Açores?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas isso é defesa da honra ou um voto político?

O Orador: Ó Sr. Deputado Paulo Estevão, o senhor lutou durante anos e anos, exatamente, contra o tipo de atitude que acabou aqui de tomar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: A atitude maniqueísta de que, de um lado estão aqueles que defendem os Açores e do outro, e de, quem não estiver com este Governo ou com esta maioria, está contra os Açores!

Não desbarate o seu património político, Sr. Deputado Paulo Estevão.

Deputada Ana Luís (PS): É o que ele está a fazer!

O Orador: Mas, acima de tudo, não insulte a forma como os Deputados desta Casa entendem cumprir o seu papel.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estevão para dar explicações, dispõe de 3 minutos, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção expressei aquilo que é uma convicção. Eu estou absolutamente convencido que este diploma é essencial para defender os interesses dos Açores, que esta verba tem que ser utilizada antes que seja tarde, que esta é uma temática da maior importância e que as coisas estão a ficar piores todos os dias, que estes componentes estão a ficar muito mais caros todos os dias.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Esse não é problema!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o problema!

O Orador: Daqui a um mês ou dois custam o dobro ou o triplo e há que tomar decisões.

E, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Sr. Deputado, na sua narrativa, contextualizou porque é que estava a dizer que não a esta iniciativa e inseriu-a dentro de uma narrativa que é a das Agendas Mobilizadoras, num Governo imóvel, que nada faz.

Objetivamente, Sr. Deputado, não sei se tem essa coincidência, Sr. Deputado, mas ao inviabilizar a discussão desta temática hoje ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade!

Deputada Ana Luís (PS): Antes fazer mais tarde do que há pressa!

O Orador: ... o Sr. Deputado, está – repito – talvez de uma forma consciente, mas está a prejudicar os interesses dos Açores, não tenha nenhum tipo de dúvida em relação a essa matéria.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade!

O Orador: O que lhe digo é com toda a convicção e eu aqui o que estou a fazer é a defender um diploma que considero da maior importância, que como já lhe expliquei, é algo que tem que ser feito já e o Sr. Deputado ao criar este obstáculo está, objetivamente, a prejudicar os interesses dos Açores.

Eu lanço-lhe um desafio: ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas isso é a justificação da defesa da honra?

O Orador: O senhor é que se sentiu ofendido, eu estou-lhe a explicar...eu quero dizer-lhe o seguinte: o senhor foi Presidente do Governo Regional, tem aí também o ex Vice-Presidente do Governo Regional e outros membros do Governo. Os senhores estão preparados para discutir este diploma e o senhor expressou várias preocupações e eu lancei-lhe um desafio, essas preocupações que tem, nós estamos abertos a esse diálogo, estamos abertos a fazer alteração ao diploma e temos essa capacidade regimental.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): 19 milhões de euros?

O Orador: O que é que quer mais Sr. Deputado, do que mostrar predisposição para aceitar integrar aquelas que são as dúvidas e os cuidados que quer colocar no diploma. O senhor tem capacidade para isso!

Agora ao que é negativo - e termino, Sr. Presidente - e torno a reiterar, é que impedir que esta legislação seja aprovada em tempo, prejudica e muito, os interesses dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Um ano e três meses!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Utilizando as palavras do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, esta é uma boa iniciativa e tanto é uma boa iniciativa que eu fui o único que, até agora, apresentou propostas de alteração, mesmo dispondo de pouco tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem mais capacidade do que o PS!

O Orador: Entrou já uma, depois de entrar duas minhas, Sra. Deputada!

Dediquei todo o tempo que tive e que pude a esta iniciativa porque percebendo a pertinência desta iniciativa, percebendo a urgência que existe em começar a dar seguimento a essa dita, boa iniciativa.

Neste sentido, vou votar favoravelmente a urgência porque eu acho que cabe-nos a nós ajudar a resolver problemas,

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Estão-me pagando é para ajudar a resolver problemas e não para criar problemas, em função disso, contem com a minha ajuda e participação, se é que ela pode ser considerada uma ajuda. Já apresentei duas propostas de alteração, vou apresentar uma terceira proposta de alteração e estou aqui para ajudar a resolver esse problema.

Sugeria e, atendendo à dimensão que representa isso em valor e o impacto que isso tem a nível regional, que fosse pedido um intervalo regimental para cada um de nós arranjar algum tempo para, de hoje até amanhã de manhã, apresentarmos as nossas propostas com toda a objetividade, com todas as boas intenções para que esse DLR saia amanhã aprovado nesta Casa.

Deputado Carlos Silva (PS): Diz que é urgente, mas quer tempo!

O Orador: Sr. Presidente se nos apartes eu puder continuar a fazer a minha intervenção eu agradecia.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado!

O Orador: Ainda relativamente a essa situação, dizer que um DLR (já utilizei este argumento mais do que uma vez aqui nesta Casa) é um documento que pode ser sempre revisto posteriormente. Se daqui por 6 meses ou daqui por um ano percebermos que algo falhou nesse DLR ...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): E os argumentos?

O Orador: ... estaremos sempre em tempo, qualquer deputado desta Casa de requerer que esse documento volte aqui para corrigir aquilo que efetivamente, por descuido de algum de nós, por circunstâncias outras, possa ter produzido um documento menos objetivo, menos prático e menos justo.

Portanto, eu vou aprovar a urgência, vou continuar a trabalhar hoje também nas minhas propostas de alteração e espero que amanhã se faça luz porque há açorianos à espera que se faça luz para que a luz fique mais acessível a alguns açorianos que bem precisam.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sim, é urgente!

É urgente porque foi tudo o que andamos aqui estes dias a falar.

Sim, é urgente, porque para a semana o Governo volta a aumentar os combustíveis sob o pretexto de uma guerra, que há 15 dias aumentou sobre o pretexto de uma coisa qualquer.

Ou nós resolvemos o nosso problema energético ou nós andamos a brincar e isto para mim é areia na engrenagem

Sim, é urgente, vamos a isto!

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para o debate da urgência?

(Pausa)

Deputada Andreia Cardoso (BE): E os 19 milhões?

Deputado José Pacheco (CH): Vocês querem é brincar!

(Apartes inaudíveis)

Deputado José Pacheco (CH): O seu partido para a semana vai aumentar os combustíveis! Os senhores não sabem trabalhar! Nunca têm uma solução!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sras. e Srs. Deputados estão suspensos os nossos trabalhos por 10 minutos.

Eram 19 horas e 18 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados peço que reocupem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente para pedir meia hora de intervalo regimental

Presidente: O intervalo é regimental e atendendo ao nosso horário regressamos amanhã às 10 horas com a Agenda.

Eram 19 horas e 31 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia Garcia

A redatora: Sara Azevedo